



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA - PPGSS

**SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
EM SERVIÇO SOCIAL EM DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA
CIDADE DE MANAUS/AM**

ÁRIA MARIA MENDES DE CARVALHO

Manaus
2014

ÁRIA MARIA MENDES DE CARVALHO

**SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
EM SERVIÇO SOCIAL EM DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA
CIDADE DE MANAUS/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/PPGSS como requisito parcial à obtenção de título de mestre em serviço social.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA – PPGSS

ÁRIA MARIA MENDES DE CARVALHO

**SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
EM SERVIÇO SOCIAL EM DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA
CIDADE DE MANAUS/AM**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, para obtenção do título de mestre.

Defesa: 28 de Agosto de 2014, Manaus/AM.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira - Presidente
Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dr^a Cristiane Bonfim Fernandez
Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dr^a Amélia Regina Batista Nogueira - Membro
Programa de Pós-graduação em Geografia
Universidade Federal do Amazonas

Dedicatória

In memoriam
As minhas amadas mães Aduria e Neyde e querido
avô Aduito.

A Lidiany por seu incansável incentivo e apoio.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mas do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

Marilda Yamamoto

AGRADECIMENTOS

Agradecer parece algo simples, mas não é. Ao citar nomes corro o risco de não personificar todos que fizeram e fazem parte da minha jornada, portanto, desde já peço desculpas se por ventura algum nome aqui não se fizer presente. Como pesquisadora da temática família, posso afirmar que sou rodeada de núcleos familiares que me completam, meus sinceros agradecimentos a todos que estão comigo nessa caminhada.

Agradeço inicialmente a minha Mãe (in memoriam), família monoparental, que desde os meus cinco anos me dizia: “minha filha eu não tenho herança para lhe deixar, não tenho casa, nem pude estudar e trabalhar no que queria, então estude, pois o estudo vai lhe dar tudo o que você precisar, e nunca vão poder lhe tirar o conhecimento. Mas não se esqueça de onde você vem!”. Por essas e tantas outras lições que só uma mulher extremamente sábia poderia me ensinar, obrigada Mãe, tudo o que sou e tenho vieram de você!

Minha Família biológica, consanguínea, Família Carvalho, composta por pessoas únicas, mas com papéis diversos, agradeço ao meu Vô Adauto que foi o melhor Pai que alguém poderia ter, aos meus tios-avôs Cromwell, Leonor e Irene que tanto me ensinaram sobre a vida. Aos meus tios Adalberto e Sônia (agradeço em especial a ela, pois não teria nem graduação se não fosse seu amor por mim), Adauto filho e Antonieta e Adalmir por serem mais que tios, foram pais, foram amigos, foram ombros e abraços. Aos meus tios e padrinhos Socorro, mulher guerreira, forte, e que sem seu auxílio eu não estaria aqui, e Fábio, homem inteligente, ético, crítico e que me ensinou muito mais do que imagina. A todos os primos e primas, mas em especial ao meu primo Adriano, coração bondoso que se sempre me cuidou e mimou, como só os irmãos fazem, aos primos-irmãos Fabíola e João Marini, vocês me ensinaram que a distancia, por maior que ela seja, não separa os corações que se amam de verdade, somos o que somos e nós amamos como somos, isso não tem preço! Amo Vocês.

Agradeço a pessoa que me escolheu para juntas construirmos nossa família (conjugal e espiritual) através da nossa união, minha amiga, minha companheira, minha incentivadora, minha luz, minha paz, meu porto seguro... A você Lidiany, não existem palavras que expressem o meu agradecimento, mas mesmo assim, obrigada pelo apoio, pela

força, pelo exemplo que arrasta, por me segurar nos tropeços, por não me deixar cair, por me mostrar que o lado do avesso das pessoas é que de melhor elas tem, por todo o amor que me dedicas, obrigada!

Agradeço a minha família afetiva, de coração, de alma, aquela que foi minha segunda mãe, tia Neyde (in memoriam), mulher a frente do seu tempo, me ensinou o valor da verdadeira amizade, foi a primeira pessoa a me mostrar que família não é sangue e sobrenome, por que ela foi muito mais que tudo isso, unidas pelo amor sempre, “obrigada tiazinha”.

A minha amiga, irmã, comadre Andrielle Huppes, pessoa de coração único, nunca conheci alguém tão boa e altruísta, obrigada acima de tudo por partilhar seus filhos e torná-los nossos filhos, Isabelli, minha filha de alma, minha companheirinha, como você transformou minha vida, muitas vezes não acredito que uma criança possa ser tão madura, infinitamente obrigada pelo amor que me dedicas! Rodrigo filho, meu “Tinho”, meu afilhado, que em tão pouco tempo de existência terrena, muito nos mostrou como o amor pode ser maior do imaginávamos, como é maravilhoso te ver crescer, amo vocês imensamente.

A mãe que me “adotou” Alice Maria Valente Cavalcante, meu grande exemplo de como é ser valente, Eduarda Cavalcante minha irmã caçula, como me orgulho de você! Estendo meus agradecimentos a todos da família Valente Cavalcante pelo acolhimento!

Agradeço ao cunhado Leanderson Lima, a sua esposa Sintia Maciel, a minha eterna “gaiota” Nárnica Leona, minha sobrinha linda que alegra minha vida com seu entusiasmo infantil. Ao Sr. Laercio pelo carinho, a Mira pelo exemplo de força, determinação, fé, e luta pela vida, você é um anjo em nossas vidas.

Obrigada a todos os tios e tias, primos por afinidade, que não há possibilidade de citar todos, mas que muito contribuíram em meu crescimento, meu eterno muito obrigado!

Agradeço a minha família espiritual, de ideal, que juntos buscamos ser melhores do fomos ontem, meus amigos-irmãos Diego Gomes (meu “Golias”) e Rodrigo Mendes o casal mais fofo do mundo! Sissi, Natacha, Mara e Vinicius (obrigada pelo incentivo e por tornar meu fardo suave), Diana, Zandora, André Luiz, Fabiano, Michele, Antônio, Álvaro, sem vocês não conseguiria.

Agradeço imensamente a minha família científica, em especial a minha amiga Tainá Souza, sem esse anjo que Deus colocou em minha vida em 2001, eu não estaria hoje finalizando um mestrado. As (os) queridas (os) amigas (os) e irmãs (os) em dissertação,

Alessandra, Antônia, Ingrid, Jefferson, Karina, Laranna (e Alice), Keuryanne, Branca, Patrício. Rônisson e Silvia amigos sociólogos. Agradeço especialmente a Andreza que tornou minha pesquisa possível, e por me proporcionar o prazer de conhecer e conviver com a Maria Clara. A Maria das Neves (minha “Nevinha”) por compartilhar amor, união e sabedoria, por me permitir fazer parte da sua família, meus agradecimentos se estendem ao Luiz, a Ana Flávia e a Maria Fernanda, sobrinhas do coração que amo muito.

A todos os mestres que passaram pela minha jornada de aprendiz, do jardim no Centro Educacional Adalberto Valle a Universidade Federal do Amazonas, em especial as Professoras Doutoras Cristiane Bonfim, Lucilene Melo, Yossiko Sasaki, Marilina Bessa e em especial a minha professora e orientadora Simone Baçal, como me sinto lisonjeada de ter sido orientada por uma mulher tão adorável e inspiradora, ser humano ético, de fibra, admirável, não tenho como agradecer a paciência e a motivação, muito obrigada por tudo!

Minha família na docência, Professora Lilian Gomes, muito obrigada pela oportunidade e pela confiança, obrigada por me presentear com pessoas maravilhosas que tornam o ambiente de trabalho uma extensão do meu lar, obrigada Ângela Emília, Anny Letícia, Eliana Bitar, Helena Tereza Tupinambá, Hermila Garcia, Márcia Helena Braga e Viviane Benes, vocês impressionam pelas histórias de vida, mulheres fortes, de luta, marcadas pelas adversidades, mas exemplo de vencedoras. Obrigada!

Agradeço a todos que tornaram possível minha pesquisa, Celismar (corpo e mente do PPGSS), Marluce (braços e pernas do PPGSOCIO), Katlen Nascimento (Alma do Serviço Social da FSDB), Professora Isabel Escócio, a todos os docentes e discente que gentilmente cederam seu tempo para participar da pesquisa.

Agradeço a Universidade Federal do Amazonas, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela oportunidade de dedicação exclusiva nesse momento de qualificação profissional.

Por fim e não menos importante, agradeço a Deus, a Jesus e a Maria por ter tanto a agradecer e tão pouco a pedir.

RESUMO

A formação profissional em Serviço Social na realidade de Manaus apresenta demasiados desafios, entre eles o de proporcionar a efetiva compreensão acerca das demandas sociais que serão apresentadas na prática profissional. Entre os assuntos debatidos, encontra-se a temática da família, que apresenta sua relevância por ser debatida como viés central das Políticas Sociais no Brasil, mas que ainda sofre as resistências pela construção cultural ao se basear apenas na formação nuclear, de tradicionais alicerces históricos. Apesar dos desafios, a família encontra-se envolvida na prática profissional cotidiana do Assistente Social, o que demanda reflexões sobre o preparo dos referidos profissionais no que tange ao encaminhamento e atendimento das famílias no âmbito das expressões da Questão Social. Para tecer as considerações necessárias, a pesquisa objetivou analisar como os significados de família são concebidos pelos docentes e discentes, no processo de formação e prática profissional em duas IES (Instituições de Ensino Superior) de Manaus. Com procedimentos metodológicos que envolveram a realização de grupo focal com os discentes e entrevistas com docentes, a pesquisa desvelou os conceitos de família trazidos pelos sujeitos. Os resultados apontaram que, apesar das discussões acerca da pluralidade de significados que a família apresenta, a compreensão dos conceitos cerra-se nas análises tradicionais, permeadas de preconceitos e ausência de conhecimentos específicos no trato da temática, o que reflete no aumento dos desafios que as IES têm no que tange às reflexões de conteúdos que envolvem diretamente a formação profissional e o devido preparo docente e discente para os enfrentamentos das diversidades de expressões da Questão Social.

Palavras-chave: Família, Formação Profissional, Serviço Social.

ABSTRACT

The training actually Manaus presents too many challenges, among them to provide effective understanding of social demands to be presented in professional practice. Among the issues discussed, is the theme of family, which has relevance to be debated as central bias of Social Policies in Brazil, but still suffers resistances for cultural building to be based only on nuclear training, traditional historical foundations. Despite the challenges, the family is involved in everyday professional practice of Social Work, which requires reflections on the preparation of the professionals mentioned regarding the referral and care of families within the expressions of Social Issues. To weave the necessary considerations, the paper analyzes how the meanings of family are designed by teachers and students in the training and professional practice in two HEIs (Higher Education Institutions) Manaus process. With methodological procedures that involved conducting focus groups with students and interviews with faculty, research unveiled the concepts of family brought by the subjects. The results showed that, despite the discussions about the plurality of meanings that the family presents, understanding the concepts clenches up in the traditional analyzes, permeated with prejudice and lack of expertise in dealing with the issue, which reflects the increasing challenges HEIs have with respect to the reflections of content that directly involve the training and the proper teaching and student preparation for the confrontation of the diversity of expressions of Social Issues.

Keywords: Family, Vocational Training, Social Service.

LISTA DE SIGLAS

ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEP – Código de Ética Profissional
CFAS – Conselho Federal de Assistentes
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ESBAM - Escola Superior Batista do Amazonas
FAMETRO – Faculdade Metropolitana
FSDB – Faculdade Salesiana Dom Bosco
FSS – Faculdade de Serviço Social
IES – Instituição de Ensino Superior
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério de Educação e Cultura
PAIF – Programa de Atendimento Integral a Família
PNAIF – Plano Nacional de Atendimento Integral a Família
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNI – Política Nacional do Idoso
UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Faixa etária dos discentes

Gráfico 02: Renda familiar

Gráfico 03: Os significados de família e suas relações

Gráfico 04: Denominação religiosa

Gráfico 05: Religião - FSDB

Gráfico 06: Religião – UFAM

Gráfico 07: Faixa Etária

Gráfico 08: Formação Profissional

Gráfico 09: Tempo de Prática Docente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo 1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	19
1.1. Formação Profissional em Serviço Social: as bases fundantes da profissão.....	20
1.2. A Conjuntura dos anos de 1980 e a mudança na direção social da profissão.....	32
1.3. A Materialização do Projeto Ético-Político no Fazer Profissional pós- anos 90.....	36
1.3.1. Código de Ética Profissional do Assistente Social – Resolução 273/1993.....	39
1.3.2. Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662/1993.....	42
1.3.3. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social – 1996.....	42
1.4. O Perfil dos discentes do Curso de Serviço Social em duas instituições de ensino superior em Manaus.....	44
Capítulo 2 - A FAMÍLIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	48
2.1. A Concepção de Família na Construção Histórica, Social e Cultural.....	49
2.2. Os Significados da Família Contemporânea.....	59
2.3. Aprofundando o Olhar dos Discentes sobre a Categoria “Família” na Formação Profissional.....	70
Capítulo 3 - A TEMÁTICA FAMÍLIA NA PRÁTICA DOCENTE E NO CONTEXTO DAS DIRETRIZES CURRICULARES.....	80
3.1. O Perfil Dos Docentes Pesquisados.....	82
3.2. A Família como Categoria das Diretrizes Curriculares nas IES de Manaus.....	85
3.3. O Debate da Temática Entre os Docentes.....	90
3.4 Os Impactos no Debate da Temática Família como Tema Transversal na Formação e Prática Profissional.....	94
Considerações Finais.....	101
Referências	104
Apêndice.....	109

INTRODUÇÃO

Em pouco mais de 70 anos no Brasil, o Serviço Social tem muitas histórias para serem lembradas, as quais podem ser contadas através do processo de formação e prática profissional, afinal são esses os caminhos que deixam no legado, construções e reconstruções, conceituação, intenção de ruptura, congressos, seminários, pesquisas, intervenção, enfim, para uma profissão relativamente jovem, muitas foram às lutas para consolidá-la, inseri-la de fato em um projeto societário no âmbito de uma sociedade marcada por transformações capitalistas e suas diversas expressões.

O que se intenta neste trabalho não é resgatar a historicidade do Serviço Social, mas, partir da necessidade de fortalecer os vínculos entre teoria e prática, tendo como especificidade a família. Propõe-se a análise da conexão entre formação profissional no âmbito das Instituições de Ensino Superior e da temática “família” – visto ser esta a matriz de legislações que norteiam a prática profissional do Assistente Social – com possíveis desafios na formação, frente à efetivação do projeto ético-político na contemporaneidade.

As diversas mudanças ocorridas nas sociedades capitalistas afetam direta ou indiretamente o objeto de estudo e trabalho do Assistente Social, a questão social e suas diversas expressões presentes no cotidiano, trabalho, habitação, saúde, educação, assistência, família entre outros. Para acompanhar essas mudanças é preciso sair do casulo, superar a visão endógena e focalista que ainda permeia o pensar e o agir profissional.

Nas palavras de Yamamoto (2006, p.19), “pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo, para decifrá-lo e participar de sua recriação”. A autora aponta que um dos maiores desafios que permeia a profissão é a capacidade para decifrar a realidade, ser criativo em suas propostas para efetivá-la e preservar os direitos das demandas emergentes que se apresentam. (Idem).

Frente a essa realidade, a universidade se apresenta como lugar ideal para adquirir conhecimento teórico, prático, metodológico e científico. No entanto, esse *locus* de discussão, de produção de novos conhecimentos, é também um espaço que desperta preocupação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Por um lado, o processo capitalista intencionando a privatização das universidades públicas, por outro o aumento significativo de instituições de ensino privado que ofertam o curso de Serviço Social

e a qualidade desses cursos. Não se trata de comparar ensino público e privado, mas garantir que a formação profissional será pautada nas Diretrizes Curriculares, no Projeto Ético-Político e na Lei de Regulamentação da Profissão.

Para se chegar à prática profissional, independente da profissão, é necessário passar pela formação, Wanderlei (1993) define que a universidade não deve vincular-se apenas com a formação profissional, esta deve promover uma formação geral, formar o homem de cultura, intelectual, aquele que questiona e interfere na realidade, com responsabilidade individual e coletiva, com dimensão ética. Assim, o profissional em formação vai além dos recursos didático e alcança pleno desenvolvimento em termos de competência.

No interior do curso de Serviço Social, a ABEPSS, através das Diretrizes Curriculares aponta para o perfil dos formandos, “Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho”. (ABEPSS, 2002, p. 1).

Ainda nesta questão, Carvalho (1993) alerta para que não se confunda formação profissional com preparação para o emprego, a formação é um projeto educacional onde ensino, pesquisa e extensão se articulam direcionados por diretrizes básicas, não se destina a formar quadros profissionais.

Este contexto se mostra relevante, a partir da análise dos currículos de formação profissional, seja de forma implícita ou não, são eles que manifestam os elementos fundantes que refletirão na prática profissional.

O profissional do Serviço Social, que adentra o campo da formação no papel de docente ainda é tema pouco analisado, esse profissional não passa pela obrigatoriedade de uma formação pedagógica, mas encontrará uma sala de aula com conflitos, contradições, e porque não, expressões da questão social no cotidiano de seus alunos. Vale ressaltar que esse profissional continuará tendo como base a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética, estes, não se diferenciam para os profissionais da docência e para os de “campo”.

A conexão entre teoria e prática se encontra nesse contexto de construção e reconstrução do conhecimento, do saber, do agir profissional que após a saída da universidade vai nortear o caminhar do aluno na realidade social que o aguarda.

Tanto na formação, quanto na prática profissional dos Assistentes Sociais, a família tem (ou deveria ter) lugar cativo, ou seja, apesar de o debate sobre a questão familiar nem sempre ter ocupado um plano primário no âmbito do Serviço Social brasileiro, seu resgate ocorre e se faz presente à medida que esta ocupa a centralidade nas políticas sociais, como sendo a principal instância de proteção social.

No entanto, o debate aqui proposto, não é a relação família/política social, mas, um primeiro contato com as transformações sociais pelas quais a família vem passando desde século XV, onde, segundo Ariès (2011, p.191) “assistimos ao nascimento e ao desenvolvimento desse sentimento da família.” Ou seja, a família deixa de cumprir apenas a “função de transmissão da vida, dos bens e dos nomes”, sem a sensibilidade ou sentimento e passa a corresponder a uma necessidade de intimidade. (idem: 193).

O correr da história vai mostrar que a construção de uma identidade ou sociabilidade familiar não é estática, ela se constrói e se desconstrói a todo instante, de acordo com as transformações sociais impostas por uma sociedade capitalista contraditória, haja vista que prega o reconhecimento da diversidade, mas não abandona o discurso de uniformidade.

O âmbito familiar é um *locus* de constantes transformações, seus indivíduos estão envolvidos em diversas redes de significados, tendo em vista que todas as esferas de uma sociedade existem regras, padrões, modelos a seguir. Essa dinâmica possibilita que os embates sociais sejam tratados de forma maleável, supondo a não estatização dos modelos sociais. Logo, a família é o *locus* que abrange as mais diversas realidades.

O profissional do Serviço Social, tendo vínculo de trabalho direto com as expressões da questão social, deve acompanhar a evolução da vida cotidiana, ter uma visão pautada na garantia de direitos para que tanto a formação e a prática tenham como elemento determinante “a oportunidade para construir coletivamente uma sociedade capaz de mudar o seu próprio destino”. (OLIVEIRA, 2009 p.48).

A relevância, tanto social quanto científica, se apresentam ao passo que a conexão entre as três categorias analíticas se distanciam e se aproximam, para analisar os caminhos da formação profissional no que tange a concepção de família, em um contexto marcado por transformações sociais, econômicas e culturais advindas de uma sociedade capitalista.

Abordar a questão da concepção de família na formação profissional é um passo primeiro frente à dinâmica da vida social onde o Assistente Social será inserido após a conclusão do curso. Um dos pontos que chama a atenção é o fato de que a família nas

políticas sociais ocupa um espaço central, mas nas diretrizes curriculares da ABEPSS não aparece de forma clara e direta. Esse talvez seja o primeiro problema que culminou no objeto dessa pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se pela pesquisa de campo, com caráter exploratório, onde apresenta-se através de análise quanti qualitativa visto que a dinâmica da realidade explícita no objeto conduz para uma reflexão objetiva e subjetiva, onde os dados empíricos serão trabalhados conjuntamente, contudo, observando suas particularidades. A coleta de dados junto aos docentes e discentes de Serviço Social nas IES (Instituições de Ensino Superior) foi distinta para docentes e discentes.

No total, dez docentes foram entrevistados, sendo cinco deles da Faculdade Salesiana Dom Bosco e cinco da Universidade Federal do Amazonas. O instrumental utilizado contou com perguntas abertas e fechadas.

Já com o alunado, trabalhou-se da seguinte maneira: cinco discentes ingressantes e mais cinco finalistas do curso de Serviço Social, objetivando contemplar as duas IES supracitadas. Os discentes foram divididos em dois grupos, (ingressantes e finalistas), ambos participaram da realização de um grupo focal. Para finalizar os procedimentos metodológicos, a análise dos dados foi realizada através do método de Análise de Conteúdo, o qual é descrito por Bardin (2011, p. 36) como “um método muito empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta em análise de conteúdo”. A análise de conteúdo é conjunto de técnicas que analisa as comunicações, tem como objetivo a superação da incerteza e que esta por ser vista como uma análise de significados.

É relevante enfatizar que a escolha dos sujeitos objetivou fazer um contraponto entre a visão dos docentes e discentes que atuam em IES, buscando assim perceber as peculiaridades na formação profissional.

A união entre a análise bibliográfica e os dados coletados resultou na elaboração dos três capítulos que estruturam essa dissertação. O primeiro capítulo foi destinado a um breve resgate acerca da história do processo de formação profissional, envolvendo os primeiros cursos, as primeiras escolas, as principais influências teóricas e metodológicas, os movimentos que marcaram a mudança no direcionamento das legislações, na reelaboração dos Códigos de Ética e na construção do Projeto Ético-Político que norteia a profissão.

O segundo capítulo aborda a historicidade da família, a construção social, cultural e religiosa de seus significados, conceitos, as diversas configurações, bem como a relação entre o Serviço Social e a família, apresenta os dados obtidos entre os discentes das IES de Manaus, no que se refere à visão particular que cada um possui sobre a temática, a relevância no processo de formação profissional e de que forma a família é abordada nos debates em sala de aula.

O terceiro capítulo se dedica a abordar acerca da formação profissional contemporânea, com base nos relatos dos docentes sobre os significados de família, seu lugar na teoria, nas diretrizes curriculares, nas legislações e os avanços e fragilidades da relação entre a temática e a profissão.

Reafirma-se que explorar, conceituar, compreender a formação profissional no Serviço Social frente suas demandas contemporâneas, abre espaço para que se almeje um trabalho que não tem a intenção de tecer uma releitura da história, mas traçar uma ligação teórica entre a formação profissional do Serviço Social, especificamente no âmbito da docência frente a família, compreendida como uma demanda em voga, atual e em debate constante.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O presente capítulo tem por finalidade, um breve resgate de alguns dos momentos relevantes que caracterizam a formação profissional em Serviço Social no Brasil entre as décadas de 1930 a 1990.

A escolha por iniciar abordando a formação profissional, se justifica não apenas por ser o ponto de partida do conhecimento, mas também por, nas palavras de Nicolau (2004, p. 83) “o saber transmitido numa formação profissional integra conhecimentos, valores, modelos, símbolos, etc., acumulados naquele próprio fazer e no viver de formadores e formandos”.

A formação profissional possibilita o exercício de um debate teórico-, metodológico, ideológico e ético-político, necessário para que no futuro, se exerça uma prática de qualidade, comprometida com as demandas sociais e profissionais. Especificamente no Serviço Social, a formação, encontra-se vinculada às relações sociais, sendo imprescindível, um amplo conhecimento crítico, das condições históricas, econômicas, políticas, culturais e sociais da sociedade de classe.

Uma das reflexões do processo histórico do Serviço Social no Brasil é tratada por Montañó (2009, p. 30), a partir de uma perspectiva histórico crítica, onde se acredita que “o surgimento da profissão de serviço social como produto da síntese dos projetos políticos econômicos [...] entende-se o assistente social como profissional que desempenha um papel claramente político”.

Intenta-se, superar a interpretação endógena da origem da profissão, desvinculando-a da tonificação das ações filantrópicas de cunho cristão.

A ideia a ser seguida nas próximas linhas corrobora com Oliveira (2009, p. 27), ao estabelecer a relação ensino-saber como “uma relação em que o conhecimento está em construção. Entretanto, aos profissionais das instituições de ensino cabe o difícil compromisso de transrelacioná-lo”.

O capítulo está dividido em três seções, a primeira recupera fatos relevantes para a temática a partir da década de 1930 com o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no país, até a década de 1970, enfatizando a consolidação da formação profissional nas Universidades. A segunda seção aborda de forma breve, a década de 1980 com a influência do movimento de reconceituação, e da tradição marxista. Para finalizar, a terceira seção compila a materialização do projeto Ético-Político e seus pilares.

Ressalta-se que, não há pretensão de esgotar mais de setenta anos de história em alguns tópicos, ainda que considerada uma profissão “jovem”, as ondulações para se adequar as constantes transformações pela quais passam um país em desenvolvimento, foram intensas ao longo dos anos.

1.1 Formação Profissional em Serviço Social: as bases fundantes da profissão

Tecer uma análise sobre as bases fundantes da Formação Profissional em Serviço Social, não seria possível sem um breve regaste da história do Serviço Social no Brasil. Para tanto iniciaremos este estudo a partir da década de 1930, momento de surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social.

As transformações sociais advindas do processo de industrialização, as demandas de uma sociedade capitalista e opressão social, abrem caminho para o desenvolvimento de um Serviço Social de cunho técnico, apesar de ainda estar visto como recurso do qual, Estado e empresariado se utilizaram através de ações ligadas a Igreja Católica, para enfrentar e regular as desigualdades sociais. As décadas de 1920 e 1930 são o início de um longo e sinuoso processo de reformulação do Serviço Social como categoria profissional e não apenas como caridade cristã. Assim, o Serviço Social tem a emergência sua institucionalização como especialização do trabalho.

A gênese do Serviço Social, nos países capitalistas ricos ou pobres, surge em contextos de transformações políticas, econômicas e sociais, geradas a pelas contradições entre o capital X trabalho, como consequência do sistema capitalista que se consolidava elencando o setor industrial, esse contexto não foi diferente no Brasil.

Iamamoto (2000, p.18) considera que,

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulando à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no mundo temporal, no início da década de 1930.

Não se pode minimizar o papel da Igreja nesse processo de consolidação da profissão. A influência da Igreja Católica no Serviço Social permaneceu por anos e foi base para a fundação das primeiras Ligas e Associações de Senhoras Católica, que mais tarde culminariam nos Centros de Estudo e nas primeiras Escolas de Serviço Social.

Esta seria uma profissão culturalmente vista como feminina. A classe dominante reforçou o papel da mulher na profissão, conforme afirma Barroco (2001), a educação e a formação moral da mulher para sua vida em família e educadora dos filhos, garantiria um perfil adequado aos padrões morais conservadores exigidos na época em detrimento de qualidade técnico-intelectuais.

O Serviço Social no Brasil se institucionaliza como profissão com a união entre Igreja, Estado e Capital, ou seja, o Estado e o Capital utilizam a Igreja como recurso através de sua doutrina social para atuar no enfrentamento da Questão Social e suas expressões oriundas das desigualdades sociais. Para a Igreja, a Questão Social não era apenas econômica, mas, uma questão moral e religiosa. (IAMAMOTO, 2000).

A Questão Social emerge na época da Revolução Industrial, as contradições nas relações trabalhistas, geravam desigualdades sociais e péssimas condições de vida. Como afirma Iamamoto, “seu aparecimento diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente”. (Iamamoto, 2006 p. 125).

A Questão Social em suas múltiplas expressões, é considerada objeto de trabalho do assistente social, é seu papel formular meios para seu enfrentamento. Embora seja considerada pela Igreja como problemas morais, nas relações capitalistas, ela deverá ser enfrentada através de políticas públicas e sociais.

Por iniciativa de grupos particulares que se manifestava através da Igreja Católica, o Serviço Social é chamado a atuar frente às desigualdades sociais. No entanto, era preciso avançar para além da ação social de cunho moral e assistencialista, uma vez que os problemas sociais também ganhavam maiores proporções. Fazia-se necessário conhecer a realidade econômica, política e social do país para atuar de forma eficaz nas problemáticas exposta.

O primeiro passo foi dado em 1932, com a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Tinha por finalidade a promoção de obras filantrópicas sob o patrocínio da Igreja, seu início oficial ocorreu com o “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, ao seu final foi realizado um apelo visando atender o bem estar da sociedade. O objetivo do CEAS era o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, além disso, visava “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais”, tinha a intenção de adotar “uma orientação definida em relação aos problemas e resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social.” (IAMAMOTO, 2006 p. 169).

O CEAS tinha em suas atividades o objetivo de difundir a doutrina social da Igreja através de formação técnica e especializada para a ação social. Moças católicas eram formadas para a intervenção direta junto à população proletária. A intensificação das atividades do CEAS culminaria mais tarde na criação da primeira Escola de Serviço Social do Brasil.

No ano de 1935, foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado, conforme a Lei n. 2.497, de 24/12/1935. O ponto de relevância é o art. 7º. Diz respeito à divisão entre as áreas de intervenção:

- Art. 7.º - O Departamento de Assistência Social dividir-se-á em:
- a. serviço social de assistência e proteção a menores;
 - b. serviço social de assistência e proteção aos desvalidos;
 - c. serviço social de assistência e proteção aos trabalhadores;
 - d. serviço social de assistência e proteção aos egressos e reformatórios estabelecimentos penais correcionais e hospitalares;
 - e. serviço social de assistência e proteção á família;
 - f. consultório jurídico de serviço social

O avanço da industrialização, a relação entre capital e trabalho, o agravamento das expressões da Questão Social, aspiram soluções políticas frente as suas manifestações tais como: pobreza, abandono infanto-juvenil, violência, etc. sendo um marco para o avanço técnico da profissão.

No ano de 1936, na cidade de São Paulo, foi implementada a primeira Escola de Serviço Social do Brasil. Pode-se entender esse momento como sendo a concretização da emergência da profissão no Brasil.

Ainda em 1936, foi realizado o primeiro curso intensivo de Serviço Social, o qual teve a duração de três meses e foi composto por palestras com diversos temas sociais, legais e educacionais. Em 1938, começou a funcionar o curso regular da Escola Técnica em Serviço Social e a primeira turma recebeu o diploma em 1941. (IAMAMOTO, 2006).

Um ano mais tarde, em 1937, foi criada no Rio de Janeiro, a segunda Escola de Serviço Social, também vinculada a Igreja Católica.

A forte influência da Igreja Católica no processo de formação e prática profissional ditava o perfil social do profissional que se desejava formar. De acordo com Martins de Sá (1995, p. 69) os requisitos a serem preenchidos eram:

A. Vocação: Aptidão para apreender os problemas sociais a seu alcance; Vontade de dedicar sua atividade para conseguir melhoria da situação (senso de responsabilidade, espírito de sacrifício, confiança); Capacidade de utilizar os conhecimentos adquiridos e a técnica de Serviço Social;

A. Preparo técnico e uma sólida formação moral: Formação intelectual com aquisição de conhecimento e formação de raciocínio; Formação de convicções, com uma filosofia de vida bem definida; Formação prática por meio de trabalhos de supervisão; Formação de mentalidade adequada, cristã.

As Escolas de Serviço Social tinham por objetivo uma formação científica, técnica, prática e pessoal. (IAMAMOTO, 2006). O modelo pedagógico de cunho cristão baseava-se em uma perspectiva de educação integral, ou seja, uma formação ao mesmo tempo individual, coletiva e pessoal.

As Escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro constituíram-se como modelos, essas duas instituições passariam a assessorar as futuras instituições até meados da década de 1940. A partir de 1946 a ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social) passou a ser a instituição responsável por esse papel.

A formação profissional exigia criteriosamente que a personalidade dos assistentes sociais fosse pautada em termos técnicos e morais, para que pudessem desenvolver de forma eficiente sua missão.

Para alcançar essa personalidade, o conteúdo programático das escolas era dividido em quadros da vida econômica (Economia e a vida humana; problema do capital e trabalho), da vida física (problema de doenças; alimentação; habitação e flagelo sociais), da vida mental e moral (problemas de conduta humana e educação) e da vida jurídico-social (problema da justiça; étnico; problema de família e da criança). (SÁ, 1995).

As disciplinas que compunham o Currículo da Escola de Serviço Social de São Paulo eram divididas em três anos, a divisão, de acordo com Yazbek (1980, p. 43 *apud* Sá 1995, p. 75-76) era:

1º. ano - Economia, Sociologia, Psicologia, Higiene, Anatomia, Estatística, Direito, Serviço Social, Técnica, Enfermagem, Português, Lógica, Moral;

2º. ano – Economia, Psicologia dos Anormais, Higiene do Trabalho, Puericultura, Estatística, Direito do Menor, Serviço Social, Lógica, Psicotécnica e Higiene;

3º. ano - Psicologia, Serviço Social, Lógica e Psicologia dos Anormais.

No que se refere à formação prática, os estágios, visitas domiciliares e visitas a obras sociais, eram divididos de forma progressiva em três anos. (Sá, 1995).

O Instituto do Rio de Janeiro apresentava uma divisão curricular baseada entre os cursos teóricos e a prática, com algumas peculiaridades no que tange as disciplinas, como por exemplo: Cursos teóricos - Educação Familiar; Contabilidade Doméstica; Noções de Patologia; Alimentação. Parte prática – Habitação; Alimentação e Vestuário. (Idem).

A emergência da profissão é um fato, o processo de formação através das primeiras escolas deveria alavancar a prática profissional a níveis teórico e técnico, porém, a vinculação com a doutrina cristã causa limitações na compreensão do significado do Serviço Social, a formação permaneceu com cariz assistencialista, messiânico, com formação de cunho vocacional, moral e doutrinária.

Em 1939, um convênio entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado, organiza os Centros Familiares, um momento de adequação para a Escola de Serviço Social (SP) que culminou com a introdução no currículo da Escola de um Curso Intensivo de Formação Familiar: pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos. Os centros passaram a funcionar em bairros operários a partir de 1940 e tinha entre outros propósitos, prevenir a desorganização das famílias operárias, elevar o nível econômico e cultural, através de cursos de formação familiar e legalização do casamento. (IAMAMMOTO, 2006).

Era dever do Serviço Social, atuar junto a famílias da classe operária e promover sua educação moral. Visitas domiciliares eram realizadas e atendimentos encaminhados de acordo com nível de desajustamento moral e biopsicossociais.

A década de 1930 foi marcada pelo surgimento das principais instituições e escolas, que deram suporte para a expansão do Serviço Social enquanto profissão socialmente necessária na sociedade, porém é a partir da década de 1940 que a consolidação desse movimento ganha força.

O Serviço Social no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 caminha para se desvencilhar da influência da doutrina cristã, é um período de avanço para um desenvolvimento técnico. Tal avanço se faz necessário para atender as demandas crescentes de trabalhadores que se encontram a margem da pobreza em decorrência da acumulação desigual do capital. Para atender as necessidades sociais das classes subalternas, o Estado assume o papel de regulador das relações sociais e são criadas instituições assistências estatais.

Vale ressaltar que o Serviço Social se diferenciava da caridade tradicional por propor uma ação educativa junto às famílias trabalhadoras, o que se propunha era atuação preventiva dos problemas sociais. A profissão deveria intervir ideologicamente na vida da classe trabalhadora, seus efeitos são políticos e criam a ilusão de colaboração entre capital e trabalho. (IAMAMOTO, 2000).

Era preciso avançar para acompanhar as demandas crescentes. A formação profissional da década de 1940 passa a visualizar novos horizontes, o aprimoramento técnico e metodológico, passa a ter como base o fundamento as Ciências Sociais. É uma década marcada pelo crescente número de Escolas de Serviço Social no país, bem como pela inserção de homens no processo de formação profissional.

Martins de Sá (1995, p. 65) elenca o surgimento das novas escolas:

- 1940** - Instituto de Serviço Social de São Paulo (escola masculina); Escola de Serviço Social de Pernambuco;
- 1943** - Escolas de Serviço Social do Rio (atual PUC-RJ);
- 1944** - Escolas Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (Rio de Janeiro); Escola de Serviço Social do Paraná e da Bahia;
- 1945** - Escola de Serviço Social Porto Alegre, Natal e Niterói;
- 1946** - Escolas de Serviço Social de Minas Gerais.

No Estado do Amazonas, mais particularmente na capital Manaus, de acordo com Montenegro (1986), a primeira Escola de Serviço Social data de 1940, sua fundação oficial foi em 1941.

Na década de 1940, para atender as continuas transformações sociais e as exigências impostas pelo mercado, o método utilizado ganha maior instrumentalidade técnica. A tendência Richimoniana chega ao Brasil através do Serviço Social de Caso e de Grupo, o método consiste em propor a resolução de problemas pessoais e de socialização.

Dez anos após a criação da primeira Escola de Serviço Social do Brasil, em 1946 é criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS (hoje ABEPSS -

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), seu foco inicial era a regulamentação do ensino em Serviço Social.

A década de 1950 é caracterizada pelo início de um processo de modernização que se estende as próximas décadas, com a consolidação do capitalismo no Brasil. Em decorrência desse processo, juntamente com o declínio dos movimentos católicos, fez-se necessário que o número de profissionais aumentasse. As moças moralmente corretas de classes abastadas já não eram o suficiente, a classe média começa a adentrar na formação e na prática em Serviço Social.

As Escolas de Serviço Social continuaram a surgir, entre 1950 e 1954, surgiram mais quatro escolas, uma em Campinas e outras três escolas na região nordeste do País, João Pessoa, Maranhão e Sergipe. Esse número crescente levou a ABESS a apresentar à Câmara e ao Senado as bases para a Lei n. 1889/53, que um ano mais tarde seria promulgada pelo Decreto n. 35.311 de 02/04/1954. (SÁ, 1995).

O Decreto n. 35.311/54 articula uma uniformização do ensino em Serviço Social, em seu art. 2º especifica finalidades como, por exemplo, o aperfeiçoamento dos conhecimentos e técnicas do Serviço Social. Em seu art. 3º. Afirma que as Escolas de Serviço Social devem possuir um conjunto de disciplinas necessário para à obtenção de diploma. Os cursos são de três modalidades: de aperfeiçoamento; de especialização e de extensão. A formação profissional tinha duração mínima de três anos.

O art. 5º apresenta as disciplinas necessárias para a formação acadêmica:

I - 1ª Série.

a) Sociologia; b) Ética Geral; c) Psicologia; d) Estatística; e) Noções de Direito; f) Higiene e Medicina Social; g) Introdução ao Serviço Social; h) Serviço Social de Casos; i) Serviço Social de Grupos.

II - 2ª Série.

a) Economia Social; b) Legislação Social; c) Ética Profissional; d) Higiene Mental; e) Pesquisa Social; f) Atividades de Grupo; g) Organização Social da Comunidade.

III - 3ª Série.

a) Administração de Obras Sociais; b) Organização Social da Comunidade; c) Pesquisa Social.

§ 2º - Além das disciplinas obrigatórias, o aluno da 3ª série deverá optar por um conjunto de disciplinas que integrem um dos seguintes setores:

I - Família: a) Serviço Social da Família; b) Puericultura; c) Economia Doméstica.

II - Menores: a) Serviço Social de Menores; b) Direito do Menor; c) Aspectos psicopedagógicos da conduta do menor.

III - Médico Social: a) Serviço Social Médico; b) Aspectos médico sociais das moléstias; c) Nutrição.

IV - Trabalho: a) Serviço Social do Trabalho e Técnicas auxiliares; b) Higiene e Segurança do Trabalho.

Apesar das significativas mudanças, e da regulamentação do ensino no Brasil, o modelo de atuação profissional que permanecia importado, começa a se desgastar. Para avançar, é iniciado um processo de ruptura com o Serviço Social tradicional. O futuro profissional passou a ser visto como um agente de mudança, a formação carecia de profissionais interessados nos problemas sociais.

O início de uma nova década, traz para a profissão, a ampliação de seu campo de atuação, e questionamentos, entre eles, o pensamento conservador acerca da hierarquia e submissão das mulheres socialmente pré-estabelecida.

Barroco (2001), afirma que não há de fato uma mudança no agir profissional, mas o questionamento de valores morais, principalmente na vida cotidiana, no que se refere a temáticas como a repressão sexual e de gênero. Ocorre um reposicionamento dos profissionais, iniciam-se novos debates com a intenção de romper com o posicionamento político-ideológico da classe burguesa.

Para o Serviço Social foi um momento de distanciamento dos dogmas da Igreja Católica, e uma possibilidade de construção de novas práticas e de um processo de formação mais crítico e profissional.

O cenário científico pré-1964, de acordo com Netto (2005), era um período de carência intelectual e prático-política, de precárias reflexões filosóficas, com ausência de instituições universitária e de pesquisa. O período ditatorial transformou o cenário da política educacional, os investimentos na educação pública foram reduzidos, e o ensino superior, passou a ser visto como setor rentável aos investimentos privados da burguesia, a educação de cunho privado tornou-se um grande negócio. É nesse contexto que, se iniciam as diferenças e comparações entre a universidade privada e a pública, a primeira frequentada por alunos de níveis socioeconômicos inferiores e a segunda, recebia alunos de classes abastardas.

No que se refere ao Serviço Social, mesmo frente ao processo de Ditadura Militar, tal fato não freou o processo de renovação da profissão, era hora de responder às novas demandas advindas do projeto de modernização pelo qual passava o Brasil.

O novo rumo crítico é permeado pela filosofia de Karl Marx, o Serviço Social adere como base científica ao Materialismo Histórico Dialético. Era preciso estudar o ser a partir de sua relação com sociedade, avaliando o presente, mas sem esquecer o passado, visto que a história é construída pelo homem.

A união das novas demandas e a nova influência teórica culminou na mudança do perfil do assistente social, este deveria se modernizar, visto que, a conjuntura exigia a ruptura com o viés tradicional da profissão. (NETTO, 2005).

O momento era de consolidação nacional e de laicização da profissão, o que gerou por consequência o surgimento da necessidade de um padrão acadêmico na que tange a formação profissional.

O marco da década de 1960 para a formação e a prática profissional, foi o já conhecido Movimento de Reconceituação do Serviço Social. José Paulo Netto (2005) é o autor que melhor descreve esse momento. O movimento refletiu a busca por uma consciência crítica e política por parte dos assistentes sociais. No campo da formação surgia uma nova proposta teórico-metodológica, era preciso romper com o assistencialismo, a prática profissional deveria ser transformadora e comprometida com as camadas populares da sociedade.

Enquanto alguns cursos universitários sofriam com a repressão militar, o Serviço Social por ser uma profissão de interesse burguês, tem a consolidação de sua formação incorporada pela universidade, fato que trouxe impactos para a formação profissional, como exemplo tem-se a influência da sociologia, da antropologia e da psicologia social. O crescente aumento de instituições de ensino demandava maior número de docentes, os novos profissionais que atuavam na docência, encontrava-se no meio de elementos de formação de base cristã e de elementos do período da implantação do regime ditatorial, essa contradição culminou no acúmulo de forças que alavancou uma massa crítica até então, inexistente, como resultado tem-se a redefinição da legitimação profissional, novas exigências para o mercado de trabalho e para a formação profissional, era o momento de renovar o Serviço Social.

O processo de renovação do Serviço Social foi caracterizado por Netto (2005: 127/128) como um

caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas, com marcadas fraturas ideológicas, projetos profissionais em confronto, concepções interventivas diversas, práticas múltiplas, proposições de formação alternativas – sobre o patamar de uma categoria profissional com formas de organização antes desconhecidas e o pano de fundo de uma discussão teórica e ideológica ponderável também inédita.

Uma das dificuldades encontradas para ir em frente nesse processo, era a falta de uma identidade científica própria do Serviço Social, a produção científica era escassa e as publicações que circulavam eram importadas – livros, artigos, teses – sobre a profissão. A consciência da renovação era algo concreto, porém como colocá-la em prática?

O processo de renovação da profissão é permeado, de acordo com Netto (2005, p.135-136) por quatro aspectos:

1. A instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal;
2. A crescente diferenciação das concepções profissionais, derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas;
3. A sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade posta por funções meramente executivas;
4. A constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo, mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa.

Conhecer esses aspectos permite melhor entendimento sobre o decorrer do processo de renovação, pois se trata de um processo heterogêneo, plural. Três vertentes, em diferentes períodos, em busca de um pluralismo profissional fizeram parte desse processo de renovação da profissão no Brasil, a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora foi considerada uma reflexão profissional, uma revisão dos métodos e técnicas antes utilizados. Dois momentos foram marcantes nesse contexto. O primeiro aconteceu em 1967 com o Primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social na cidade de Araxá (MG), onde foi debatida a concepção teórica e conceitual. Trinta e oito assistentes sociais participaram do seminário, a reflexão partiu do entendimento da profissão como uma prática institucionalizada, caracterizada pela ação junto a indivíduos que enfrentam problemas advindos de desajustes familiares e sociais. O documento elaborado ao final do evento aponta para a necessidade de romper com o tradicionalismo, no entanto não há ruptura, o tradicional permanece, mas em novas bases.

O segundo momento aconteceu, em 1970, na cidade Teresópolis (RJ), com a realização do Segundo Seminário, nele foi elaborada a concepção metodológica da perspectiva modernizadora. Foram trinta e três participantes, sendo 13 o número de participantes que estiveram no I Seminário em Araxá, o ponto de partida foi à necessidade de se estudar a metodologia da profissão perante a realidade brasileira. (NETTO, 2005).

“No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais tradicionais, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil.” (Idem, p.154). O autor ainda ressalta que a perspectiva

modernizadora não se esgota no que foi proposto nos documentos resultantes dos Seminários de Araxá e Teresópolis.

A segunda vertente é a Reatualização do Conservadorismo, trata-se de uma vertente que busca o retorno do conservadorismo profissional. Dois seminários compõem essa perspectiva, o Seminário de Sumaré (ocorrido no ano de 1978, o no Centro de estudos da Arquidiocese Carioca) e do Alto da Boa Vista (realizado em 1984 no Colégio Coração de Jesus), ambos no Rio de Janeiro.

O retorno ao Serviço Social tradicional se defronta com a laicização da profissão e com projetos marxistas. A reatualização do conservadorismo via o indivíduo de forma global, para eles não havia contradição entre capital e trabalho, no entanto, nenhum dos dois seminários causou grande impacto ou atraiu a atenção da vanguarda de profissionais. (NETTO, 2005).

Entre a perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo percebe-se uma clara contradição, é o novo defrontando-se com o tradicional. A perspectiva modernizadora avançou no âmbito de elaboração profissional ao englobar as relações sociais, enquanto a reatualização do conservadorismo preconizava o retorno ao tradicionalismo profissional.

A terceira vertente refere-se à Intenção de Ruptura, um momento de tomada de consciência, de inconformismo frente à inserção da profissão em uma sociedade de classes, no âmbito da fundamentação teórica, da formação e da prática profissional, surgiram debates e questionamentos acerca da profissão e das mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais. Foi também um momento de afirmação de uma nova postura profissional, porém, ainda em bases que oscilam entre aspectos conservadores e os avanços galgados ao longo de até então, 40 anos de história do Serviço Social.

Em relação à universidade, a perspectiva de intenção de ruptura foi indispensável para avançar com a renovação da profissão.

A perspectiva da intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e pratico-profissionais. (NETTO, 200, p. 250).

Para superar a carência de produções científicas, e aumentar quantitativo de publicações sobre o Serviço Social, o *lócus* que melhor reflete esse momento, foi a

universidade, um espaço que possibilitou através de pesquisas e curso de extensão, um passo além do imediatismo profissional.

Outro fator marcante das décadas de 1970 e 1980, foi à implementação da pós-graduação em Serviço Social em níveis *lato sensu* e *strictu sensu*. Os cursos de mestrado e doutorado tiveram amplos desdobramentos, incluindo a possibilidade de intercâmbios nacionais e internacionais.

A Intenção de Ruptura foi proporcional à aproximação teórica do Serviço Social com a tradição marxista. A ligação entre as já conhecidas contradições e a incorporação com o marxismo, faz com que movimento de reconceituação permanecesse em busca de ruptura com o passado profissional. (Iamamoto, 2006). Porém o marxismo também se aproxima do Serviço Social através do âmbito acadêmico, nas produções científicas, bem como se faz presente na análise da realidade em que o profissional iria intervir.

De acordo com Netto (2005), o momento de inauguração da intenção de ruptura, ocorreu com as inovações e propostas balizadas na teoria marxista, através do enfrentamento de questões que configuravam a parte teórica, ideológica e operativa da profissão, por uma equipe da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte na década de 1970.

Netto aponta que o método BH estava,

Além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo [...] ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2005, p.276-277).

O método marcou posicionamentos que indicaram um mínimo de referencial teórico, para que, se possa de forma ampla, tecer uma análise da realidade e seus cenários no processo de formação e prática profissional.

A década de 1970 se encerra com mais um marco histórico do Serviço Social, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo, evento realizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS (hoje, CFESS Conselho Federal de Serviço Social). Durante a mesa de abertura, a mesa composta por integrantes oficiais da ditadura foram destituídos e em seus lugares foram convidados membros do movimento dos trabalhadores.

É também um momento de percepção da alienação frente o cenário político vivido no país. Netto (2009, p. 666) sustenta que,

A ruptura dessa deletéria alienação que reside à significação essencial do III Congresso – ruptura que justifica integralmente a sua caracterização como “Congresso da Virada”. [...] assim como marcou uma clivagem na dinâmica política brasileira, o III Congresso operou uma decisiva transformação na dinâmica profissional do país.

O congresso que ficou conhecido como o Congresso da Virada, possibilitou uma maior análise da vida social onde a profissão estava inserida, questionou o conservadorismo, foi um momento de mobilização e politização dos profissionais e estudantes do Serviço Social.

As quatro primeiras décadas do Serviço Social no Brasil foram um misto de avanços e retrocessos, porém deve ser considerado que, firmar socialmente uma profissão em uma sociedade que passava por constantes mudanças econômicas, políticas e sociais, não é algo simples de se alcançar. São quarenta anos de tentativas de se harmonizar com a sociedade e com seus sujeitos, a formação, seus meios e sua prática. Em um balanço – ainda que breve - pode-se afirmar que os momentos de crise, de reflexão, de debates foram necessários e suficientes para ir em frente e consolidar as bases para concretização da esperada mudança de direção da profissão no contexto brasileiro.

1.2 A conjuntura dos anos de 1980 e a mudança na direção social da profissão

As décadas anteriores foram marcadas por avanços e retrocessos próprios de algo que não está definido. A profissão passou e passa por debates que visam garantir o seu avançar, a consolidação e a qualidade de sua reprodução profissional. Como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho vêm tentando se adequar as transformações econômicas, políticas e sociais que permeiam seu objeto de trabalho, a questão social, que por sua vez também reflete tais mudanças. As décadas de 1960 e 1970 iniciaram o processo de renovação do Serviço Social, porém são nas próximas duas décadas (1980 e 1990) que as reformulações

ganharam maiores proporções e culminaram em mudanças concretas no âmbito da formação e da prática profissional.

Ainda sobre as influências da perspectiva de ruptura, é na década de 1980 que o Serviço Social volta-se para si mesmo, para a compreensão de sua história e das peculiaridades de uma prática profissional, que se viu marcada pelas transformações sociais, bem como sua relação com o Estado e com suas demandas sociais oriundas da divisão social e técnica do trabalho. É também um período de amadurecimento das produções sobre a teoria da profissão dentro da Universidade, palco do debate acadêmico que leva em frente o processo de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador. É a década que mudou a direção social da profissão, um momento de voltar-se para o Estado, para as políticas sociais e para a condição de vida dos sujeitos.

No campo da formação profissional, almejava-se que de fato houvesse uma consolidação da teoria marxista, está proporcionou ao Serviço Social uma visão mais crítica da sociedade e das transformações no mundo do trabalho que geravam desigualdades sociais, foco de atenção e intervenção da profissão.

Nas palavras de Yamamoto (2006, p.11),

Trabalho e formação profissional encontram-se estreitamente conectados na resposta a um desafio comum: o seu enraizamento na história contemporânea, de modo que qualifique o desempenho do assistente social e torne possível a atualização e a adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos, sem abrir mão de seus compromissos com a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade.

A autora afirma ser necessário que houvesse na época, um repensar coletivo do exercício e da formação profissional, ou seja, a academia precisava produzir respostas acadêmicas, técnicas e ético-políticas, que acompanhassem os processos sociais em curso. (Idem).

O contexto desafiava o Serviço Social a aderir um rumo ético-político e a formar profissionais informados, críticos e competentes.

Acompanhando esse processo de transformação na formação profissional, de inquietação e insatisfação, entre as décadas de 1970 e 1980, mais particularmente em 1979, a Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), impulsionou o debate acerca do processo de modificação curricular proposta pela ABESS, partindo de uma ampla revisão teórica, metodológica, política e operativa nos cursos de

Serviço Social. Depois de aprovada pela Assembleia da Associação Brasileira das Escolas de Serviço social, a partir de 1982 a proposta curricular foi implementada, esta alegava que tanto a formação, quanto a prática profissional deveriam romper com a herança conservadora da profissão, deveriam também incorporar a tradição marxista e direcionar sua ação para o interesse dos usuários do Serviço Social. Chegavam ao fim, à intervenção profissional de caso, grupo e comunidade.

Os debates seguiram dois eixos: O primeiro eixo entende que a formação profissional deve contemplar a realidade/problemática universitária, haja vista que, em um espaço, onde se tem por objetivo formar profissionais, que atuaram diretamente na sociedade, corre-se o risco de imprimir, ou não, o direcionamento político da instituição formadora. O segundo eixo, refere-se à vinculação entre formação profissional e realidade social, a formação profissional e sua relação com a prática profissional em uma determinada sociedade, tendo como referência fundamental a realidade social, uma vez que, compreende-se a profissão de Serviço Social como reguladora das relações sociais. (CASTRO; TOLEDO, 2011).

Assim, a reforma curricular defendia a concepção da formação profissional, baseada no fato de que deveria proporcionar subsídios ao profissional, para que ele pudesse responder as demandas e necessidades dos cidadãos, a partir de referencial crítico, que gera um conhecimento científico, teórico e metodológico, com vistas a garantir, a formação de um projeto profissional direcionado para o social e articulado com os projetos da classe trabalhadora.

Neste interim, a formação profissional não poderia ser limitada a uma simples preparação para o emprego, era necessário que houvesse articulação entre os propósitos do projeto profissional e as demandas reais; o espaço ocupacional do assistente social não deveria ser reduzido a uma prática rotineira, baseada no senso-comum; além das demandas já reconhecidas, haveria de se reconhecer e conquistar novas possibilidades de atuação; e por fim, um dos maiores e mais recorrentes equívocos, não há contradição entre teoria e prática. (CASTRO; TOLEDO, 2011).

O rompimento da prática profissional com a ideologia dominante foi uma das preocupações da reforma curricular. Ainda de acordo com Castro e Toledo (2011, p. 12), baseado nas reflexões dos atores participantes, o currículo mínimo foi subdividido em duas partes, mais as matérias complementares obrigatórias:

Ciclo básico - comportava o conhecimento da realidade social, através das organizações que expressavam o contexto institucional da sociedade e da instituição serviço social como prática específica, e o conhecimento dos usuários do Serviço Social. As disciplinas que faziam parte da área básica eram: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social.

Ciclo profissionalizante - englobava o conhecimento sistemático da função social da intervenção do assistente social e as habilidades quanto às estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados. As disciplinas da área profissionalizante eram: Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Política Social, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social e Planejamento Social.

Matérias complementares obrigatórias - O Estudo dos Problemas Brasileiros, Educação Física, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado.

A reforma curricular deveria garantir que, o novo aporte teórico proporcionasse um exercício profissional capaz de atuar na realidade social de forma objetiva; o homem deveria ser compreendido como ser histórico; a pesquisa deveria ser utilizada como instrumento da prática profissional, bem como a utilização de uma metodologia própria.

No entanto, apesar dos avanços, a reforma curricular deixou algumas lacunas, como por exemplo, o que se refere ao Estágio Supervisionado, que não recebeu atenção suficiente, uma vez que não teve uma definição própria, apesar da exigência do conhecimento da realidade social. Vale ressaltar que esse documento proporcionou uma base mais concreta para as futuras reflexões e mudanças na estrutura curricular dos cursos de Serviço Social.

As lacunas e avanços da reforma curricular, principalmente no que tange a redefinição do papel social da profissão, e seu compromisso com a busca de direitos de seus usuários, deixaram marcas que culminaram na reelaboração do Código de Ética Profissional (CEP), em 1986¹ o “novo” código apresentava como característica, a necessidade de mudança frente ao vínculo entre profissão e as lutas por direitos sociais da classe trabalhadora.

Observa-se que, por ventura, as lacunas sentidas poderiam decorrer do momento histórico vivido, uma vez o processo ditatorial declinava e a sociedade se articulava com os movimentos sociais para iniciar a luta pela instauração da democracia, fato que também influenciou o posicionamento dos assistentes sociais no redirecionamento de sua prática.

¹ O primeiro Código de Ética Profissional foi elaborado 1947 e reelaborado nos anos de 1965, 1975, 1986 e 1993. (BARROCO, 2001).

A década de 1980, marcada pelo fim da Ditadura Militar e pela conquista da democracia nacional, passa a ter as necessidades sociais legitimadas através da politização e organização dos movimentos da classe trabalhadora, em sua própria defesa. O Serviço Social passa a intervir na defesa e garantia dos direitos. Direito ao trabalho, à seguridade social, aos direitos civis, políticos e sociais, direitos como o de liberdade de expressão, à identidade e igualdade de gênero, étnico-racial e à liberdade de orientação e expressão sexual.

Todos os direitos acima referidos foram garantidos via Constituição Federal de 1988, o marco da democracia brasileira, bem como a assistência social, que também entrou na redação constitucional, na seção IV, art. 203 e 204. Fica garantido que a assistência social será prestada a quem dela necessitar como política não contributiva de forma direta.

As conquistas e mudanças no rumo profissional podem ser consideradas em sua concretude, o processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro, iniciado nas décadas anteriores, fortalece a continuidade de repensar a formação e a prática profissional na contemporaneidade.

Os debates que ocorreram na década de 1980 apontaram para o perfil profissional “comprometido com valores ético-humanistas: com valores de liberdade, igualdade e justiça, como pressupostos e condições para a autoconstrução de sujeitos individuais e coletivos, criadores de história”. (IAMAMOTO, 2006, p. 185). A mudança no perfil profissional só foi possível com a influência da teoria marxista no aporte teórico-metodológico do Serviço Social.

O legado da década de 1980 para a profissão e sua renovação, reflete a busca do Serviço Social para manter-se na contemporaneidade como profissão socialmente necessária. A perspectiva ética, unida a teoria marxista e a consciência da contradição existente entre os interesses de classe, balizou a construção de projeto ético-político, concretizado na década seguinte.

1.3 A materialização do projeto ético-político no fazer profissional pós anos 90

O caminhar da formação profissional foi permeado por mudanças nos rumos políticos, econômicos e sociais no Brasil. Essas mudanças, ao longo de seus 60 anos, apontaram transformações necessárias para que a profissão se mantivesse atenta às novas demandas. Nas

duas últimas décadas (1970 e 1980) que precederam os anos de 1990, houve necessárias reflexões sobre a formação e a prática profissional, as quais determinaram a superação do caráter conservador que norteava o Serviço Social. O movimento de reconceituação, em especial, a perspectiva de intenção de ruptura proporcionaram o alicerce para a construção e consolidação de um projeto profissional coletivo, ético e político.

Antecede ao projeto profissional, um projeto de formação profissional na contemporaneidade. Não se trata apenas de pensar um novo projeto, Iamamoto (2006), indica a necessidade de reconciliar o projeto formativo com a história, a formação precisa de maior densidade de informações sobre a sociedade em que atua, é preciso atualizar o conhecimento. É somente através de uma formação culta e atenta à cena contemporânea, que a profissão será capaz de antecipar problemáticas e formular propostas profissionais focadas no protagonismo dos sujeitos sociais, bem como manter um projeto profissional que através das lutas sociais, tenha a capacidade de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. A formação profissional contemporânea deve contemplar um futuro profissional sensível ao processo de criação de uma cidadania ampla, e não prezar pelo individualismo apontado pelo mercado.

Há de se considerar que todo projeto, seja de formação ou profissional está envolto pela construção social, esta, por sua vez, é processual e continua, não há uma realidade única, existe uma dinamicidade que coloca em movimento a formação e prática profissional do Assistente Social e as bases para esse novo momento exigem equidade, justiça, democracia e ética.

Netto (1999) esclarece que antes de se tecer considerações sobre o projeto ético-político, faz-se necessário diferenciar os projetos societários dos projetos profissionais. Os projetos societários são projetos coletivos, macroscópicos, possuem proposta para a sociedade, são constituídos por estruturas flexíveis, uma vez que devem atender as novas demandas que se renovam conforme o correr da história e da política. No que tange aos projetos profissionais, estes também são projetos coletivos, mas relacionam-se a profissões reguladas juridicamente e que possuem formação de nível acadêmico superior. Possuem estruturas dinâmicas para incluir demandas decorrentes das transformações econômicas, históricas e culturais. São projetos que determinam a imagem e os valores que legitimam uma determinada profissão.

Os projetos societários e profissionais são permeados pelo pluralismo, fator que deve ser ressaltado. Os sujeitos que fazem parte dessa coletividade são heterogêneos, indivíduos

diferentes com posicionamentos teóricos e ideológicos por vezes divergentes, logo, tem-se um espaço plural merecedor de respeito e capaz de enriquecer a construção de um projeto ético-político.

O amadurecimento, as escolhas e o avançar teórico, metodológico e crítico da profissão encontram-se vinculados ao avançar da materialização do Projeto Ético-Político. É um projeto que reflete o esforço histórico e coletivo de uma categoria profissional.

Para a Silva (2012, p.16), o Projeto Ético-Político do Serviço Social é um “espaço de sociabilidade não só da categoria, como também da população de trabalhadores e suas famílias, as quais têm nos serviços sociais e no profissional de Serviço Social um ponto de encontro, de coaprendizagem e de luta”. Considerado um produto das relações societárias, o referido projeto permite a construção de uma identidade profissional, bem como, leva a categoria a entrar em sintonia como o movimento contínuo da sociedade brasileira.

Netto (1999) afirma que os projetos profissionais, ao serem designados como ético-políticos, devem unir as indicações éticas a uma direção política-profissional. O autor caracteriza a dimensão política do projeto, devendo se posicionar a favor da equidade e da justiça social, garantir a universalização de acesso a bens e serviços, ampliar e consolidar a cidadania, entre outros. A dimensão profissional deve ser baseada em formação acadêmica qualificada, na competência e no aperfeiçoamento intelectual dos profissionais do Serviço Social. É um projeto que,

Em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, à emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (Idem, p. 15).

O autor mostra de forma esquemática, que o projeto profissional deve unir-se aos societários na afirmação da defesa intransigente dos direitos humanos, recusar todas as formas de arbítrio e preconceito, o pluralismo presente na profissão e na sociedade deve ser positivo, pois o mesmo deve almejar uma nova relação entre usuários e Assistentes Sociais.

O espaço para conhecimento e debate acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social, é em geral o espaço universitário. Silva (2012) demonstra que é na graduação, mais particularmente na disciplina de Ética, que os discentes em processo de formação profissional têm seu primeiro encontro com os instrumentos que compõem o projeto. Entende-se que seja

necessária para a formação profissional, uma maior atenção e descrição dos três elementos que constituem o Projeto Ético-Político da Profissão, o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e as Diretrizes Curriculares de 1996.

1.3.1 Código de Ética Profissional do Assistente Social – Resolução 273/1993

Em sua trajetória brasileira, o Serviço Social teve cinco Códigos de Ética Profissional. Não cabe aqui, um retrospecto dos códigos passados, mas uma breve caracterização dos mesmos, até sua reformulação em 1993.

Cada código profissional refletiu o momento histórico pelo qual passava o país. Eles são instrumentos importantes tanto para a formação, quanto para prática profissional. Os primeiros códigos apresentavam valores mais morais do que éticos, reproduziam a filosofia cristã e demonstravam uma perspectiva acrítica e apolítica das relações sociais contraditórias.

A caracterização dos códigos será realizada de acordo com Silva (2012).

Código de 1947	Apresentava forte moralidade e carga religiosa, a prática profissional era voltada para o desajuste individual, e a profissão ainda não era regulamentada.
Código de 1965	Focava na família, na estabilidade e integridade moral; outro foco era na integração social; Foi estabelecido o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.
Código de 1975	Estabelecia os sinais de articulação entre formação, conduta moral e organização da categoria profissional; focava na pessoa humana, na integração social através da participação e da solidariedade; ainda apresentava forte herança moral.

Barroco (2007) mostra que a havia uma defasagem na produção ética profissional, a ABESS publicou em 1962, o livro “Código Moral do Serviço Social”, que visava subsidiar a formação moral do assistente social, tal fato afirma que o tradicionalismo e a vertente conservadora iam além do Código de Ética Profissional. Consta no livro que o Assistente Social deveria, por exemplo, evitar faltas contra os bons costumes, ser um modelo de cortesia, levar uma vida metódica, não se recusaria a sacrificar parte de sua saúde e defenderia sempre à noção exata de família, mesmo que tivesse que se opor as leis que preconizassem o divórcio, que fossem tolerante a infidelidade ou que imperassem sobre a autoridade paterna.

Pode-se constatar que o conservadorismo moral que imperava sobre a formação e prática profissional, não aceitava e nem estava aberto às transformações sociais e culturais que se faziam presente no tocante a família tradicional, contemplando assim, o patriarcalismo burguês.

A necessidade de construir um novo rumo profissional afirmada no Movimento de Reconceituação e no III CBAS deu origem também a mais uma reformulação do Código de Ética Profissional. O código de 1986 negava o tradicionalismo, Barroco (2007) afirma que era preciso uma nova ética profissional, esta deveria refletir a vontade coletiva e romper com a visão acrítica.

Silva (2012) caracteriza o Código de 1986:

Código de 1986	Apresentava o reconhecimento do processo histórico; bases marxistas; uma nova ética em consequência da inserção da categoria nas lutas sociais; vinculação da prática profissional com a classe trabalhadora; e sua relação com o usuário.
-----------------------	---

O Código de 1986 representa sem dúvida, mais um passo relevante para a profissão, porém as transformações que ocorriam no país demandavam ir além.

Em 1993, através da Resolução 273, um novo Código é aprovado, trazendo consigo a superação das fragilidades do anterior, e o avanço teórico. Silva (2012) aponta que o Código de Ética é um instrumento pedagógico da profissão, mas acredita-se que este deve permear também a formação profissional, pois a atual elaboração contempla dimensões que eram inexistentes na formação, tais como a dimensão teórica, técnica e política da profissão.

Barroco (2007) aponta que as condições socioeconômicas e ideo-políticas que marcaram a década de 1990, ao atingirem de forma direta a população trabalhadora, causaram um duplo rebatimento para o Serviço Social,

seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores assalariados e como profissionais viabilizadores de direitos sociais. A vertente profissional que nos anos 1980, ganhou legitimidade na direção das entidades de profissionais e estudantes, na organização sindical, no debate crítico, na produção inserida na tradição marxista, na revisão curricular de 1982 e na reelaboração do Código de 1986, defronta-se com o desafio de responder a essa conjuntura, sem perder suas conquistas. (Idem, p. 180).

O Código de Ética proporciona ao profissional uma busca constante por atualização e também de fiscalização, para que o mesmo ultrapasse os muros da categoria profissional.

Elemento fundamental para esse avançar, são as universidades, pois, a formação deve ser palco de discussão e efetivação das mudanças necessárias para superação de uma visão endógena, as mudanças devem vir da formação para atingir a prática profissional.

A reavaliação do Código de 1986 traz como resultado, onze princípios fundamentais baseados na influência das lutas democráticas que geraram a Constituição de 1988.

Constituição Federal de 1988	Código de Ética Profissional do Assistente Social – 1993
Soberania	Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
Cidadania	Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
Dignidade da pessoa humana	Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
Pluralismo político	Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

O Código de Ética do Assistente Social não é o único instrumento que compõe o Projeto Ético Político da profissão. Sabe-se que o referido projeto não se sustenta sem a ética, que por sua vez, não se efetiva sem que ocorram ações políticas, ou seja, é necessária uma prática política estruturada na ética. Um Projeto Ético-Político, só ganha legitimação se o Código de Ética estiver em sintonia a Lei de Regulamentação da Profissão e as diretrizes curriculares, é a união do processo de formação e da prática profissional.

1.3.2 Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662/1993

Trinta e seis anos separam as duas Leis que Regulamentam o Serviço Social no Brasil. O decreto nº 994 de 15 de Maio de 1962, regulamenta a Lei nº 3.252 de 27 de Agosto de 1957, o documento dispõe da regulamentação da formação e da prática profissional, regulava as escolas e os espaços de atuação.

Três décadas passadas, a conjuntura brasileira e suas transformações, apontam para uma nova direção no exercício profissional. O Congresso da Virada produziu um ambiente favorável para que a categoria discutisse sobre uma revisão na Lei de regulamentação da profissão. Em 7 de Junho e 1993 foi aprovada a Lei nº 8.662. Composta por vinte e quatro artigos, que norteiam o exercício, as competências e as atribuições privativas da profissão.

A renovação da Lei de Regulamentação da Profissão, ao definir com maior precisão as atribuições e competências profissionais, contribuiu para inscrever a profissão de Serviço Social em um patamar qualificado no tratamento das expressões da questão social. A partir de então, buscou-se aprofundar, cada vez mais em uma perspectiva crítica e de totalidade, o arsenal teórico-metodológico, ético-político e os instrumentos normativos. (CFESS Manifesta, 2011).

1.3.3 Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social – 1996

As primeiras informações sobre um Currículo Mínimo do curso de Serviço Social são da década de 1970, sob o Parecer nº 242/1970. Doze anos depois, a ABEPSS, através do Parecer nº 412/1982, aponta para uma necessária revisão, afirmando que o currículo vigente, frente à formação profissional, trazia uma “visão fragmentada da realidade em que deveria atuar” (Parecer nº 412/1982 do Conselho Federal de Educação).

A formação profissional vem sendo, através das diretrizes curriculares, revisadas em média, de década em década. Como já exposto anteriormente, o Currículo de 1982 foi um marco para o Serviço Social. Aliado as conquistas geradas no Movimento de reconceituação e ao Congresso da Virada, contemplou também o desejo de ver nascer uma nova formação e prática profissional. A ABEPSS ainda ressalta que,

A formação do profissional de Serviço Social tem como referência básica, o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social (...) Torna-se, portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação.(...) Trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situa no plano da re-flexão-ação, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. (Idem)

No contexto da materialização do Projeto Ético-Político, a diretriz curricular de maior relevância se faz presente através da Lei n° 9396, de 20 de Dezembro de 1996. Observa-se que, o processo de formação também entra em uma dinâmica necessária, para se atualizar e conseguir que futuros profissionais sejam capazes de atuar frente ao desdobramento das demandas sociais.

A formação profissional ganha papel de destaque, a ABEPSS elabora um novo projeto curricular, que traz consigo o pensamento crítico, o envolvimento com a teoria marxista, a ser dividido em três núcleos: 1. Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social; 2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira; 3. Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

No documento em questão, o perfil do Bacharel em Serviço Social aponta para um.

profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento. [...] Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho. [...] Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (DIRETRIZES CURRICULARES ABEPSS)

Em relação às competências e habilidades, o currículo está em consonância com a Lei de Regulamentação da profissão. Aponta, entre outros, que a formação profissional “deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política”.

Mais uma vez, o novo esbarra nos resquícios do conservadorismo, a nova proposta de diretrizes curriculares, resultou dos debates ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, da intenção de ruptura, as reformulações do Código de Ética até a Lei de Regulamentação da Profissão, toda essa construção de uma nova identidade profissional, rebateu na formação dos futuros profissionais, é necessário perceber, como ressalta Iamamoto (2006, p. 262), que exigisse “uma indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade”, logo, um currículo

que capacite com qualidade seus discentes, não pode estagnar, deve renovar-se constantemente, com vista a não fragmentar outra vez a compreensão da realidade onde o profissional irá atuar.

Em suma, pode-se observar, que entre os avanços e retrocessos que permeiam quase oitenta anos de profissão no Brasil, o Serviço Social encontra-se em movimento constante, seja para adequar-se às novas realidades econômicas, políticas, culturais ou sociais, seja para fortalecer a formação profissional capaz de enfrentar os desafios de lidar com as contradições sociais, romper com conservadorismo que ainda assola o cotidiano profissional e evitar que se caia em um fazer profissional burocratizado.

Iamamoto (2006, p. 170) afirma que as condições necessárias para que a formação profissional se adeque a dinâmica social, “é implodir a visão endógena do serviço Social e da vida universitária, prisioneira em seus muros internos”. Ou ainda, em uma de suas célebres frases, “pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação”. (Idem, p. 19).

É somente através do conhecimento que se alcança uma identidade profissional. É imprescindível romper com a visão equivocada que prática e teoria são antagônicas, pelo contrário, não há prática sem teoria. É o conhecimento que fundamenta teoricamente uma prática profissional de qualidade e que define sua intensidade, para tanto, o compromisso com a profissão deve se dar inicialmente no espaço de ensino-aprendizagem.

A partir dessa compreensão, torna-se importante caracterizar as instituições participantes da pesquisa, assim como também apresentar o perfil dos discentes e docentes das referidas IES (instituições de ensino superior) conforme se verificará no item seguinte.

1.4 O Perfil dos discentes do Curso de Serviço Social em duas instituições de ensino superior em Manaus.

A formação profissional em Serviço Social apresenta peculiaridades na cidade de Manaus, tanto pela trajetória do curso, já que temos um dos cursos mais antigos do Brasil, o qual funciona na Universidade Federal do Amazonas, quanto no quantitativo de cursos que funcionam na cidade, que envolve cerca de uma dezena, entre eles: Faculdade Metropolitana de Manaus (Fametro), Centro Universitário do Norte (Uninorte), Escola Superior Batista do

Amazonas (ESBAM), Centro Universitário Nilton Lins, Centro de Ensino Literatus, Universidade Anhanguera, Centro Universitário Leonardo da Vinci, Faculdade Salesiana Bom Bosco (FSDB), Faculdade Martha Falcão, entre outras.

Pelas demandas profissionais e o amplo campo de formação profissional em Manaus, fez-se necessário conhecer qual o conceito ou significados de família que os sujeitos pesquisados absorvem no processo de formação profissional.

Para tanto, foram escolhidas duas instituições de ensino superior na cidade de Manaus, sendo uma pública, a Universidade Federal do Amazonas e uma privada, Faculdade Salesiana Dom Bosco, os sujeitos da pesquisa foram divididos em dois grupos, discentes (ingressantes e finalistas) e docentes (com formação em Serviço Social).

A Universidade Federal do Amazonas – UFAM iniciou sua história há mais de um século, como Escola Universitária Livre de Manáos. Sua origem ocorreu no Clube da Guarda Nacional do Amazonas, entidade fundada em 05 de setembro de 1906, o objetivo principal era fomentar o desenvolvimento profissional dos associados e cultivar as ciências auxiliares da arte da guerra e criar uma escola prática militar. Em 10 de novembro de 1908 foi criada em Manaus a Escola Militar Prática do Amazonas, na época eram ofertados dois cursos, um preparatório e outro superior, porém ambos eram principalmente destinados à instrução militar de oficiais da Guarda Nacional e de outras milícias, a Escola passou a chamar-se Escola Livre de Instrução do Amazonas.

Passado quase um ano, no dia 17 de janeiro de 1909, a Escola de Instrução Militar do Amazonas se transformava na Escola Universitária Livre de Manáos. Os primeiros cursos ministrados foram Engenharia Civil, Agrimensura, Agronomia, Indústrias, Ciências Jurídicas e Sociais, bacharelado em Ciências Naturais e Farmacêuticas e Letras.

De acordo com Costa (1995) no dia 16 de novembro de 1940 surge a Escola de Serviço Social de Manaus, criada por André Araújo objetivava complementar o programa de assistência social da época. O autor ressalta que:

A escola de Serviço Social de Manaus surgiu a partir do poder do Estado, seguindo uma linha cristã, para resolver os problemas de doenças, prostituição, mendicância, exploração do trabalho das mulheres e dos menores nas fábricas e organizar as famílias. Era preciso preparar tecnicamente as pessoas que teriam por missão combater esses problemas, conjugando a assistência pública com a particular (COSTA, 1994 p. 60-61).

Mesmo frente à proposta positiva e funcionalista da profissão, já se tinha como objetivo a questão da família, ou seja, mesmo frente às limitações teórico-metodológicas da época, já se via uma preocupação em se trabalhar a referida categoria.

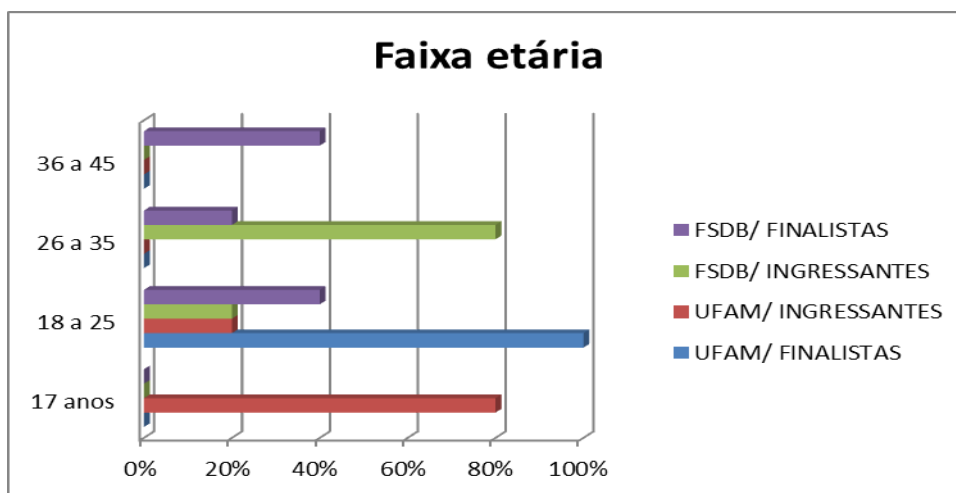
Já a Faculdade Salesiana Dom Bosco é uma instituição de ensino superior mantida pela Inspeção Missionária da Amazônia, que integra a comunidade religiosa católica Congregação Salesiana, fundada por Dom Bosco em 1859. A Congregação Salesiana possui um Conselho Geral em Roma e mais de oitenta circunscrições Jurídicas, denominadas Inspeções, disseminadas por todos os continentes, em 123 países. Quase oitenta anos se passaram até o ensino superior foi instituído pela fundação do Sonada Salesian College, na Índia. Hoje, a Congregação conta com 43 Instituições Universitárias Salesianas no mundo, 30 delas nas Américas e no Brasil.

Em Manaus, a FSDB tem 14 anos de história, foi credenciada pela portaria 1.166/2002/MEC, sendo filiada a Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia. O Curso de Serviço Social é reconhecido pelo MEC e possui hoje conceito 4 (quatro) no ENADE, além de ser associado a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Ao partir da realidade de inserção de uma instituição de ensino de natureza pública e outra privada, iniciou-se a pesquisa de campo, atentando para o fato de que, a coleta de dados foi diferenciada para discentes e docentes, aos ingressantes e finalistas foi aplicado inicialmente um questionário voltado para traçar o perfil socioeconômico, conforme se pode verificar através dos dados seguintes.

Quanto à faixa etária dos discentes observou-se que:

Gráfico 01



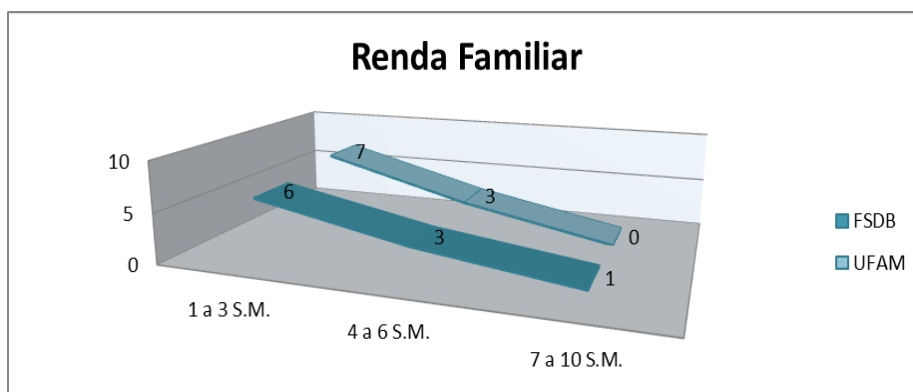
Na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) os discentes adentram muito jovens na graduação. Verificou-se que 80% dos ingressantes tem cerca de 17 anos e apenas 20% encontra-se na faixa etária de 18 a 25 anos. Entre os finalistas, 100% estão entre 18 e 25 anos.

Já na Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB) obteve-se a seguinte faixa etária: 80% dos ingressantes estão entre 26 e 35 anos, enquanto os finalistas distribuem-se 40% entre 18 e 25 anos, 40% entre 36 e 45 anos e apenas 20% entre 26 e 35 anos, ou seja, o grupo apresenta-se de maneira heterogênea no que tange a idade em que está cursando Serviço Social.

O gênero dos estudantes foi predominante feminino e cerca de 80% dos discentes moram com até seis membros da família. No que se refere ao parentesco, (100% dos sujeitos se referiram a considerar como família membros consanguíneos, tais como: pais, avós, tios, sobrinhos etc.

No que se refere à situação da renda, os dados da pesquisa apontaram o contexto abaixo:

Gráfico 02



O gráfico mostra que 70% dos discentes da UFAM tem renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos e na FSDB tem-se 60% dos sujeitos com o referido dado, ou seja, no que tange a renda, não há um distanciamento demasiado no perfil dos alunos. Outra informação é a de que em 100% dos discentes das duas instituições, somente 1 ou 2 pessoas compõem a renda.

Para aprofundar a temática, é necessário tecer considerações sobre a inserção da família na formação profissional, o que será trabalhado no capítulo que se seguirá *a posteriori*.

CAPÍTULO II

A FAMÍLIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Se existe uma temática em voga em diferentes setores da sociedade na atualidade, essa temática é a família. Seus conceitos e suas configurações estão em constante debate na mídia, nas igrejas, nos tribunais, nos consultórios, nas escolas e universidades. Falar sobre família é algo complexo e frequentemente está associado aos temas considerados “tabus”, principalmente quando se fala de configurações familiares “não-tradicionais”. Pelo que já foi exposto em diversas áreas de conhecimento, família não é termo que se possa conceituar de forma uníssona, há que se considerar o contexto histórico, cultural, demográfico, social e quiçá, político e econômico de cada país onde é analisada.

Os debates ora concordantes, ora antagônicos, confirmam a diversidade em que vive a humanidade, não há tese pronta e ainda há muito espaço para opiniões até que, se chegue a um denominador comum. Mas será ele necessário?

Este capítulo tem como objetivo, ressaltar alguns dos principais pontos históricos acerca da origem família, abordar alguns dos conceitos mais difundidos nas Ciências Sociais e no Serviço Social, bem como avaliar como docentes e discentes se reportam a família.

Ressalta-se que, um assunto histórico não se esgota em contáveis linhas. O que se pretende, é despertar a atenção necessária aos profissionais e acadêmicos de um curso que está vinculado diretamente a exclusão social, expressão da questão social sempre presente nos caminhos dos Assistentes Sociais, no intuito que cidadãos não se tornem invisíveis sociais. Do que vale, pensar em políticas de atenção e proteção a criança e ao adolescente, ao idoso, ao negro, ao indígena, a mulher, se não vemos todos esses atores sociais como membros de uma família? A fragmentação da família trouxe diversas políticas, mas ao conceber seu núcleo, como primeiro meio de socialização e proteção, traz à tona a necessidade de melhor conhecer suas diversas formas.

A temática é atual e segue com ares de empolgação ou desafio nas pesquisas acadêmicas ou mesmo de cunho social, haja vista se tratar de um espaço que representa sincronicamente a unidade e a diversidade.

Maluf (2012) cita que na esfera cível, a família na pós-modernidade tem sua formação plural em decorrência de uma inquietação social e cultural que colocou o amor em suas todas as suas formas em evidência.

A família baseada no amor moderno alça novos valores e “novas” formas, o ponto alta dessa interpretação, seja a nível jurídico ou social é garantir a dignidade da pessoa humana, o direito a livre escolha de quem vai amar e com quem irá formar sua família. A socioafetividade é basilar na escolha a partir da vontade consciente do indivíduo de pertencer ou não a determinado núcleo familiar, independente do fator biológico.

2.1. A Concepção de Família na Construção Histórica, Social e Cultural.

A família como é vista hoje, não se originou em múltiplas configurações, um ponto comum entre autores e história, é o fato de ser a família considerada um grupo de pessoas que juntas compõem a dinâmica da vida social, ou seja, a análise histórica e social aponta que, conforme a sociedade se transforma, as configurações familiares acompanham esse processo.

Ponto de partida para envolver diversas interpretações acerca da família, é a compreensão de que a união em pares é fato natural, vinculado a questões biológicas, mas que trata as relações familiares como um agrupamento formal ou informal, que se origina espontaneamente no meio social, que através da dinâmica da realidade possibilita visões e interpretações diversas que culminam em um processo maior de construção cultural.

Em princípio, o que se tinha de mais próximo de família, era a *famulus*, termo criado na Roma antiga que significava escravo doméstico e simbolizava a introdução e a escravidão na agricultura de um novo grupo social originário de tribos latinas. O homem se desenvolveu a partir de relações afetivas e sexuais, o que os ligava era o instinto e posteriormente a diferenciação entre o afeto parental e fraternal. Maluf (2010) aborda que o amor é o sentimento responsável pela necessidade de união fraternal entre os homens.

A autora afirma que o amor sempre despertou o interesse de cientistas e pensadores, mas que não se pode explicá-lo com exatidão, o porquê? Simples, ele também é uma construção cultural. Na cultura persa, o amor abrange todas as esferas da vida do ser humano, e o objetivo final da vida é alcançar o amor divino. Na tradição chinesa existiam duas bases filosóficas, o amor baseado no confucionismo, onde o amor benevolente incide sobre direitos,

ações e atitudes, e é natural gostar diferente de pessoas diferentes, e o amor universal. A posteriori, no budismo japonês, foi criada a palavra *Amae*, que significa indulgente dependência, é parte integrante da educação familiar, parte do princípio que a relação entre mãe e filho influenciará o amor na fase adulta. Por fim, na Grécia antiga o amor era conhecido como a loucura dos deuses em decorrência da declaração de Hipócrates, ao afirmar que “os males do amor aumentariam o calor do corpo e do corpo, podendo levar a destruição do sangue” (Idem, p. 243).

Em Roma o sentimento amoroso passa a ser valorizado, mas não se discutia sua importância no direito romano para a constituição da família. Sabe-se que a origem da família antiga não se baseava nem no afeto nem na geração e sim na religião do lar e dos antepassados. O casamento foi a primeira instituição estabelecida pela religião doméstica, este deveria ser pleno de descendentes, os cônjuges poderiam ser substituídos por outros parentes em caso de esterilidade, podendo haver também o repúdio da mulher. (Coulanges, 1998).

A história da família se confunde com a história da humanidade, porém não se pode esquecer que seu caráter mutável leva a um processo de construção e desconstrução de noções, interpretações e configurações, tornando-a essencialmente histórica, ancestral e mutável, capaz de se adaptar a alterações de costumes.

Os escritos sobre a origem da família chegam à sociedade principalmente através de Friedrich Engels em sua obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, após a morte de Karl Marx em 1883, o autor prossegue com os estudos realizados e embasa sua tese nos estudos de Lewis Henry Morgan² (considerado o primeiro antropólogo a redigir sobre a origem e história da família) e J.J. Bachofen³, comprovando a historicidade da família, em síntese, a obra comprova que, a organização familiar e totalidade social estão unidas na história, e descarta a possibilidade de que a família burguesa seria o modo eterno de organização familiar. A riqueza da obra nos obriga a dar maior enfoque nas questões históricas referente ao objeto de estudo, não desmerecendo nenhum outro ponto que a completa.

² Lewis Henry Morgan (1818-1881) cresceu em uma cidade no estado de New York, habitada outrora por povos indígenas que incluíam os Iroqueses, estes, sujeitos de seus primeiros estudos. Em 1865, o livro *Systems of Consanguinity and Affinity in the Human Family* proporcionou a Morgan um lugar permanente na história da Antropologia como criador do objeto “sistema de parentesco. (ALMEIDA, 2010)

³ Johann Jakob Bachofen (1815 – 1887) foi um jurista e antropólogo suíço, professor de Direito romano na Universidade de Basileia, de 1841 a 1845. Frequentemente associado às suas teorias sobre o matriarcado na Pré-história. (grifo próprio)

Engels (2010), afirma que antes de 1860 não havia subsídios para se pensar em uma história acerca da família, uma vez que as ciências históricas estavam sob influência dos livros mosaicos e defendiam a organização familiar como patriarcal. O referido fato é contestado em 1861 como o “Direito Materno” de Bachofen, considerado ponto de partida para os estudos sobre a história da família.

Bachofen (*apud* Engels, 2010) quatro teses que justificam a existência do direito materno. A primeira refere-se às relações sexuais ilimitadas nos povos primitivos da humanidade; A segunda parte do princípio que, se as relações sexuais eram ilimitadas, escapava a possibilidade de confirmar a paternidade, a filiação só poderia ser contada pela linhagem feminina; A terceira tese ilustra que, sendo a mulher considerada único progenitor conhecido, esta gozava de grande respeito, houve um tempo de domínio feminino absoluto; A quarta tese retrata a passagem para a monogamia, à mulher pertenceria exclusivamente a um único homem.

O próximo momento histórico apontado por Bachofen (*idem*) é a mudança do direito materno para o paterno, fato ocorrido entre os gregos e contado através “*Oréstia de Ésquilo*”. Agamenon, ao voltar da guerra de Tróia, é assassinado pela esposa Clitemnestra, levada pela paixão por seu amante Egisto. Orestes, filho de Clitemnestra e Agamenon, vingava a morte do pai, matando a mãe. Sendo o matricídio o mais grave e imperdoável dos crimes, Orestes passa a ser perseguido pelas Erínias, seres demoníacos que protegiam o direito materno. Orestes é protegido por Apolo e Palas Atena (divindades que representavam o novo direito paterno), Atena, considerado juiz, ouve ambas as partes, Orestes alega não entender a perseguição dos seres demoníacos, uma vez que a mãe cometeu duplo crime ao matar seu marido e pai de seu filho, sendo ela então, mais culpada que ele, porém a Lei que regia o direito materno e era defendida pelas Erínias, se baseava na relação não consanguínea entre ela e o homem a quem assassinou. O caso, submetido a Areópago (Tribunal do Júri ateniense), é votado e recebe a mesma quantidade de votos, Atena como presidente do tribunal vota em favor de Orestes, é a vitória do direito paterno sobre o materno.

A passagem do direito materno para o paterno ocorreu de forma particular entre os gregos, foi considerado reflexo do desenvolvimento das concepções religiosas na mente humana, causou transformações históricas na relação social entre homens e mulheres.

As teses apontadas mostram que questões culturais e religiosas da época ditavam as relações sociais e o modo de organização familiar, ou seja, sempre houve meios de regular tais relações e as futuras transformações na forma de organização familiar.

Uma década depois, em 1871, Lewis Morgan apresenta novo material sobre a origem e a história da família, o sistema de parentesco. Sua teoria baseava-se no progresso das formas de família humana da promiscuidade (as relações sexuais ilimitadas) à civilização. De acordo com Almeida (2010), Morgan criou um método novo, chamado de estrutural, verificou os sistemas de relações de parentesco em dois grandes tipos: os sistemas descritivos e os sistemas classificatórios. Ressalta-se que análise foi feita com povos indígenas norte-americanos, povos da Índia do Sul, da China, do sudeste asiático e do Pacífico. Morgan não recebeu dados da África nem da América do Sul.

Os dados de Morgan utilizados por Engels (2010) referem-se principalmente sobre os iroqueses⁴. Partiu do sistema de parentesco abrindo novos caminhos na história da família. No entanto seu sistema foi contestado por Bachofen, este afirmava que “sistemas de parentesco não são mais que simples preceitos de cortesia social, demonstrado pelo fato de que, quando os índios dirigem a palavra a um estrangeiro, tratam-no de pai ou irmão”. (Idem, p. 31).

Os substantivos, pai, mãe, irmãos são entendidos como formas de se dirigir a uma pessoa, tanto no dos indígenas, como na realidade de padres e abadessas católicos, frades e freiras e maçons. O sistema de parentesco não poderia basear-se apenas em formas de tratamento pessoal que se manifestam em diversas sociedades.

Retornado ao direito materno, Morgan prova sua teoria ao relatar que, ainda o matrimônio em grupo fosse predominante, houve uma época em que a tribo se dividiu em um determinado número de grupos pela consanguinidade, ou seja, por linha materna, nestes grupos o matrimônio foi proibido, os homens teria que ir buscar mulheres dentro da tribo, mas fora do seu grupo.

Após ir viver entre os iroqueses e ser adotado por uma tribo, amplia sua visão e seus conhecimentos sobre os vínculos familiares, ao ser questionado se havia contradição entre os reais vínculos familiares e o sistema de parentesco, Morgan esclarece que a família como,

Elemento ativo, nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para

⁴ Primariamente nômades, nativos norte-americanos.

outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, ao contrário são passivos, só depois de longos intervalos registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente. (MORGAN *apud* ENGELS 2010, p. 47).

Na mesma obra, Engels utiliza-se de Karl Marx, acrescentando que, o mesmo processo ocorre “em geral com os sistemas políticos, jurídicos, religiosos e filosóficos”. (Marx *apud* Engels, *idem*).

A obra evidencia que as mudanças da família ocorreram de forma colateral ao desenvolvimento da espécie humana, passando pelas fases da selvageria, barbárie, chegando à civilização, os vínculos familiares se institucionalizam como parte de uma organização social.

Engels (2010) retrata através de Morgan, quatro formas de organização familiar. 1- a família consanguínea onde se observa os grupos conjugais classificados por gerações, “nesta forma de família, os ascendentes e descendentes, os pais e os filhos, são os únicos que, reciprocamente, estão excluídos dos direitos e deveres do matrimônio”; 2- a família punalua, nessa forma de organização familiar, os irmãos foram excluídos das relações sexuais recíprocas, grupos de irmãs formavam núcleos de uma comunidade e seus irmãos carnais formavam outro núcleo; 3- a família sindiásmica caracterizada não mais pelo matrimônio entre grupos, mas pela união entre um homem e uma mulher, no entanto, a poligamia e a infidelidade permaneciam presentes de forma ocasional como direito dos homens; 4- a família monogâmica, uma forma de progressão da família sindiásmica, se apresenta na fase superior da barbárie, no surgimento da civilização. Os laços matrimoniais são mais sólidos, o predomínio é masculino, o objetivo é a procriação, as mulheres pertencem a um único homem para garantir a paternidade.

Ressalta-se que a monogamia faz parte de uma construção social, política, econômica e cultural, ela não existe desde sempre como muitos pensam, não é a conciliação entre homens e mulheres para elevação sagrada do matrimônio. Adverso desse pensamento, a monogamia se apresenta como um meio de opressão de um sexo pelo outro, abrindo espaço para a desigualdade de gênero que, em seu processo secular de perpetuação de modelo moralmente aceito, propagou por muito tempo a invisibilidade social de outras formas de organização familiar, em constante movimento de opressão e repressão de uns sobre os outros.

Donati (2008) esclarece que, para compreender o que é a família, faz-se necessário interpretá-la alinhada ao processo de formação histórico social de cada época em que é analisada, considerando a variabilidade, a continuidade e descontinuidade, a construção e

desconstrução cultural de cada país. O autor apresenta três características da origem da família tendo como referencia a Europa.

I) Formação histórico-social tradicional ou pré-moderna – nas civilizações grega e romana, a família significava uma agregação natural, sendo comparada a “casa” (oikia - com dupla união, entre o homem, a mulher e os filhos) e entre patrão e escravo (domus - domésticos; famili ou famuli - servos). Em suma, a família era concebida como a “comunidade constituída segundo a natureza para a vida de cada dia, é a célula do povoado” (DONATI, 2008 p. 56).

II) Formação histórico-social capitalista ou primeira modernidade – as novas famílias surgem a partir das cidades dos burgos, quando ocorre a emancipação do poder do castelo. Foi com a revolução industrial que a família ganhou novo sentido. Um tipo de organização familiar que “operava a divisão administrativa e contábil entre casa e empresa, coloca-se como esfera privatizada [...] e disputa no mercado como grupo aquisitivo de primeira acumulação capitalista”. (Idem, p. 57). Trata-se da origem da família burguesa, que por antítese gera a família proletária (antiga família camponesa que, passa a sobreviver unicamente da venda de sua mão-de-obra, do seu próprio trabalho).

III) Formação histórico-social contemporânea ou pós-industrial – caracterizada pelo “crescente função do Estado como welfare-state, das mudanças organizativas do mercado [...] e em geral, do emergir de uma sociedade na qual a industrialização cede o passo a sistemas políticos e economias pós-industriais, também os modelos familiares mudam”. (Idem, p. 58). A família burguesa, considerada modelo dominante, tem como característica principal, seguir o modelo empresarial da classe média, que facilmente tem acesso a bens e serviços. A família proletária é o modelo mais difundido na população, forma familiar de caráter relativamente privatizado, orientado por padrões de consumo, se mantém mais distante do parentesco mais amplo.

Pode-se perceber de fato, que as transformações ocorridas na organização familiar, não devem ser interpretadas de forma rígida, no sentido de sua concepção na historia social. Não existe transformação determinista que estagne a família e a disponha sobre um único modelo aceito social ou culturalmente. A família se modifica, contrai e descontraí seus laços, se funda em menor ou maior estabilidade seguindo os preceitos sociais e culturais característicos de cada sociedade.

Questiona-se, portanto, há possibilidade de definir “família”? É algo que se pode definir, conceituar? Ou seria mais que isso? Seria uma questão de sentimento? Sentir-se família?

Nesta mesma linha de raciocínio, Ariès (2011) afirma que até a Idade Média o sentimento da família era desconhecido, apenas nos séculos XV/ XVI, mas precisamente no século XVII é que esse sentimento começa a ganhar a sociedade, porém a função básica da família era a transmissão dos bens e dos nomes. Não havia, portanto um ideário familiar baseado no amor, no afeto, e sim em como manter a riqueza das famílias, o sobrenome era

valorizado e muito dizia sobre o indivíduo, casamentos eram arranjados para que não se perdesse o prestígio e o dinheiro.

Ponto determinante na história e que influenciou a concepção de família, ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, mais particularmente com o advento da industrialização e da revolução francesa. O ideário burguês que estabeleceu que todos nascem livres e iguais em direitos e deveres, amplia minimamente o modo de ver a família, esta, deixa de ser intrinsecamente vinculada a questões biológicas, e o casamento, nascimento e a própria relação familiar aparece como assunto de interesse do Estado, passando a ser associada à propriedade, portanto, verifica-se o poder exercido pelo patriarca, chefe de família, sobre a mulher e os filhos.

É também um momento de contradição, pois, a partir da concepção de que todos nascem livres e iguais, idealiza-se a tentativa de romper com a perpetuação do poder do homem sobre a mulher, porém, os primeiros contornos acerca da valorização do indivíduo como homem-cidadão deixa claro que a igualdade e liberdade é regulada, pois refere-se aos homens chefes de família, a mulher permaneceu impedida de se afirmar no âmbito público, tendo como dever o seu destino biológico, exercer o papel de mãe e doméstica, papel este que foi estabelecido historicamente, socialmente e culturalmente.

Torres (2010) aborda o pensamento durkheimiano, citando três pontos de relevância na interpretação acerca das transformações nas configurações familiares.

Durkheim afirma, em primeiro lugar, a passagem da família “paternal” e “patriarcal” para um novo tipo de família – a família conjugal moderna – e identifica as suas características distintivas. Em segundo lugar, sustenta a ideia da valorização do papel do indivíduo, dos seus interesses e sentimentos em relação ao coletivo da família. Em terceiro lugar, salienta o papel específico do Estado no contexto dessa nova forma de organização familiar que considera dominante (p. 40).

A ideia de Durkheim é mais um em um emaranhado de interpretações sobre a família ao longo do tempo. No entanto, é possível perceber a atualidade de seu pensamento, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, retira do homem o papel de único provedor da subsistência familiar, a migração do campo para a cidade, a moradia de espaço pequeno leva a uma aproximação física e mais afetuosa, a configuração da família se altera e o modelo por ele considerado, composto pela figura do marido, da mulher e dos filhos menores e solteiros, foi o modelo dominante que se firmou e caracterizou o século XX.

Evidencia-se que laços sanguíneos não são suficientes para que os indivíduos sintam-se parte integrante de uma mesma família. A forma de organização familiar pela linhagem enfraqueceu a medida família burguesa/proletária ganhou espaço e concretude. Ou seja, a família conjugal é consequência da mudança das sociedades. Vale ressaltar que a união conjugal foi por um tempo apenas um contrato, e que o casamento religioso lhe concedeu valor espiritual, legitimou a família perante a moral e bons costumes cristãos.

A reforma religiosa no século XVI proporciona a perda do caráter sacramental do casamento, tornando-o um contrato solene. No século XIX, o Código Civil de 1805 define o casamento como um contrato civil. O Estado ao assumir função reguladora, e ao legitimar o casamento, atribui à família a finalidade de transmitir valores éticos, a coloca como uma instituição social. (Maluf, 2012).

A ação reguladora do Estado, o Código Civil, a legalização do divórcio e a inserção da mulher no mercado de trabalho, são fatores que promovem visibilidade social e legal a família nuclear, a família monoparental, seja fruto de divórcio ou de filiação extraconjugal, agregam a coexistência de várias modalidades/configurações familiares.

A associação entre a formação familiar e o casamento é um dos principais entraves perante a compreensão ampliada sobre a família. O casamento, seja religioso ou civil, não é fator determinante para se definir e reconhecer a união de pessoas como uma família. A história mostra que o casamento é fator cultural.

No Brasil, salvo as particularidades históricas e culturais, a realidade da construção familiar não difere em demasia. A família brasileira sofre influência europeia em decorrência da colonização, e até o período colonial, o casamento era arranjado e/ou por interesse. Nas palavras de Del Priore (2005, p.159) “testamentos revelavam tensões entre pais que viam seus filhos casarem por amor”, a manutenção do status social era prioritário entre as elites, casar por amor não condizia com a realidade da época.

Como contraste, no período colonial, a família indígena ia de encontro às tradições burguesas europeias. Nas tribos, o comum era a poligamia, os chefes poderiam viver com até quatorze mulheres, e regra mais forte era a proibição do incesto.

Na literatura brasileira acerca da família, Gilberto Freyre (1994) descreve em sua obra *Casa Grande & Senzala*, a família patriarcal colonial brasileira, a descrição é de uma família chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos e esposa e também sobre agregados e escravos. Essa configuração também é chamada de família extensa, porém, o

sentimento de amor ou afetividade não eram fatos constatados. Na análise da história brasileira, o perfil descrito pelo autor, se tornou hegemônica no que tange a caracterização do perfil familiar no período colonial.

Para Freyre (idem), família não se enquadra primordialmente na esfera de vivência da autoridade e afetividade entre seus membros, mas se faz presente na unidade política, econômica e social que terá um papel fundamental na definição de nossa história.

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: ou oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. (...) Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas - e mais tarde por eles realizada no Paraguai - da espanhola e da francesa. (Freyre, 1994: 22-23)

A família patriarcal teve papel relevante na formação do país, de acordo com Freyre (idem), essa configuração familiar, tem em si, o fator colonizador, ou seja, toma em suas mãos a tarefa de construir o país, cultivando o solo, construindo benfeitorias e comprando escravos e ferramentas para a produção, esse fato é visto pelo autor como influência da família real portuguesa em terras brasileiras, que posteriormente traz como marca, a família colonial brasileira, que abre espaço para o desempenho de diversas funções sociais, inclusive o exercício político.

Pondera-se outro termo que comumente é associado à família, a qual podemos chamar de parentesco. Geralmente aprendemos que as relações de parentesco são resultados da combinação de três relações básicas: a descendência entre pais e filhos; a consanguinidade entre irmãos; e a afinidade a partir do casamento, sendo a família considerada como o grupo social através do qual se realizam estes vínculos.

A afirmação de que a cultura do parentesco ainda perdura na concepção de família, aparece nos relatos da pesquisa conforme os seguintes dados:

Família sempre foi e sempre será pai, mãe e filhos (discente finalista FSDB).

Quando eu caso, a partir daí aquela passa a ser a minha família. O meu pai e minha mãe já se tornam meus parentes. Então minha família é: eu, meu esposo e meus filhos. Essa é a base. (discente ingressante FSDB).

Os relatos da pesquisa apontam que os acadêmicos de Serviço Social da IES privada reconhecem como família o modelo nuclear burguês, o qual é reforçado pelas heranças patriarcais e patrimonialistas. A visão de que a família se constitui apenas a partir do homem e da mulher, assegurada por um dispositivo de aliança (casamento) e posterior geração de filhos. O discurso reforça que o tradicionalismo perfaz os traços culturais e históricos, alicerçados também pela cultura de reconhecimento de um “modelo” ou “estrutura” de família, o qual é levado para a academia, e que pode posteriormente ser asseverado na futura prática profissional.

No que se refere à análise da instituição pública, verificou-se os seguintes dados.

Família é ter alguém para confessar as merdas que eu faço. Minha família é meu pai, minha mãe e meus irmãos, e apesar deles serem casados, nós ainda continuamos amigos, família é união, é todos se ajudarem (Discente ingressante Ufam).

A sociedade cobra que seja um perfil burguês, a gente está em um processo de aceitação dos novos modelos, que não são tão novos (Discente finalista – UFAM).

Percebe-se que apesar de a família seguir em constante movimento, os dados ainda apontam para a relação de família se submeter apenas às estruturas de parentesco no relato das discentes, o que fecha a compreensão de família apenas na unidade grupal que abrange pelo menos, três tipos de relações pessoais, como a aliança, a filiação e a consanguinidade que se constitui como um núcleo que a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência, fornece ainda as condições para a aquisição de suas identidades pessoais.

Com o passar do tempo e as respectivas transformações sociais, políticas e econômicas, essa mesma família se amplia e desenvolve funções diversificadas, tais como, a transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais. A história revela que o pensamento humano nem sempre acompanha a dinâmica da realidade, fato esse, que por vezes, concretizam a dificuldade que o homem tem de acompanhar a sua própria inserção na história.

2.2. Os Significados da Família Contemporânea

Alguns fatores históricos, como a independência econômica feminina (ainda que a desigualdade de gênero permaneça), o divórcio, os métodos contraceptivos, a reprodução assistida, apontam transformações na família contemporânea. Há mais flexibilidade, a família está maleável, adaptável às mudanças que permeiam a humanidade, assim, o papel principal é a valorização da função afetiva, trata-se de um espaço onde os indivíduos se refugiam para além das pressões sociais, políticas, econômicas e culturais impostas pela sociedade.

Com ressalvas, para evitar generalizações, a partir do século XX, as tradições mais conservadoras, que pregavam a hierarquização, as regras rígidas e padrões imutáveis, vem sendo transformados pelo sentimento, pela afetividade, pela reflexão de que todos desempenham um papel dentro da família, e cada componente dessa configuração é protegido pelo Estado através de estatutos e legislações que visam à proteção social, seja da mulher, da criança e adolescente ou do idoso.

Nesse contexto, a valorização do ser humano enquanto indivíduo dotado de vontade própria propicia a liberação de alguns costumes. Almeja-se a o aumento da inclusão em detrimento da exclusão, amplia-se a autonomia individual, as escolhas pessoais, a sexualidade rompe-se com as barreiras ideológicas de expressão individual.

Inúmeras interpretações são destinadas a família, diversas são as tentativas de tentar conceituá-la perante a dinâmica da realidade. Compete a este tópico, uma aproximação com algumas interpretações e a abordagem das configurações familiares coexistente na sociedade moderna, independente de terem ou não visibilidade social, além de buscar aprofundar um pouco mais os dados de campo da pesquisa.

Sierra (2011) aborda a família a partir do rompimento com a visão idealizadora da família nuclear burguesa, onde se espera a reunião da figura do pai, da mãe e dos filhos em uma casa aconchegante. No entanto, essa visão não condiz com as transformações ocorridas principalmente em meados do século XIX, como o surgimento da família dos trabalhadores industriais. Não se pode esquecer que a família é um *locus* que reflete a dinâmica da vida social, é um “grupo social doméstico que torna a vida possível pela sua capacidade de reproduzir a cultura. Como valor, a família guarda uma promessa de proteção à integridade física e moral das crianças”. (Idem, p. 32).

Reflete-se que as transformações pela qual a família passou e continua passando, geram uma ampliação de significados e configurações. Evita-se falar em “estrutura e desestrutura” por deixar subentendido algo com formato imutável, concreto, não maleável, o que soa contraditório quando relacionado com a história. A proteção que a priori prevalecia sobre os bens, às posses e riquezas, hoje, idealiza-se que a família seja um espaço de afeto e proteção de seus membros.

As mudanças e o avanço do individualismo trouxeram a tona o discurso conservador de que a família está enfraquecida, que vai ser destruída pela inclusão de configurações que não recebem a benção das religiões, no entanto, o que enfraquece não é a família em si, mas a família nuclear burguesa, modelo que vem perdendo lugar central e único a ser reconhecido. Burgess apud Sierra (2011) embasam a assertiva ao afirmar que

a família nuclear, por estar inserida em uma sociedade heterogênea, onde as concepções de família e os papéis se alteram, vive em estado de fluxo e apresenta um conglomerado de padrões de organização e desorganização familiar, que vão desde os grupos patriarcais à uniões livres. (p. 50).

O sentimento se expande, novas configurações passam a ter visibilidade social, enquanto o número de divórcio aumenta novas uniões surgem, e isso comprova que não há movimento para “destruir” a família. Mostrando o lado oposto a pensamentos pouco flexíveis que expressam a aceitação de um único modelo de configuração familiar, Mello (2005) ilustra através do Relatório Hite sobre Família, o sentimento positivo da diversidade familiar que se forma hodiernamente baseado no amor, onde houver amor duradouro, há uma família, e completa afirmando que

toda família é “normal” – não importa se estão presentes pai ou mãe, ou ambos, se existem ou não crianças. Uma família pode ser formada por qualquer combinação de pessoas, heterossexuais ou homossexuais, que partilhem as suas vidas de um modo íntimo (não necessariamente sexual). E as crianças podem viver tão felizes em uma família adotiva quanto com pais biológicos. (Hite, 1995, p 384 apud Mello, 2005, p. 39).

Em 1994 debates sobre problemáticas relacionadas à criança e ao adolescente, ao jovem, a mulher, ao idoso e ao deficiente, culminaram na percepção de que todos os segmentos desaguam naturalmente na questão familiar. Nesse contexto tivemos o Ano Internacional da Família, um momento de consolidação e avanço dos direitos humanos no

Brasil e de perceber que a temática família foi historicamente relegada a plano secundário nas lutas sociais. (Ferrari e Kaloustian 2011).

Pensar a família contemporânea requer olhos atentos às transformações sociais e culturais que geram outros contornos a configurações que se encontram em movimento constante. É preciso interpretá-la, alocá-la em contexto complexo tendo por como principal perspectiva, a pluralidade.

Em uma primeira análise sobre as configurações familiares, Sierra (2011) aponta que tentar conceituar família é algo que apresenta certa dificuldade, em verdade, é preciso entendê-la como algo que vai além de uma simples associação de pessoas. Para melhor compreensão, a autora descreve a família a partir de três perspectivas na teoria sociológica.

Na vertente estruturalista, a discussão sobre “família e parentesco compreende tanto o natural quanto o cultural, sendo o primeiro identificado pela sua universalidade e o segundo pela singularidade”. (Idem, p. 36). A autora aborda a ideia de Lévi-Strauss em que nenhuma família pode existir sozinha, a interdependência entre elas forma a base humana da sociedade. Afirma ainda que a estrutura da família conjugal não é universal e nem necessária para a existência e duração de uma sociedade.

A vertente funcionalista permite estudar sociedades que não tem registro de sua história, no entanto, o funcionalismo se recusa a ver na cultura das sociedades explicações para o passado e explicações para o futuro. As sociedades são percebidas como sistemas formados por quatro subsistemas independentes entre si e com funções específicas. Sistema cultural, responsável pela manutenção dos padrões; sistema político onde se orienta a consecução de objetivos sociais; sistema econômico, encarregado das adaptações; e sistema social, nesse âmbito ocorre à integração das unidades de ação, é onde se encontra a família, base para a integração sistemática da personalidade. (Idem, p. 38).

Em suma, a família conjugal frente o funcionalismo é constituída pelo matrimônio, vista como sistema capaz de preencher as condições necessárias perante o processo de socialização, trata-se de uma pequena sociedade onde os papéis de cada indivíduo é diferenciado por critérios de geração e de sexo, ou seja, um grupo social estruturado onde ao homem é concedido o papel de líder de tarefas e a mulher deve contribuir com a produção da solidariedade.

A compreensão de que a família é um espaço de vivências, com capacidade de adaptação para manter-se e perpetuar é peculiar a vertente interacionista, a interpretação do

que seria uma família, está ligada ao significado que seus membros atribuem a ela, não há estruturas e sim processos sociais que se constroem e reconstroem de forma permanente, logo, não há papéis prontos, os integrantes dessa família, os criam e recriam de acordo com a necessidade. É um grupo social participante de uma rede de interações na construção da sociedade, é primário por se tratar de uma coletividade intimista que permite ao indivíduo viver a experiência da unidade social. (Idem, 45).

A interpretação da família perante a vertente interacionista promove uma ampliação de conceitos, pois permite que cada indivíduo desenvolva uma concepção particular, esse processo ocorre juntamente com valores construídos a nível social e cultural, são levados em conta opiniões, costumes, leis, ensinamentos religiosos entre outros, firmando duas funções à família, a função cultural e a função afetiva.

Enquanto a polêmica sobre o reconhecimento ou não de famílias compostas por pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos, a vertente interacionista ao compreende que a família é um espaço de vivências, torna possível a toda e qualquer configuração familiar, pois não há papéis prontos a serem desempenhados, as relações são criadas e recriadas no cotidiano.

A família pode ser interpretada como um grupo social primário, o indivíduo que nela habita, faz parte de uma coletividade íntima, vivendo a experiência da unidade social. Adquirem ideias universais como a fé, a bondade, a obediência às regras sociais, mas também recebe o ideário da liberdade. O fundamental nessa vertente são os sentimentos que os membros de uma mesma família compartilham entre si, por ser um sistema dinâmico interacional, cada membro tem a liberdade que desenvolver sua própria interpretação de família.

Sobre as possibilidades de constituição familiar a partir da diversidade sexual, a pesquisa apontou os seguintes dados.

Aprender a lidar com as novas famílias que estão surgindo, de qualquer tipo, tanto as tradicionais quanto as homoafetivas. Família independente de quem seja sempre vai ter esse sentimento de carinho (discente ingressante – Ufam)

Eu lembrei da opção sexual, porque tem muitos casais homossexuais que adotam crianças, aí não vai pegar bem pra uma assistente social ser preconceituosa, a gente tem que tá preparado pra tudo (discente ingressante – Ufam).

Acho que no decorrer do curso, a gente vai aprender a lidar com as diferenças (discente ingressante – Ufam).

Os relatos das discentes ingressantes da IES pública revelam que, apesar da ausência do amadurecimento intelectual, os sujeitos elencam possibilidades para a compreensão da família também a partir da esfera da diversidade, mesmo frente ao desconhecimento científico dos significados da categoria em análise.

Quanto aos discentes ingressantes da IES privada, observou-se os seguintes relatos.

Se estão aptos a adotar e está tudo dentro da lei, está normal (discente ingressante FSDB).

Ai, ai, é complicado, porque eu não concordo em duas mulheres adotarem ou dois homens eu não acho legal... porque como vai nascer essa criança e vai crescer essa criança. Quem é meu pai, cadê minha mãe, na minha cabeça então... não concordo. Eu tenho que ainda desenvolver essa ideia, eu iria me ausentar dessa parte e procurar outra. Eu me demitia, porque é complicado dizer: tá eu vou deixar. Porque eu não concordo! (discente ingressante FSDB).

Eu penso da mesma forma. Eu não ia pedir para sair, mas iria pedir que não me colocassem a frente desse caso, simplesmente porque eu não compreendo como dois homens vão ensinar uma criança, porque eles têm o corpo e formação de homens e não há um pai e uma mulher. Se eles forem adotar eles tem que tem consciência do que são e dar essa consciência para a criança de que eles são dois homens ou duas mulheres. Porque quando essa criança crescer, outras vão dizer: Como você tem dois pais, cadê a tua mãe? Tem que ter sido gerado por uma mulher, nunca vai deixar de ter sido gerado por uma mulher. Já é até complicado pra a criança quando o pai se separa da mãe e no dia dos pais o pai não está lá. Agora imagina ter dois pais, como ele vai se sair dentro da sala dele... Mas na sala vão falar: Qual é p teu pai? E na festa do dia das mães, vai os dois também ou não vai nenhum? Então, é complicado... (discente ingressante FSDB).

Os dados apontam direcionamentos diversos, ao passo que há discentes que compreendem as demandas contemporâneas no contexto da família, têm-se também posicionamentos tradicionalistas que não se formaram no âmbito da academia, mas lá também são alicerçados, haja vista que se trata de um espaço de formação profissional, entretanto não se verifica a compreensão acerca das lacunas históricas de configurações familiares que ficaram na sociedade em segundo plano.

É importante enfatizar que a academia atua como laboratório para os discentes e que nesse processo, deve haver a preparação dos sujeitos não apenas para o reconhecimento de uma sociedade heterogênea, mas, sobretudo para dar ênfase à Resolução 273/93 do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), que se constitui no Código de Ética Profissional, o que

apresenta como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos, a recusa do arbítrio e do autoritarismo (CFESS, 1993).

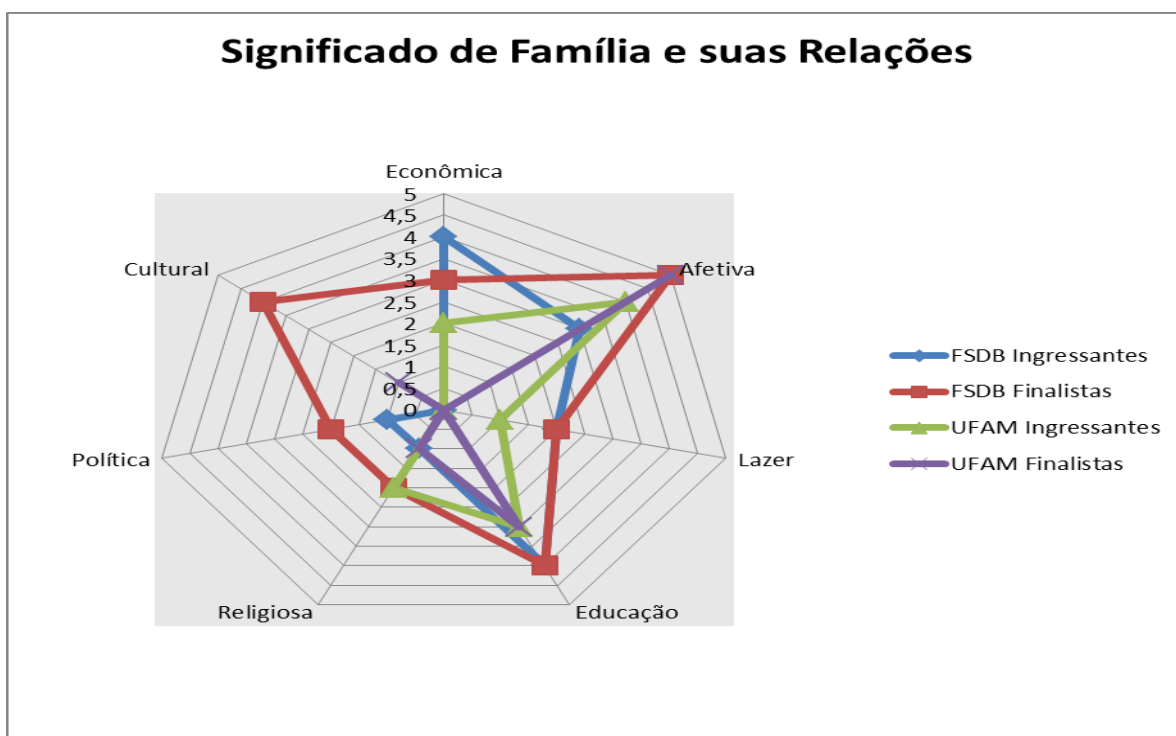
Ao questionar sobre as bases que constituem a família, obteve-se os relatos seguintes.

A afetividade, mas também precisa ter a sincronia financeira, não que você vai ter interesse... Mas eu creio que na família, geralmente, um passa isso para o outro. A cultural que também aparece desde o início. Então pra mim, as concepções que tangem essa escolha familiar é a afinidade e a questão financeira, porque muitas vezes o apoio vem daí. Eu acho que não tem nenhuma questão política (Discente finalista FSDB).

O afeto. Eu trabalho, meu irmão trabalha, minha mãe trabalha e se eu preciso de dinheiro eles me dão. Não adianta uma família com afeto e eu ficar com fome. A parte financeira é muito importante, porque ela destrói a família ou pode unir mais (Discente ingressante FSDB).

Os relatos evidenciam que a família está relacionada ao afeto, mas também a partir da concepção financeira/econômica, o que reforça o contexto capitalista de inserção das famílias. Apesar dos relatos, no preenchimento do questionário, as discentes apontaram outras variáveis, tais como:

Gráfico 03



Os dados do gráfico apontam que no questionário, as discentes ingressantes associaram os significados de família com a concepção econômica, mas também de educação, afetiva e cultural, assim como os finalistas também falaram. Sobre a questão cultural, pode-se tecer reflexões sobre o seguinte relato.

Assim... vamos colocar mãe, pai e filho. A mãe tem seus valores, seus conceitos e toda uma consciência. Daí ela tem um relacionamento com outra pessoa que também tem seus valores. Nós passamos muito esses valores para os filhos. Por exemplo, se a mãe é católica, com certeza essa criança vai ser católica também. Se os pais são petistas, provavelmente os filhos vão ser petistas. Você sabe qual o melhor caminho e costuma aconselhar no melhor caminho. (...) as concepções mudam e não tem como dar um conceito certo de família (Discente finalista – FSDB).

O relato coloca a família como reprodutora de conceitos, posturas, cultura entre outros paradigmas, ou seja, a família é vista como responsável por um quebra-cabeça que tem peças previamente compostas e onde já se coloca a possibilidade da resposta que se encontrará.

A relação do significado de família estar vinculado a questões econômica e/ou financeira demonstra que as diferentes interpretações sobre família recaem sobre a questão socioeconômica, haja vista que para pessoas com alto poder aquisitivo, a família será sempre alvo de disputas financeiras, logo se fecha em núcleos pequenos de vinculação, ou seja, justifica-se pela propriedade privada no sistema capitalista. Para as famílias de baixa renda, a configuração se dá por meio de uma rede, contradizendo a formação em núcleo.

Ficou evidenciado que a questão econômica/financeira é visualizada como um agravante para formação ou não de uma família, Ressalta-se entretanto, que a associação entre família e casal ainda é conflituosa, a exposição dos discentes retrata que a questão da família está constantemente atrelada a casa enquanto unidade.

Sarti (2008, p. 28) expõe a necessidade de “desfazer a confusão entre família e unidade doméstica, a casa”. Para os pobres, esse simbolismo decorre da divisão complementar de autoridade, para tanto, a casa é identificada com a mulher e a família como homem, casa e família, como homem e mulher, um só par que se complementam, mas baseado na hierarquia.

Outra opção que se destacou nos dados da pesquisa foi à afetividade, a família de hoje recai no vínculo afetivo. O afeto se mostra de forma diversa, inclusiva, aponta para uma relação familiar que vai além de laços consanguíneos e biológicos, de acordo com Dias (2011) o reconhecimento da afetividade como elemento nuclear da família foi incorporado junto ao sistema jurídico pela Lei Maria da Pena, na referida legislação, a família é definida

como uma relação íntima de afeto, esse novo um novo significado de família desatreia a tríade casamento – sexo – reprodução.

A compreensão de que o lazer faz parte dessa rede que compõe a significação da família está intimamente ligado ao afeto, haja vista que os momentos de descontração só ocorrem quanto existe uma relação entre os membros e a vontade de juntos compartilharem o tempo em busca de diversão.

A questão cultural aparece de forma ambígua, na opinião de alguns discentes é fator que determina à família nuclear burguesa como configuração adequada a sociedade, nota-se que há uma ligeira confusão entre cultura e religião. Ao mesmo tempo, outros discentes entenderam a relação da cultura com a família como meio de gerar visibilidade a outras configurações familiares, uma vez que a cultura não é estática e varia de país para país.

Bauman (2012) ressalta que a cultura é uma realidade social, um dos muitos fatos sociais que devem ser compreendidos, descritos e representados, “a cultura foi cunhada para distinguir as realizações humanas dos fatos duros da natureza” (p. 12). De forma simplista significa o que os seres humanos podem fazer, ela é parte do desencantamento moderno do mundo. As formas pelas quais a vida se expressa são representações culturais, pode se realizar através da arte, das ciências, das leis e também da religião, porém religião e cultura não são sinônimas, não se misturam, são distintas em si, a cultura é um termo impregnado de diferenças entre comunidade de pessoas.

Na interpretação de Santos (2006) a cultura se refere a tudo que caracteriza a existência social de grupos no interior das sociedades, logo a cultura é o resultado de uma história particular.

Cada cultura possui um modo peculiar de interpretar um fato, uma realidade, uma possibilidade, no caso da família, a cultura é utilizada como forma de reafirmar a diversidade que proporciona o reconhecimento de todas as configurações familiares, se cada caso é único, todas as possíveis formas de um ou mais indivíduos de organizarem compete à realidade vivenciada pelos mesmos, sem regras, sem ditames, apenas com possibilidades. Pensar em cultura é perceber que ela é matriz de permutações possíveis, um convite a constantes mudanças.

Esse contexto revela proximidade com outra opção apresentada aos discentes, a educação, aqui visualizada a partir do pensamento de Freire (2011) como um ato político, capaz de desenvolver no homem a consciência crítica que o permita transformar sua própria

realidade e não acomodá-lo, a educação deve estimular a opção e afirmar o homem como homem e não adaptá-lo, deve romper com alienação e subordinação, pois uma sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir.

Ou ainda nas palavras de Morin (2011), a educação deve centrar-se na condição humana, e na era planetária, “estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano.” (Idem, p. 43).

Frente ao que foi exposto no grupo focal, evidencia-se que a necessidade de desconstruir a ideia de que cultura e educação são finitas e imutáveis, pelo contrário, pode ser considerada a trilha que leva a estrada do reconhecimento e do respeito à diferença, a diversidade, ampliando e incluindo toda forma de configuração família presente na sociedade.

Entretanto, vale dizer que, sendo a família uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de busca por definição, um conceito que não se antecipe à realidade vivenciada, devendo ser um espaço que permita pensar como ela se constrói, ao passo que constrói sua noção em si mesma baseando-se na cultura, dentro dos parâmetros de tempo e espaço, uma vez que os seres humanos se constituem simbolicamente em cultura. (Sarti, 2008).

Compreender a família como uma associação de pessoas que escolhe viver e conviver juntas, a partir da firmação da afetividade e de um compromisso que simboliza cuidado mútuo, abre-se espaço para a diversidade de formas, modelos, configurações familiares. Com o desenvolvimento das sociedades, a família matrimonial, constituída pelo casamento civil e religioso, deixa de ser concebida como família legítima, o direito estende proteção legal e ideológica às outras modalidades de família. Considerando esse pressuposto, Maluf (2012) indica que uma família pode ser formada pelo casamento, pela união estável, bem como abrange a família monoparental, homossexual, a família formada nos estados intersexuais e em sociedades que permitem a família poligâmica ou poliândrica e a família formada por casamento grupal.

Na sociedade atual, o matrimônio monogâmico ainda é via de regra na aceitação social de uma composição familiar, o casamento pode ser interpretado como a união entre um homem e uma mulher com a finalidade básica de procriar, realizar a comunhão da vida e/ou interesses.

O casamento no decorrer da história, se apresentou em quatro fases, o casamento consensual, oriundo do direito romano; o casamento exclusivamente religioso, baseado no direito canônico; o casamento civil e religioso que passou a vigorar desde o concílio de Trento até o Código de Napoleão; por fim, o casamento civil obrigatório, decorrente da perda do poder da igreja sobre a vida das pessoas. (Pessoa, 2000).

Esse processo de secularização reflete que o casamento sofreu alterações religiosas e culturais, uma vez que passa de um negócio, um acordo entre duas famílias, a relações baseadas no amor e no consentimento válido dos nubentes.

Ressalta-se, porém, a família está para além das normas jurídicas, pois se difere do casamento civil ou religioso, seja por união estável, grupos formados por qualquer um dos pais, ascendentes ou descendentes. A partir da diversidade, Losacco (2008) aduz que a família é constituída por uma constelação de pessoas interdependentes girando em torno de um eixo comum, qualquer que seja sua configuração, recebe impactos das transformações provenientes do contexto socioeconômico em que se insere, logo, a família como elemento social é motivo de constantes alterações.

Ainda em nível de tipificação, Szymanski (2002) aborda nove tipos de composição familiar enumerados por Kaslow (2001):

1. Família nuclear - composta por duas gerações, sendo os filhos biológicos;
2. Família extensa – nessa composição convivem juntas, três ou quatro gerações;
3. Família adotiva temporária, hoje considerada também como família solidária;
4. Família adotiva bi-racial ou multicultural;
5. Família composta por casais em união estável;
6. Família monoparental - seja ela chefiada por mãe ou pai;
7. Família homossexual - composta por casais do mesmo sexo com ou sem filhos;
8. Família reconstituída após o divórcio;
9. Pessoas vivendo juntas sem laços sanguíneos ou legais, mas com compromisso mútuo.

Abre-se um parêntese para incluir a configuração unifamiliar, onde uma pessoa que vive sozinha também pode ser considerada como família; tem-se ainda a família mosaico, composta por várias composições, são casamentos e recasamentos, agregando filhos de ambos os lados, a família geracional, onde avós criam seus netos sem a presença dos pais.

Dentro das reflexões tecidas sobre família, os sujeitos da pesquisa apontaram ainda os seguintes relatos.

Família são as pessoas que estão ao teu redor naquele momento. Se na sua casa, tem você e seus filhos, família é isso. Quando morava em São Paulo, morava em uma república com duas colegas, então minha família era eu e mais as duas colegas. Família é afetividade (Discente finalista – FSDB).

Família sempre foi e sempre será pai, mãe e filhos, mas quando tem outras pessoas também no seu dia a dia, acompanhando o eu crescimento, isso também é família (Discente finalista – FSDB).

Os relatos apontam visões controversas. Ao passo que uma discente relata que a concepção de família se estende além dos muros do contexto nuclear, outra reflete e reforça que família “sempre será” caracterizada pelo dispositivo da aliança tradicional. Em contraponto, observou-se também a seguinte fala.

Eu acho que vem muito da formação que essa pessoa vai ter, não sei como é a formação nas outras universidades, mas eu vejo que aqui na Ufam, os professores buscam trazer uma formação muito crítica, pensante, trazendo essas questões atuais, então, assim, eles já colocam situações que a gente pode encontrar lá fora, assim, há uma preparação, os professores já deixam claro que a gente não pode pensar só no nosso lado (Discente finalista – Ufam).

Eu vi de uma forma mais ampla, alguns professores falavam das novas configurações e outros eram mais conservadores (Discente finalista – Ufam).

O debate em sala de aula era mais aberto, mas as leituras eram conservadoras. (Discente finalista – Ufam).

O discurso discente retratou não a ausência dos conceitos previamente estabelecidos, mas, sobretudo a importância do desenvolvimento de um potencial crítico na academia, para o entendimento sobre as diversas configurações de família, ou seja, percebeu-se que a concepção dos alunos não abrange a construção cultural, moral e histórica trazida, mas uma porta aberta para o entendimento do que precisa ser trabalhado, saindo-se da visão individual para abranger demandas de uma coletividade.

Ressalta-se que a pesquisa apontou ainda para o conservadorismo do material escolhido para base dessa formação, pode ser uma fragilidade do professor, por não se sentir a vontade para ampliar o debate, ou pode ser a fragilidade na literatura disponível sobre a temática e sua relação com o Serviço Social. Por vezes, para aprofundar o conhecimento sobre família, recorre-se a literatura voltada para a Sociologia, Antropologia, Psicologia e Direito, mas independente da suposta fragilidade teórica, o professor tem como ir além e ampliar a visão de mundo de seus alunos.

2.3. Aprofundando o Olhar dos Discentes sobre a Categoria “Família” na Formação Profissional.

Da mesma forma que não se pretende esgotar conceitos, concepções, interpretações sobre família, não seria tarefa praticável buscar conceitos que se aproximem, sinônimos. Para diversos autores, encontrar-se-á inúmeros formas de pensar famílias. Na contemporaneidade ela pode ser entendida como “grupo social no qual se descobre um laço coesivo entre seus componentes, uma consciência de unidade, outrora denominada de consciência de nó”. (Maluf, 2012).

Nas palavras de Hironaka (*apud* Maluf, 2012, p. 253) “a família é uma entidade histórica, ancestral, mutável na exata medida em que mudam as estruturas e a arquitetura da própria história”.

Sinteticamente, esta pode ser definida

Como o organismo social a que pertence o homem pelo nascimento, casamento, filiação ou afinidade, que se encontra inserido em determinado momento histórico, observada a formação política do Estado, a influencia dos costumes, da civilização, enfim, em que se encontra inserido. (Idem).

“Estamos diante de uma família quando encontramos um espaço constituído de pessoas que se empenham umas com as outras, de modo contínuo, estável e não casual [...] quando subsiste um empenho real entre as diversas gerações” (MIOTO, 2004, p.135).

A família, influenciada por fatores sociais, políticas e econômicas, reflete um processo de modificações, como já citado anteriormente, a questão de gênero, a emancipação feminina, a reformulação do cotidiano conjugal, a divisão de tarefas domésticas, a relação entre pais e filhos, vem contribuindo para que se pense melhor sobre os fatores que influenciam ou determinam os mais diversos significados de família, sua formação, sua aceitação social, legal e cultural.

Para além da análise endógena, histórica e social, os significados de família compreendem um conjunto de múltiplas determinações econômicas, culturais, religiosa, é em geral um universo dinâmico e contraditório. Maluf (2012) aponta que a família apresenta caracteres peculiares, tais como o **caráter biológico**, caracterizado como agrupamento natural do ser humano, onde direitos e deveres são criados e partilhados entre seus membros; o **caráter psicológico**, o que liga os membros são elementos imateriais, metafísicos, espirituais;

o **caráter econômico**, onde o núcleo se une na intenção de se munir de elementos necessários à sobrevivência; o **caráter religioso**, que compreende a família como instituição eminentemente ética e moral influenciada principalmente pelo Cristianismo; o **caráter político**, a família como célula *mater* da sociedade faz nascer o Estado; por fim o **caráter jurídico**, a estrutura interna de uma família é regulada por normas jurídicas, conhecida como Direito de família.

A família moderna é uma realidade, baseia-se na pluralidade de tipos. A reflexão sobre os diversos caracteres que situam a concepção de uma família abre, portanto, espaço para a análise do que pensam os discentes no que tange as condições que influenciam o significado de família.

É importante enfatizar que, na pesquisa de campo, ao fazer o questionamento inicial sobre os significados de família, os discentes colocaram apontamentos voltados ao véis estritamente religioso, afirmando que esta é formada apenas pelas leis de uma divindade, que é a união entre um homem e uma mulher através do casamento, que a base da vida e das conquistas.

Nesse sentido, faz-se importante compreender o significado que a religiosidade apresenta no cotidiano humano. Para isso é importante questionar: Seria possível conceituar Religião? Talvez, fosse necessário, analisar vários outros conceitos, como crenças, ritos, sagrado, profano etc.

Para indagar se a religião afeta os conceitos sobre família, faz-se relevante, uma breve caracterização da religião como fundamento e como dogma presente em todas as esferas de uma sociedade.

Costa (2009) ressalta que a religião pode ser vista em sua funcionalidade pelos efeitos que produz, ou seja, para os indivíduos que a absorve, ela ocasiona um significado para o mundo, dá significado à vida e freia a ansiedade. Também promove a integração, a coesão social, o controle moral e a efetividade dos valores.

Berger (1985) afirma que a religião representa o ponto máximo da auto exteriorização do homem pela infusão dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo. O autor ainda salienta que, a religião foi historicamente, instrumento de legitimação, legitima instituições infundindo-lhes um status ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência

sagrado e cósmico. Essa legitimidade religiosa busca relacionar a realidade humanamente definida com a realidade última, universal e sagrada, funda, a realidade socialmente definida das instituições na realidade última do universo, na realidade como tal. Como exemplo, cita-se a sexualidade e a família, que por sua vez, são escassamente legitimados em termos miméticos, os papéis atinentes a essas esferas institucionais são eficazmente mantidos pelas legitimações religiosas.

Ainda citando Berger (*idem*), percebe-se que religião ao atingir a alienação, apresenta um mundo sociocultural coberto por mistérios vistos como não humanos, tudo é coberto pelo véu da mistificação que impede uma real compreensão. Um determinado contexto social com origens históricas e culturais passa a ser explicado pela fé. As contrariedades são vistas como ira da divindade. Um exemplo é o casamento, relação de parentesco, direcionamento das relações sexuais e contrato social. Tudo que é de Deus refere-se ao sacramento.

Da mesma forma que o conceito de família varia de acordo com o tempo e área de conhecimento dos autores, conceituar religião segue o mesmo caminho, o que se tem em mãos, é várias concepções, interpretações acerca de um fenômeno.

Para Durkheim (1996) uma religião é um sistema solidário de crenças segundas e de práticas relativas a coisas sagradas, ou seja, separadas, proibidas; crenças e práticas que unem na mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a ela aderem. Pode-se afirmar que a religião está envolta por um sistema mais ou menos complexo que envolve mitos, ritos, crenças, dogmas, cerimônias, e que atualmente tenta instituir um novo código moral.

Os dogmas religiosos podem ser interpretados como as crenças que fundamentam a doutrina, mas que são inquestionáveis. A relação entre família e a religião é rodeada de dogmas que por vezes distorcem o que diz Bíblia e implicam na rejeição de determinadas configurações familiares, e os movimentos sociais que vão de encontro ao fundamentalismo religioso os acusam de estarem alienados. A religião, os dogmas e a família se encontram e interagem nessa relação, por serem construções sociais.

Costa (2009, p. 47/48) ao analisar o pensamento Durkheimiano sobre a religião, aborda que há certa confusão, sobre o que é de Deus e o que da sociedade, o autor afirma que, “não se trata apenas de a religião ser coisa social”. Ele completa que o sagrado é sociedade. “É ela que os homens adoram sem saber. ‘Deus’ é uma expressão (trans) figurada da sociedade. Esta, em si mesma, tem algo de sagrado. O grande Deus é a síntese de todos os totens, que são a expressão elementar do fenômeno”.

A religião representa, portanto, a realidade, social no sentido cognitivo, (torna-a inteligível) e no sentido expressivo (simboliza e dramatiza as relações sociais de classificação, separação, subordinação e ordem). É uma sociologia mitológica. Há, ainda, uma função integrativa na religião: estreita os vínculos indivíduos/sociedade. Os ritos reforçam o sentimento de pertença ao grupo, revigoram a crença, lembram-na. Uma religião vive de práticas, símbolos, crenças e modos de renová-los. (Idem, p. 49).

Finda-se por perceber, que a relação entre religião, dogmas, e família entra em um espaço de contradições. Ao mesmo tempo em que é pregado dentro dos templos o resgate da família, a diversidade religiosa forma guetos que geram a exclusão de quem professa a mesma doutrina. A exclusão ocorre através dos dogmas, que são colocados em prática através dos tabus e preconceitos, que atingem não apenas as configurações familiares contemporâneas que buscam por reconhecimento, mas atingem também os membros de uma mesma família, é o mito da mulher submissa, do marido dominador, do filho criado para ser homem, da filha que desde as primeiras brincadeiras ganha bonecas, cozinhas, jogos de panela para ser o exemplo de mulher dona de casa e mãe. Todos os papéis sociais criados e reiterados pelo fundamentalismo religioso, criam uma bolha de onde, quem busca outro modo de viver, tem dificuldade de sair.

Tudo o que se refere à vida orgânica família, no âmbito social ou individual passa pelo controle da religião. Como retribuição, a religião é sustentada pela família através da transmissão geracional de suas crenças, promovendo o cumprimento das práticas e a aceitação das punições. A Igreja ao se apresenta mais tradicionalista que a família, apresenta um modelo eterno e supremo de família, portanto, passa a ditar regras, sacraliza as manifestações da vida familiar através do nascimento, casamento e morte e passa a condenar o que vai contra os seus princípios morais, como a interrupção da gravidez, o divórcio, o exercício da livre sexualidade etc. Para manter esse domínio, Prado (1981, p. 68) afirma que “a pressão das religiões foi em geral a estratégia utilizada para impor uma nova e verdadeira moral familiar”.

Ou ainda, nas palavras de Brito (2004, p. 44), “o cristianismo apareceu como sinônimo de sacrifício, vida ascética, mortificação, repressão do corpo, inclusive do sexo, busca de alma separada do corpo”.

O cristianismo, ao longo de sua história, moldou não apenas a vida pessoal de cada indivíduo moldou tudo o que se referia a moral, costumes, ciência, arte, e também a economia.

Rosado-Nunes (2004), aponta que, na esfera da religião, a instituição religiosa é entendida como legitimadora e matriz de organização de valores e normas sociais.

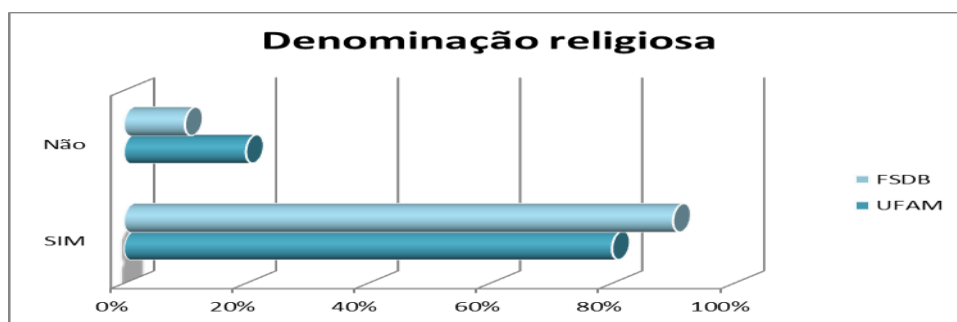
Na pesquisa, ao questionar se a família tem um significado religioso, percebeu-se os seguintes relatos.

A parte religiosa também é uma base, porque a família que nasce dentro de uma religião tem raízes tipo, todo mundo é católico e eu sou protestante e de repente já começam a se digladiar dentro de casa. Um exemplo, meu tio nasceu como testemunho de Jeová e com a família com todos dentro da religião (Discente ingressante – FSDB).

Também acho que tem muito a ver com religião, porque na palavra de Deus tem várias instruções e nos ensina a ser bons filhos e como diz, devemos naquele versículo, quem honrar pai e mãe terá seus dias prolongados na terra. Envolve afeto, porque se tu obedeces é porque tu tem carinho pelos teus pais... A religião tem grande importância na família (Discente ingressante – UFAM).

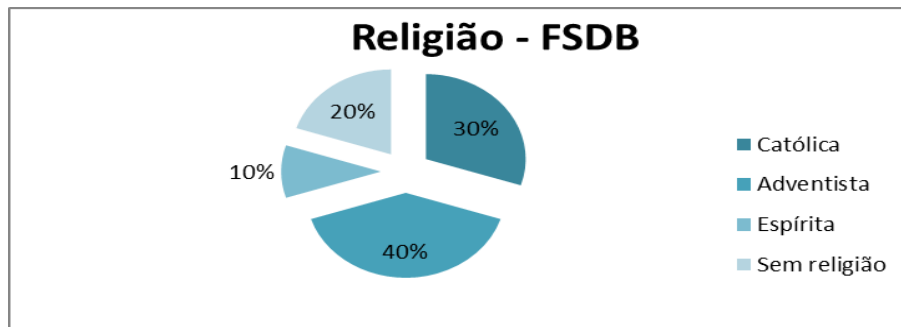
Os elementos do discurso revelam que as discentes apontam características religiosas para descrever o significado de família, os quais não apenas advém da cultura, mas também chega até a academia. Sobre a existência de denominações religiosas praticantes, a pesquisa evidenciou que:

Gráfico 04



O gráfico mostra que entre os alunos da Universidade Federal do Amazonas, 80% tem alguma denominação religiosa, já entre os discentes da FSDB, o número eleva-se para 90%. Entretanto, a o questionar sobre a religião que pratica, as respostas apresentaram contradições, conforme pode-se verificar abaixo.

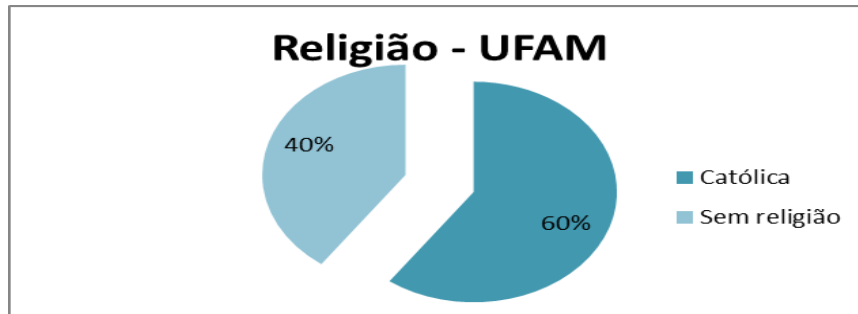
Gráfico 05



No questionário, 40% dos discentes da FSDB se declararam adeptos da religião Adventista do 7º. Dia, 30% de Católicos, 10% são Espíritas e 20% sem religião, o que contradiz com o gráfico 2, onde apenas 10% dos sujeitos responderam que não tinham religião.

Entre os dados coletados com os discentes da UFAM se verificou situação semelhante, conforme o exposto a seguir.

Gráfico 06



Entre os sujeitos pesquisados na Universidade Federal do Amazonas, 60% se declarou Católico, enquanto 40% enfatizou não ter religião.

Estamos tratando de um dado importante além do contraste nas informações, visto que alguns discentes não se veem com uma religião, entretanto, a visão sobre os significados de família está alicerçada na religiosidade e aos textos considerados como sagrados.

Diante das reflexões, tornou-se necessário explicar que as respostas deveriam se ater a pensar a família dentro do processo de formação profissional pelo qual estavam iniciando ou finalizando na IES (Instituição de Ensino Superior).

Sobre a questão da religiosidade, percebe-se que a religião proporciona aos homens o poder de fazer uma discriminação entre coisas de importância secundária e coisas nas quais

depositam seu destino, sua vida e sua morte. Sendo assim, faz uma abstração dos sentimentos e experiências pessoais que acompanham o encontro com o sagrado, a religião se nos apresenta uma rede de símbolos, com estes símbolos os homens discriminam objetos, tempos e espaços, construindo, com o seu auxílio, uma abóbada sagrada com que recobrem o seu mundo.

Independente do significado que a família apresente para cada camada socioeconômica, elas se constituem em espaços de construção ou desconstrução no que se refere à relação de proteção entre seus membros, é um espaço permeado por inúmeros conflitos e lutas por reconhecimento entre si e perante a sociedade. As diversas configurações familiares apresentam vivências que refletem a desigualdade, o desrespeito, o egoísmo, o individualismo, autoritarismo, exploração, discriminação, e os variados tipos de violência. É exatamente esse contexto que mostra a relação da família com o Serviço Social, o motivo pelo qual a família se apresenta como objeto de estudo e de trabalho do assistente social, como afirma Miotto (1997, p. 115), “a família não se constitui, a priori, como um lugar de felicidade”, porque nem sempre ela é cuidadosa e protetora.

Apesar das significações mostrarem união, afetividade, solidariedade e fraternidade, apresentando uma análise que enfatiza aspectos positivos, a família também é espaço de produção e reprodução da violência, problemática que atinge mulheres, crianças, adolescentes, idosos, enfim, atinge e aflige a família. Não é possível manter uma visão romântica acerca das configurações familiares, quem deveria proteger, por vezes abandona, violenta, vitimiza. Esse espaço de vivência, de união é o mesmo espaço que segrega.

A família não deve ser interpretada como um problema para a profissão, ela não é, em si própria uma questão social, porém, o que ocorre em seu seio, às expressões de desigualdade, violência, discriminação e exploração fazem parte de todo um conjunto de problemáticas sociais que chegam ao profissional do Serviço Social. Cabe a esse profissional encaminhar, orientar e consolidar direitos. A questão a ser pensada é se esse profissional consegue acompanhar as transformações que permeiam a família a fim de não ser mais um a excluir.

É relevante partir do ponto inicial da questão, ou seja, antes de se tornar um profissional, ocorre o processo de formação, como ocorre essa relação entre docentes e discentes na concepção dos significados de família, o que pensam os futuros profissionais e como a família é visualizada, entendida, compreendida e analisada nesse processo? O

próximo tópico abordará o posicionamento dos discentes das referidas instituições de ensino superior acerca do significado de família.

Em uma interpretação gramsciana, a família é entendida como aparelho privado e hegemônico, uma vez que incorpora valores da ordem social. Quando não desempenha essa função, a família passa a ser alvo de políticas sociais.

Já para Althusser, a família aparece como um dos aparelhos ideológicos do Estado, estando propensa inclusive ao poder e ao sistema que dita normas e disciplinas, além de elementos culturais e sociais.

Ferreri e Kaloustian (2011, p 12) afirmam que a “família, enquanto forma específica de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento socioeconômico e pelo impacto da ação do estado através de suas políticas econômicas e sociais”.

É importante dizer que o Serviço Social atua sobre a família, no momento em que está não consegue desempenhar seu papel protetivo, seja por problemas ou conflitos na função social, é exatamente por esse motivo que se mostra necessário à compreensão da família a partir do pensamento crítico, visualizá-la em sua totalidade, em suas determinações históricas e não culpabilizá-las por questões de cunho social como já dizia Ianni (1996). Para tanto, a atuação do profissional do Serviço Social deve proporcionar aos seus usuários a emancipação e o desenvolvimento da família, o foco da ação profissional deve ir além da demanda institucional, deve compreender contradições e sua relação com a sociedade, somente assim o profissional poderá articular e criar meios para que a família cumpra sua função social.

A atuação profissional do Assistente Social no que se refere à família vincula-se principalmente a política social e aos programas socioeconômicos. Legislações trazem a família como responsável por seus membros, juntamente como Estado e Sociedade Civil, mas de que família estamos falando? E de que profissional?

Para que o profissional alcance esse ideal de atuação precisará ter como base o processo de formação, teoricamente, será este o espaço onde aprenderá, compreenderá e consolidará seus ideais profissionais.

Foi questionado aos docentes e discentes se a temática “Família” é abordada de forma direta ou transversal no processo de formação profissional, e a resposta foi unanime, a temática não apenas é abordada de forma transversal, como por vezes é abordada em disciplinas não específicas do curso, como por exemplo, psicologia e sociologia.

Para os discentes ingressantes, é necessário levar em consideração o conhecimento sobre a composição curricular do curso, pois são poucas as disciplinas específicas. Os discentes ingressantes da FSDB, afirmaram ainda não ter tido aula teórica sobre família, mas que realizam ações sociais voltadas para famílias, tais como: como doação de roupas, sapatos e realização de dinâmicas. Os sujeitos da pesquisa demonstraram interesse pela temática e consciência do espaço que a referida ocupa no âmbito da atuação.

Independente da área que você vai trabalhar, vai ver família. Se eu estou trabalhando com o idoso, cadê a família do idoso, se eu estou com o menor, onde está a família? Trabalhar a família seria tudo. (Discente ingressante da FSDB).

Para os finalistas da FSDB, a temática poderia ter sido melhor debatida em sala de aula e percebem uma lacuna entre teoria e prática, e lembram apenas da disciplina de Psicologia como fonte de informação.

Eu acho que em Psicologia. (Discente finalista da FSDB).

Em psicologia teve um seminário com alguns temas e foi falado sobre os rearranjos familiares. (Discente finalista da FSDB).

O negócio é lembrar... (Discente finalista da FSDB).

Não. Voltada para o Serviço Social não teve nenhuma, com certeza. (Discente finalista da FSDB).

Os relatos apontam que há fragilidades no que tange a presença da temática família na formação profissional. As discentes tiveram dificuldade para recordar disciplinas que atendessem à discussão, ou até mesmo afirmaram a inexistência do debate em disciplinas na sala de aula.

No que se refere à relevância da temática no processo de formação profissional, as discentes finalistas afirmaram que:

Eu vejo que a temática família com certeza ocupou um espaço muito grande para todas nós, principalmente em campo de estágio. (...) Se você vai para o campo do idoso, por exemplo, você se depara com a temática da família. Só não sei se as colegas conseguiram ver isso no processo acadêmico delas. (Discente finalista da FSDB).

O relato do sujeito da pesquisa inicialmente parece contrastar com o que foi exposto acima, entretanto posteriormente ela associa o “espaço da temática família” apenas a partir do

campo de estágio, visto o trabalho no âmbito das políticas sociais que abrangem a família, ou pelo menos apresentam essa proposta.

Quanto à realidade da Universidade Federal do Amazonas, onde há uma disciplina específica que aborde a família, observou-se o seguinte relato.

A disciplina específica de família foi uma questão chave, agora, eu teceria uma crítica, o professor que ministra a matéria tem que ter essa questão de que ela é importante, pra poder trazer o embasamento, o domínio certo pro aluno, a discussão que tem que ter o comprometimento, eu acho que eu diria assim, de transmitir essas informações esses conhecimentos, porque senão ele deixa uma matéria importante sim, mas se ela não foi ministrada de forma correta então ela não teve importância, não consegue atingir seu objetivo maior (Discente finalista – UFAM).

A discente reconhece a importância da disciplina, entretanto verifica também a necessidade da inserção docente na temática, para que isso possa refletir não apenas o comprometimento com a matéria, como também para que ela seja ministrada de maneira coerente, de acordo com as demandas da atualidade.

Sobre isso, Iamamoto (2006) aponta que:

Uma das condições fundantes para garantir a adequação da formação profissional à dinâmica do nosso tempo é implodir uma visão endógena do Serviço Social e da vida universitária, prisioneira em seus 'muros internos'. Alargar os horizontes voltados para a história da sociedade brasileira nos quadros do novo reordenamento mundial para aí melhor apreender as particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações, densas de contexto histórico (IAMAMOTO, 2006 P. 170).

A reflexão da autora nos leva a discutir a importância de sairmos de uma zona de conforto permeada pelas tradições, para emergir para além dos muros de uma visão endógena, ou seja, seguir para acompanhar as mudanças históricas de uma sociedade que se transforma cotidianamente frente ao processo do reordenamento que se faz em escala mundial.

Ressalta-se que a base de tais mudanças se inicia pela formação profissional, a qual é responsável pelo modo de ver, pensar e fazer a profissão. Para aprofundar a análise, veremos como a formação está permeada na realidade de Manaus, sob o olhar de docentes e discentes da UFAM e FSDB.

CAPÍTULO III

A TEMÁTICA FAMÍLIA NA PRÁTICA DOCENTE E NO CONTEXTO DAS DIRETRIZES CURRICULARES

As concepções religiosas influenciaram não apenas a origem do Serviço Social, mas também o significado, a compreensão da temática família no processo de formação e atuação profissional.

O trabalho inicial era de cunho assistencialista, de doações de alimentos e roupas, ao atendimento vinculado a clínica médica, higiene geral e bucal, os trabalhos de educação familiar foram considerados pioneiros e de referência para o desenvolvimento de ações sociais voltadas a família. O foco era a família dos operários e ação mais comum era a visita domiciliar, que tinha como objetivo criar meios para realizar ações educativas.

É reafirmado no processo histórico da profissão, que a ideologia da Doutrina Social da Igreja da Católica influenciou a construção dos currículos e ditou normal no atendimento, a formação dos Assistentes Sociais deveria proporcionar meios de correção de anomalias sociais, bem como orientar e ajustar o homem desajustado em seu meio, bem como as técnicas de intervenção utilizadas na época eram consideradas instrumentos de readaptação entre homem sociedade. (COSTA, 2009).

No período da criação da escola, as principais demandas sociais advinham do desemprego, fruto da imigração, das revoltas, doenças como a hanseníase, bem como o aumento da pobreza, tais características não se distanciam da realidade de outras cidades do país, mas vale ressaltar que a distância da região comprometia a chegada e implementação de projetos assistenciais, trata-se, portanto de uma particularidade regional.

Iamamoto (2000) relata que a família era considerada como núcleo primeiro e principal da sociedade, em seu seio os valores morais eram aprendidos e consolidados, sendo à base da vida em grupo, bem como da estrutura social. Via-se a família a partir das funções que desempenhava, modelo considerado pela profissão como ideal e capaz de firmar o cumprimento das funções, era a família nuclear.

As principais ações do Serviço Social junto às famílias resumiam-se em instruí-las sobre questões higiênicas, sanitárias e morais. As funções desempenhadas pelo “Pai” e pela

“Mãe” eram distintas, o Serviço Social deveria garantir que o homem, pai, chefe da família tivesse condição financeira suficiente para a manutenção da família. À mulher, mãe, em decorrência de sua natural vocação para os serviços domésticos, eram oferecidos cursos de formação doméstica e moral. (Iamamoto, 2001).

Os avanços teóricos e metodológicos e relação ao trabalho com a família ocorreram de forma gradativa, à contribuição de Mary Richmond foi fundamental para o desenvolvimento da profissão na realidade brasileira e o Serviço Social familiar serviu de base para a técnica de tratamento individual. Para Vieira (1980), Richmond salientou que a família tem sua própria história, que difere da história de seus membros, apresentou a ideia da coesão familiar, a importância da afeição e do treinamento e desenvolvimento social na manutenção da família.

No final da década de 1940, aconteceu o 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, teve como tema “O Serviço Social e a Família”, foram elaboradas críticas referente à utilização do método frente aos problemas da família brasileira, porém a concretização desse processo de mudança só ocorreu na década de 1960 a partir dos questionamentos sobre o conservadorismo que se fazia presente na profissão, o Movimento de Reconceituação buscava fundamentação teórica baseada na teoria de Karl Marx, ainda que tomassem por base autores que traziam a interpretação de Marx e não a leitura dos escritos do autor.⁵ (IAMAMOTO, 2001).

O processo de construção de uma nova base para a atuação profissional refletia a intensão de superação da visão positivista que ainda rondava o Serviço Social, porém de forma ainda fragilizada, não houve um salto instantâneo, passo após passo, professores e estudantes iam em busca da dialética, pensavam a história e refletiam sobre seus novos rumos. Preceitos e preconceitos conservadores ainda se fazem presentes, mas avanços também são contabilizados, todos sem dúvida, degraus para continuar a reflexão e a construção da profissão que tem e cria meios para a transformação social.

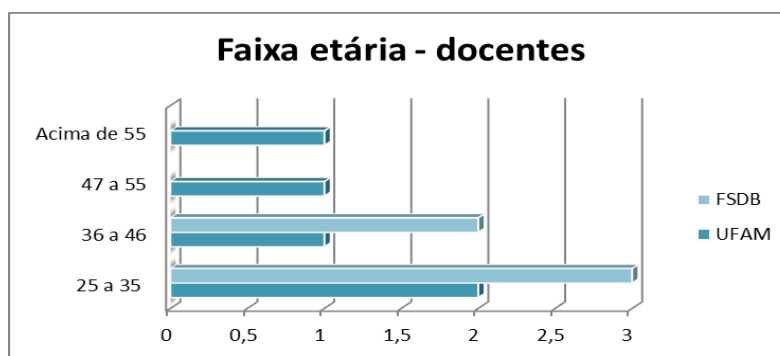
⁵ Sobre o Movimento de Reconceituação ver capítulo I.

3.1. O Perfil Dos Docentes Pesquisados

Sem distinção, todos os seres fazem parte do processo de educação, seja ela, doméstica, religiosa, escolar, universitária, ou social, como parte intrínseca do cotidiano humano. Viver esse processo é significativo para aprender, ensinar, compreender, transformar a realidade e o meio em que se produz e reproduz a vida.

O referido item se debruçará nos profissionais que exercem a docência, para tanto antes de a entrevista ser realizada, os docentes responderam um questionário para traçar um perfil, o qual mostrou os seguintes dados:

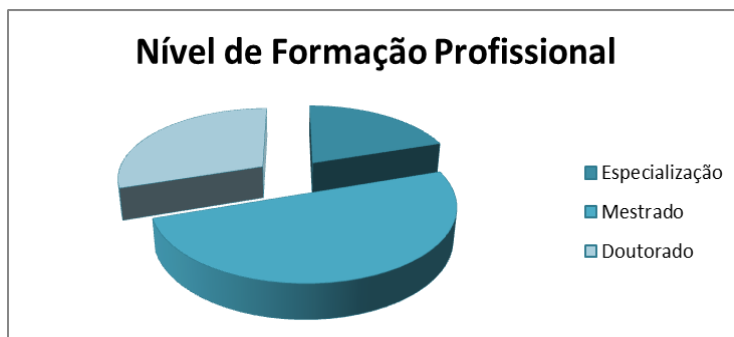
Gráfico 07



A concentração da faixa etária prevalece entre 25 a 35, e de 36 a 46, sendo que a FSDB concentra maior número de docentes com faixa etária mais baixa, mas também com menor tempo de formação e prática docente, como pode ser visualizado nos gráficos abaixo.

Foi questionado aos docentes o tempo de formação profissional, especificamente no que se refere à graduação, sendo que o tempo varia. Docentes da UFAM, por exemplo, possuem de 11 a 34 anos de formação, enquanto os docentes da FSDB possuem de 4 a 14 anos de formação na graduação. Esse dado revela a realidade do mercado profissional, uma vez que aumentam os números de instituições privadas que oferecem o curso de Serviço Social, e a nível Federal, as vagas ofertadas são mínimas e com médio espaço de tempo entre um concurso e outro.

Gráfico 08



Sobre o nível de formação acadêmica, a UFAM concentra maior número de Doutores, dos cinco docentes entrevistados, três já obtiveram o título, um está cursando o doutorado e apenas um é Mestre. Os docentes da FSDB em grande maioria são Mestres, a instituição conta ainda, com dois especialistas, sendo que um está finalizando o mestrado.

Os dados sobre formação acadêmica podem ser correlacionados com o tempo de prática docente. Em média, Doutores são os que possuem mais tempo de prática, seguidos por Mestres.

Gráfico 09



Em decorrência da relação entre tempo de formação e prática docente, verificou-se que a UFAM concentra os docentes com maior tempo de exercício da profissão. São dois professores com 6 a 10 anos, dois com 11 a 15 anos e um docente com mais de 25 anos de prática docente. O corpo docente da FSDB por sua vez possui três professores que exercem a profissão de 1 a 5 anos e dois com 6 a 10 anos de atuação na área da docência.

A escolha por traçar um perfil dos docentes nesse momento, se referencia na oportunidade de perceber que existem profissionais de diversas épocas de formação, existem profissionais que se formaram com base no currículo de 1982, de 1996 e com as diretrizes de 2001 e com as reformulações que de lá decorreram, ou seja, tem-se uma formação que já priorizou a família, que priorizou a profissão em si e que hoje assiste novamente a valorização da família.

Partindo da reflexão de Costa (1999, p. 68), almeja-se que os docentes acompanhem as transformações sociais, “é preciso que o corpo docente esteja atento de que o currículo, como estrutura de curso, não se constitui apenas de disciplinas para informar e formar o aluno para o mercado de trabalho, ele deve se constituir de consistência teórico-metodológica”.

Abre-se um parêntese para esclarecer que o objetivo não é tecer comparações qualitativas entre instituições públicas e/ou privadas. É certo que a crescente demanda nas instituições privadas se dá com o crescimento da chamada classe média e maior oportunidade de trabalho, logo, o acesso à educação também aumenta, no entanto, a demanda por vagas nas universidades não é suportado, gerando assim, oportunidade ao mercado que investiu em instituições de ensino superior e a desburocratização do acesso favoreceu o interesse popular.

Santos (2005 apud Passos, 2009) analisa que a perda da prioridade da universidade pública nas políticas de Estado é resultado da perda das prioridades nas políticas sociais em decorrência do modelo de desenvolvimento econômico – neoliberalismo.

As diferenças entre o público e privado se acentuam em meio às crises econômicas, mas o ponto em comum permanece, a qualidade do ensino e que profissionais estão formando. É importante ressaltar que o tripé ensino-pesquisa-extensão deve ser valorizado em ambas as instituições, propor novos modos de enfrentamento, novas conquistas, posturas éticas comprometidas com uma formação ampla, consciente das contradições e injustiças sociais, romper com o conservadorismo e a alienação cultural são fatores determinantes para a qualidade não apenas do ensino superior no Brasil, mas também para a formação de profissionais que lidam diretamente com as consequências das desigualdades socioeconômicas.

3.2. A Família como Categoria das Diretrizes Curriculares nas IES de Manaus

Ao passo que a teoria marxista se consolidava, um quantitativo maior de profissionais questionava sobre a dominação e exploração do sistema capitalista e se lançavam contra algumas formas de opressão, como o patriarcalismo e racismo, bem como se aproximaram das questões de gênero.

Foi somente a partir década de 1980 que de fato o Serviço Social alcança maturidade intelectual, personificado na reformulação do Código de Ética, no início dos debates sobre o Projeto Ético- Político, no comprometimento com os direitos humanos e sociais, no ideário de ampliação da cidadania e na perspectiva emancipatória.

A Constituição Federal de 1988 ao expandir a proteção do Estado à família proporcionou a reaproximação entre o Serviço Social e o trabalho com famílias e posteriormente ao colocar a família como centralidade nas políticas sociais. Alguns dos principais aspectos são:

a) a proteção do Estado alcança qualquer entidade familiar, sem restrições, explícita ou implicitamente tutelada pela Constituição; b) a família, entendida como entidade, assume claramente a posição de sujeito de direitos e obrigações; c) os interesses das pessoas humanas, integrantes da família, recebem primazia sobre os interesses patrimonializantes; d) a natureza socioafetiva da filiação prevalece sobre a origem exclusivamente biológica; e) consuma-se a igualdade entre os gêneros e entre os filhos; f) reafirma-se a liberdade de constituir, manter e extinguir entidade familiar e a liberdade de planejamento familiar, sem imposição estatal; g) a família configura-se no espaço de realização pessoal e da dignidade humana de seus membros. (LÔBO, 2004, p. 7).

A questão central nesse momento se vincula a relação entre teoria e prática, ou seja, existe um suporte legal no trabalho com famílias, mas como as IES, docentes e discentes tem construído essa base?

Perante as diretrizes curriculares do Ministério da Educação e Cultura – MEC e da Associação Brasileira de Ensino em Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, o currículo do curso de Serviço Social deve proporcionar a compreensão dos problemas e desafios que o profissional encontra, para tanto, foi pensada uma organização curricular que supere as fragmentações da relação ensino e aprendizagem. O processo de formação profissional foi estruturado em três núcleos principais de conhecimento.

núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;

núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;

núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. (Parecer CES 492/2001)

No âmbito da formação profissional, as diretrizes curriculares do MEC e ABEPSS mantêm foco generalista, para a formação de profissionais que tenham a capacidade teórico-metodológica e técnico-operativa para desenvolver sua prática em qualquer campo de trabalho.

No contexto da realidade de Manaus, ao ressaltar a realidade das duas IES podemos enfatizar as seguintes matrizes curriculares.

Matriz Curricular do Curso de Serviço Social – Universidade Federal do Amazonas

Disciplinas Optativas

1º. Período

Comunicação em Prosa Moderna I
Introdução à Filosofia
Introdução ao Serviço Social
Metodologia do Trabalho Científico
Psicologia Geral I
Sociologia I

2º. Período

Ciência Política
Comunicação em Prosa Moderna II
Formação Econômica e Política do Brasil
Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social I
Psicologia Social I
Sociologia II

3º. Período

Economia Política

Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social II
Introdução à Antropologia Cultural
Sociologia III
Teoria do Conhecimento I

4º. Período

Análise Institucional
Ética Profissional
Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social III
História Cultural da Amazônia
Política Social I
Trabalho e Contemporaneidade

5º. Período

Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social IV
Pesquisa em Serviço Social I
Política Social II
Serviço Social na área da Família
Tópicos Especiais

6º. Período

Estágio Supervisionado em Serviço Social I
Estatística Aplicada às Ciências Sociais
Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social V
Gestão e Planejamento em Serviço Social I
Pesquisa em Serviço Social II

7º. Período

Direito e Legislação Social
Estágio Supervisionado em Serviço Social II
Gestão e Planejamento em Serviço Social II
Pesquisa em Serviço Social III

8º. Período

Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Trabalho de Conclusão de Curso

Matriz Curricular do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco

1º. Período

Acumulação Capitalista Desigualdades Sociais e Serviço Social
Fundamentos Filosóficos
Fundamentos Sociológicos ao Serviço Social
Língua Portuguesa
Metodologia do Trabalho Científico
Introdução ao Serviço Social

2º. Período

Economia Política
Fundamentos Psicológicos ao Serviço Social
Introdução a Antropologia
Fundamentos Sociológicos ao Serviço Social I
Formação Sócio histórica do Brasil
Teoria do Conhecimento

3º. Período

Ciência Política
Questão Social e Serviço Social
Fundamentos Sociológicos ao Serviço Social II
Direito e Legislação Social
Trabalho e Sociabilidade

4º. Período

Fundamentos Sociológicos ao Serviço Social III
Questão Social na Amazônia
Processo de Trabalho e Serviço Social
Serviço Social e Seguridade I (Assistência)
Ética Profissional e Serviço Social

5º. Período

Administração e Planejamento em Serviço Social
Política Social I
Movimentos Sociais e Serviço Social
Serviço Social e Seguridade II (Saúde e Previdência)
Informática Aplicada ao Serviço Social

6º. Período

Política Social II
Pesquisa Aplicada ao Serviço Social I
Seminários Temáticos
Estatística Aplicada Às Ciências Sociais
Estágio Supervisionado I

7º. Período

Estágio Supervisionado II
Seminários Temáticos
Oficina da Prática Profissional I
Pesquisa Aplicada ao Serviço Social II

8º. Período

Oficina da Prática Profissional II
Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Trabalho de Conclusão de Curso
Seminários Temáticos

Ao serem questionados, se a temática faz parte das diretrizes curriculares de forma direta ou transversal, 100% dos discentes e docentes afirmaram que o corte é transversal, dado que corrobora com o perfil generalista das estruturas curriculares, mas que não diminui a necessidade da disciplina ser abordada.

Apesar das IES terem estruturas curriculares em similitude, apenas a UFAM oferece disciplina obrigatória sobre a temática família, conforme observou-se na referida matriz curricular. Docentes da UFAM questionam a necessidade da disciplina, visto que a temática deveria ser abordada durante todo o processo de formação, do primeiro ao último ano, não há então um consenso sobre a importância da disciplina.

Sobre isso, podemos observar os seguintes relatos:

Nós temos uma disciplina específica, pessoalmente eu acho um equívoco, porque poderíamos trabalhar em outras disciplinas, que passam por conceitos de família, por exemplo, gestão e planejamento, em políticas sociais, nos fundamentos do serviço social. Mas, ter uma disciplina obrigatória, não tem sentido, porque é uma forma de outros professores deixarem de trabalhar a temática em outras disciplinas, ai trabalha sem pensar no conjunto da disciplina que tem a ver com as estratégias do serviço social, sem discutir o conceito”. (Docente UFAM)

Acho uma fragilidade a gente não abordar conceitos de família, mas também não é o foco, o foco é na disciplina específica”. (Docente UFAM).

Apesar dos cursos de Serviço Social estar alicerçados em uma proposta político-pedagógica que busca interligar disciplinas de forma a se complementarem, a existência de lacunas não se desfaz e para evitar que a formação se distancie da realidade vivida no cotidiano, faz-se necessário avançar para estagnar frente aos desafios, pensar na temática da família nesse processo de formação profissional mostra sua relevância ao passo que

A promoção e o apoio às famílias, sobretudo àquelas em situação mais vulnerável, e o reconhecimento das mesmas enquanto agente social ativo e objeto de políticas públicas, constituem-se em fatores decisivos na busca dos objetivos prioritários do desenvolvimento humano, tais como a eliminação da pobreza, o acesso à saúde, a educação e a alimentação, a erradicação do trabalho infantil, a promoção da igualdade de gênero e a proteção integral a seus membros, das crianças aos mais idosos. (KAYAYAN, MAURAS, 2011, p. 9)

A relação entre teoria e prática no que se refere à família é fundamental, a mesma vem sendo valorizada ao longo dos anos até alcançar a posição de instância primordial da sociedade, considerada junto com o Estado e a sociedade civil responsável pela proteção de seus membros, a família passa a fazer parte dos serviços do dia a dia, está presente principalmente nos programas de apoio sócio familiar.

Partindo do pressuposto que o professor/educador é para além de um transmissor de informações, é um formador de opiniões, é necessário refletir como a temática vem sendo abordada nesse processo de formação, o que pensam os docentes do Serviço Social e como trabalham a temática em sala de aula, são dados apresentados no próximo item.

3.3. O Debate da Temática Entre os Docentes

A temática família ainda não tem centralidade nas matrizes curriculares das IES, o que torna relevante verificar junto aos docentes como a referida categoria vem sendo trabalhada no cotidiano da prática docente, entretanto, antes disso precisamos compreender o que os professores entendem por família.

Sobre isso, podemos enfatizar os relatos abaixo.

Pra mim, hoje, tem várias configurações, o meu entendimento científico de família são todas as pessoas que vivem sob o mesmo teto, independente das relações de consanguinidade, eu penso que se eu venho do interior pra estudar e moro com um amigo meu, a partir daquele momento ele é minha família, porque ali eu vou dividir questões econômicas, sociais e também as questões de saúde. Sobre as configurações contemporâneas, todas podem ser chamadas de família, eu acho que quando você cria uma nomenclatura, você cria uma identidade, até para que possa vencer o preconceito e conquistar direitos, porque você deixa de ver apenas a família tradicional, nuclear... O mais importante é o amor. (Docente FSDB).

Família a base de tudo, acho que esse é o principal conceito, mas ai merece destaque, e a gente precisa discutir isso com os alunos, é a base de tudo é, mas como é formada essa base? Eu procuro sempre acreditar que a família vai muito além da questão da consanguinidade, principalmente pros assistentes sociais porque a gente vai trabalhar em diversas áreas, onde a gente precisa entender e muitas vezes fazer outros profissionais e outras pessoas entenderem, que a questão da família é uma questão que envolve os laços, a afetividade. O conceito de família hoje precisa ser pensado, não excluindo a consanguinidade, mas acrescentando a questão da afetividade, dos laços que envolvem as relações. (Docente UFAM).

As famílias contemporâneas vêm se transformando no âmbito histórico e social, em consequência, novas articulações de gênero e gerações, é na família que localizamos a complexidade que permeia a sociedade moderna, é enfatizada a pluralidade, todo e qualquer indivíduo encontra-se em constante transformação, portanto a família está além da questão da consanguinidade. Os laços biológico, sanguíneos nos colocam no centro de grupo de pessoas, mas não define a afetividade que sentimos em relação ao outro.

Eu pessoalmente não gosto muito dessa ideia de família, as pessoas geralmente fazem referência à família como uma coisa lírica, linda, maravilhosa, quando na verdade, nós sabemos que a família não tem nada disso, tem brigas, parte dos relacionamentos humanos. Quando você tem experiências de afastamento da família de sangue, digamos assim, você começa a formar outros laços, então, em determinados momentos você convive com outros grupos, passa a ter relações familiares também, a ideia de família é com quem você convive, no mesmo espaço, tem relações, eu considero gente que não é sanguíneo mais família que os outros que são sanguíneos. Sinceramente eu não gosto... A ideia de família é muito carregada daquela ideia muito religiosa, a gente ouve muito esse discurso político, partidário, da família como célula, eu não acho que passe por aí. As políticas sociais têm tomado um conceito de família, que as vezes, são definições que pra mim são conceitos esquivos. (Docente UFAM)

O relato docente se faz importante, visto que a sociedade realmente implementa culturalmente que família se faz com modelos predeterminados. Que a consanguinidade é o modo de reconhecimento da família, ou seja, tudo o que estiver além disso por vezes não é visto. Outro elemento importante se mostra pelo fato de que a construção de família se embasa muito em estruturas e ideias religiosas, o que exclui outras formas de pensar a família.

No que se refere à realidade em sala de aula, os docentes ressaltaram que:

Em geral eu falo sobre família. (Docente FSDB)

Ela sempre aparece de uma forma implícita, ela nunca aparece como destaque, ela precisa ser mais focada. Como falar de política social, de seguridade, sem falar de família? Precisamos repensar! (Docente – FSDB).

Sim, já ministrei a disciplina específica sobre família. (Docente UFAM)

Indiretamente sim, mas na pós-graduação. Na graduação apenas em orientação de pesquisa. (Docente UFAM)

Não, mas nas disciplinas de fundamentos sempre perpassa por família, mas eu não dou muita ênfase, não aprofunda. (Docente UFAM).

Os relatos comprovam que a centralidade da família na prática docente ainda é um ideal, não contempla de forma explícita o debate, mas ocorre de maneira genérica e superficial. Os dados expostos anteriormente dos discentes revelaram realmente o que foi colocado, haja vista que na realização do grupo focal, vários alunos não conseguiam associar a temática família às outras disciplinas específicas do curso. O relato abaixo pode sintetizar a situação.

A família foi tratada em cada componente curricular, assim pincelada, mas sem aprofundar. Só família, não (Discente finalista – FSDB).

Até então, o lugar da família na formação é secundário (Discente ingressante – FSDB).

As falas dos sujeitos corroboram com os dados dos docentes, ou seja, a família é uma temática realmente tratada superficialmente, não tem centralidade, conforme os dados docentes seguintes.

Só de forma indireta em Política Social, porque normalmente eu não tenho trabalhado disciplinas mais específicas. (Docente UFAM).

O processo de formação profissional tem ligação direta com a realidade do mercado de trabalho para os assistentes sociais as demandas sociais ditam as condições para a prática profissional e refletem o jogo de forças sociais presentes na sociedade.

A sintonia da formação do profissional com o mercado de trabalho é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social. Como qualquer profissão, inscrita na divisão social é técnica do trabalho, sua reprodução depende de sua utilidade social, isto é, de que seja capaz de responder às necessidades sociais. (IAMAMOTO, 2006, p.172).

Em outras palavras, cabe ao profissional se manter atualizado e crítico, em busca do novo e acompanhando as transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, por tudo o que já foi exposto, a família se encaixa nesse âmbito. Questionou-se então como a temática vem sendo trabalhada, debatida e refletida no processo de formação profissional. Obtiveram-se as seguintes reflexões.

Em tudo, em todas as disciplinas, principalmente as que tratam de políticas sociais. Eu acho o núcleo, com a parte histórica precisa resgatar um pouco isso, mas que esse conteúdo precisa ser melhor explorado principalmente nessas disciplinas que abordam políticas sociais, políticas públicas, direitos sociais, mas deve ir do primeiro ao último período. (Docente da FSDB).

Depende da matriz curricular, varia de instituição. Mas o professor pode articular em qualquer disciplina, tendo em vista se constituir em demanda privilegiada do Serviço Social. (Docente FSDB).

Os discursos dos sujeitos da FSDB enfatizam que a temática família encontra-se presente nas disciplinas ou pode ser articulada com as várias temáticas na formação. O que se

pôde perceber, é que apesar de todos os docentes reafirmarem a relevância da temática para a formação, não há concordância plena sobre a importância da disciplina obrigatória sobre família.

Na graduação nós temos uma disciplina específica falando sobre família, mas nunca ministrei, mas ela entra de forma indireta em outras disciplinas. Não se fala de concepções de família, mas de como essa família foi incluída no sistema de proteção social, qual era sua relação com o Estado, ou como o Serviço Social trabalhou essa família, seja de forma moralista ou não (Docente - UFAM).

Nós temos uma disciplina específica, pessoalmente eu acho um equívoco, porque poderíamos trabalhar em outras disciplinas, que passam por conceitos de família, por exemplo, gestão e planejamento, em políticas sociais, nos fundamentos do serviço social... é de certa forma transversal. Mas, ter uma disciplina obrigatória, não tem sentido, porque é uma forma de outros professores deixarem de trabalhar a temática em outras disciplinas, aí trabalha sem pensar no conjunto das disciplinas que tem a ver com as estratégias do serviço social, sem discutir o conceito. E se fizer uma pesquisa com os alunos, não há mudanças, eles dizem aos professores o que eles querem ouvir, embora não concorde. (Docente UFAM)

Entre os relatos dos sujeitos da UFAM, verificou-se que há uma reflexão sobre a centralidade da família se fazer em uma disciplina específica, visto que isso pode fragmentar as discussões de professores de outras disciplinas, já que inicialmente, apenas uma tem a responsabilidade de trabalhar a temática. Ao aprofundar a análise, é importante ponderar o seguinte dado:

Bem, olhando para a UFAM, no nosso projeto de formação eu acho que ele tem deixado bastante a desejar nesse aspecto da centralidade da família, porque somente agora no currículo 2009 é que foi criada uma disciplina que se tornou obrigatória, mas estamos num processo de revisão e talvez nesse novo processo de revisão essa disciplina deixe de ser obrigatória. (Docente UFAM)

Temos uma crítica docente acerca da centralidade da família na formação profissional. Reconheceu-se as lacunas e que a disciplina tem pouco tempo na matriz e um novo processo de revisão pode até mesmo retirá-la, o que inviabilizaria ainda mais as reflexões sobre o referido tema, ou seja, a inserção da temática ainda está fragilizada no processo de ensino-aprendizagem.

Outra informação relevante se fez ao verificar junto aos relatos que tipo de perfil de família é trabalhado nas políticas, verificando-se que:

Precisamos reconhecer que no processo de formação de várias áreas não só no Serviço Social, precisamos avançar mais, principalmente na questão de uma desmitificação de existir um modelo de família. Então essa seria uma das primeiras dificuldades, por mais que digamos que não há uma perspectiva mais inclusiva, as pessoas ainda se ressentem muito ao se deparar com famílias num relacionamento homoafetivo. Se queremos avançar também precisaríamos de uma perspectiva de tomada de consciência, não apenas em sala de aula, é um processo de reflexão. A partir de situações do cotidiano, a pessoa não internalizou esses princípios, isso é preocupante... Como profissional eu não tenho o direito de tirar o direito do outro. Não é que o aluno ou profissional não conheça o Código de Ética, mas a partir de questões do cotidiano, ele não conseguiu internalizar esses princípios, ele pode até dominar intelectualmente, mas não conseguiu internalizar. Não adianta falar em família plural, é preciso que a academia crie meios de reflexão do cotidiano (Docente – UFAM).

Família nuclear (Docente – FSDB)

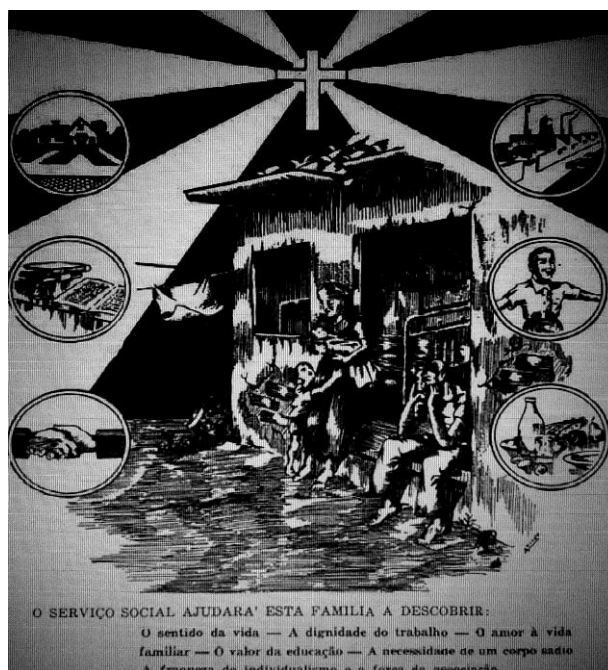
A pesquisa mostra a necessidade de avanços no que tange a compreensão dos significados de família frente às Políticas Públicas, visto que ainda se vê apenas o retrato da família nuclear, tendo-se dificuldade para compreender a profundidade do significado de família na contemporaneidade. Pode-se dizer que as políticas ainda não alavancam as mudanças e nem os profissionais por vezes sentem-se preparados.

3.4. Os Impactos no Debate da Temática Família como Tema Transversal na Formação e Prática Profissional.

Os dados mostraram até o momento que a temática família no processo de formação profissional possui corte transversal. Na fala de alguns docentes, foi explicitado que valorizar ou não a temática vai variar entre os professores, na maioria das disciplinas existe a possibilidade de abordar a temática, ainda que maneira superficial. No entanto, a mesma fragilidade que foi ressaltada por outros docentes aparece em alguns dados, e irão refletir não apenas na prática, mas também e principalmente na formação, nas lacunas não sanadas em sala de aula.

Um dos principais desafios e que gera impactos na formação, é a questão das publicações, no caso dessa pesquisa, mais especificamente as publicações sobre família. Até a

década de 1950, a família era fundamental para a prática profissional do assistente social, em exemplo é a capa da primeira Revista de Serviço Social em 1939⁶.



No período que envolveu a reconceituação, as produções se voltaram para si, os estudos eram sobre a própria profissão, e assim foi até a década de 1980, com a revalorização da intervenção social, no entanto, teoria e prática não caminhavam juntas, frente ao trabalho com famílias, prevaleceram concepções naturalistas e moralistas que não acompanhavam nem as transformações societárias, nem a nova Constituição Federal. Os estudos se voltaram para desconstruir os meios de intervenção considerados ultrapassados e ir à busca de uma teoria crítica e qualificada.

O questionamento feito aos docentes gira em torno do que existe hoje de livros, artigos e revistas da área, ou seja, o que temos hoje de publicação científica sobre família é o satisfatório?

Já melhorou muito, quando fiz faculdade era raríssimo, mas a família sempre aparece como subtema. Quem assume esse papel é uma instituição que não está preparada para reconhecer, trabalhar e assumir os modelos familiares, que são as instituições religiosas, e não falo só de família homoafetiva não, falo da

⁶ Disponível em: <http://www.eesc.usp.br>

monoparental, falo das pessoas que vem do interior morar com uma tia por exemplo. Toda igreja tem a pastoral da família, o grupo da família, mas o objetivo deles, fortalecer os vínculos familiares, mas que de que família? A nuclear! Hoje quem assume esse papel não são as instituições públicas, as que deveriam, daí vem a fragilidades da centralidade da família nas políticas sociais. (Docente FSDB)

Eu sinto uma determinada dificuldade, quando eu monto a ementa e o conteúdo programático da disciplina (específica de família) em geral eu não pego gente do serviço social, pego gente da história, da sociologia, que acredito que tem uma visão melhor, um fundamento mais denso pra trabalhar essa questão”. (Docente UFAM)

Eu sempre acho que a pesquisa nunca é suficiente, porque se você for procurar referências, você vai perceber que as publicações cresceram em decorrência da Política de Assistência Social, mas falta aprofundar a discussão da família propriamente dita, isso é um problema do Serviço Social, você não pode atrelar nossas pesquisas sempre as políticas públicas, por que a gente esquece o sujeito das políticas públicas. Nós não podemos idealizar um modelo de família a partir do meu mundo, porque a gente esquece de ver essa família na realidade, aí vai complicar na hora de elaborar as políticas públicas e elas ficam muito restritas, excludentes. (Docente UFAM)

Quantitativamente no Serviço Social não. (Docente UFAM)

Não sei se o problema é publicar, mas talvez mais pessoas interessadas na temática. Tem crescido o espaço para debater família, não sei se no serviço social, mas existe uma questão política por trás das publicações, há situações em que pesquisas existem, mas não são publicadas. Agora, eu acredito que tem se multiplicado as publicações sobre família, principalmente quando a gente pensa no direito de família, agora no Serviço Social, em termos de livros, eu conheço poucos, acho que só a Miotto mesmo. Acho que é questão de área de interesse das pessoas mesmo. Mas a partir do SUAS, essa ideia de centralidade na família, eu tenho visto bastante coisa sobre isso. Mas existem outras questões, publicar não tá tão fácil, as editoras tem políticas muito restritas, mas acredito que a partir dos anos 2000 tem uma proliferação muito grande de publicação sobre família. (Docente UFAM)

A partir da década de 1990, a família passou a ser foco de programas sociais voltados principalmente para estratégias de transferência de renda pelos programas de combate a pobreza. Em consonância com os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que estabeleceu “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado”, sendo considerada como Política de Seguridade Social não contributiva, a Assistência Social passa a compor um tripé juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

No Brasil a Proteção Social tem maior ênfase e garantia com a aprovação da Constituição de 1988, que vai constituir legalmente como função do Estado prover a Proteção Social, que inicia com a consolidação e aprovação em 1993 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). (WIESE, SANTOS, s.a, p.7).

No entanto, o marco da valorização da família no serviço social ocorreu nos anos 2000 com a criação do Plano Nacional de Atendimento Integral a Família (PNAIF), que um ano mais tarde foi transformado em Programa de atenção a Família (PAIF) pela portaria nº 78 de abril de 2004, de acordo com o documento,

Para realizar o trabalho social com famílias, de forma a atender os pressupostos da PNAS, é indispensável que os técnicos ultrapassem o conceito da família “ideal”, assumindo a família “real”: lugar de cuidados e afeto, mas também de conflitos, diferenças, dificuldades e, por vezes, de violação de direitos. Nessa direção, é importante compreender que a família é uma instituição social que não pode ser vista como algo estático, definitivo e fechado. Ao contrário, é uma construção a partir de critérios e contextos históricos, sociais, econômicos e culturais específicos. Essa compreensão é fundamental para se evitar a estigmatização dos diversos arranjos familiares que constituem público do PAIF.

Ainda em 2004, através da Resolução nº 145 foi instituída a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a referida política estabelece centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (PNAS).

A partir das legislações citadas, a família adquire função socializadora de seus membros e ganha lugar de destaque na política social, torna-se parceira e beneficiária, caminha junto com a proteção social, que por sua vez tem por perspectiva a inclusão social como suporte de ampliação desse processo de socialização.

Foi questionado aos docentes acerca do conhecimento da existência de legislações que tomam a família como base, bem como se as políticas sociais traçam algum perfil de configuração familiar. Obteve-se os seguintes dados:

Ela não tem, apesar de que muitos rótulos trazem a família, quando você realmente pega, você vê novamente tudo fragmentado, então pra mim se você vai trabalhar a família, tem que ter temas que trabalhem todas as gerações que estão envolvidas e trabalhar realmente todos os aspectos envolvidos que perpassam essas questões familiares. Pelo que eu vejo isso não é foco, não sei porque isso não se fortalece (Docente – FSDB).

LOAS, SUS, mas a família não vem sendo o foco, na CLT algumas pontuações sobre dependência. As legislações previdenciárias são as que mais trabalham a questão familiar (Docente – FSDB).

Política para pessoas... a família fica fragmentada. Se atendesse a família, atenderia a todos os segmentos, idoso, criança e adolescente, deficiente... O PAIF... de que família se fala? Se trabalha segmentos e não a família, não é integral, então não tem rede. A PNAS não incorporou a família como deveria, trabalhou o indivíduo. Toda legislação deveria ter centralidade na família, mas coloca como molde, uma coisa fechada (Docente – UFAM).

A reflexão leva a compreensão de que se a família aparece de maneira fragmentada nas políticas, a rede de apoio à atenção social também funciona de forma esfacelada, haja vista que atende o sujeito envolto nas diversas expressões da questão social, mas não a família como um todo.

Apesar de termos avanços no que se refere à inclusão família nas Políticas Públicas, evidenciou-se também os equívocos cometidos, haja vista que os sujeitos sociais são fragmentados e mesmo que as políticas tenham a proposta de trabalhar a família, acabam por abordar apenas indivíduos isoladamente, ficando a família mais uma vez em segundo plano.

O último dado a ser exposto, foi um dos que mais chamou a atenção, dos vinte sujeitos da pesquisa foram questionados se conheciam ou já teriam ouvido falar sobre o Estatuto das Famílias, referenciado pelo Projeto de Lei nº 2.285/2007, com exceção de um docente que afirmou já ter ouvido falar, embora não houvesse lido, nenhum dos outros docentes ou discente conhecia o mesmo.

A história do Estatuto das Famílias não nasceu em no século XXI, ela teve seu início na década de 1940. Com a influência da educação feminina, em 19 de abril de 1941, Getúlio Vargas assinou o decreto de lei nº 3.200 que visava dispor sobre a organização e proteção da família. Apesar do conservadorismo, o decreto regulamentou o casamento entre colaterais de terceiro grau (primo), dispões sobre os efeitos civis do casamento religioso, estabeleceu os incentivos financeiros ao casamento e a procriação e facilitou o reconhecimento de filhos naturais. A ideia central seria constituir uma Comissão Nacional de Proteção da família e a partir de então outros projetos específicos seriam criados.

O estatuto proposto por Capanema era um documento doutrinário que buscava combinar duas ideias para ele indissociáveis: a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional. Segundo o texto, a prosperidade, o prestígio e o poder de um país dependiam da sua população e de suas forças morais: a família era a fonte geradora de ambos. No dizer do preâmbulo do projeto, "a família é a maior base da política demográfica e ao mesmo

tempo a fonte das mais elevadas inspirações de estímulo morais". (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p. 3).

A versão de 2007, apensada ao Projeto de Lei nº 674/2007, incorporou vários projetos de lei específicos que tramitam no Congresso Nacional, tem como objetivo ir em busca de soluções para conflitos e demandas familiares, a partir de novos valores jurídicos como o afeto, o cuidado, a solidariedade e a pluralidade. Foi a última reformulação a ir para votação sem alcançar sucesso, houve divergência por parte da bancada religiosa e solicitação de alteração no documento. As mudanças solicitadas dizem respeito basicamente ao reconhecimento das configurações familiares consideradas não tradicionais. Ao art. 24, por exemplo, foi solicitado que fosse incluído que pessoas do mesmo sexo não possam casar, bem como a expressão união homoafetiva deva ser suprimida do art. 121. Indo além de infringir direito constitucional garantido, foi sugerido que seja suprimido o “Art. 7º. É dever da sociedade e do Estado promover o respeito à diversidade de orientação sexual”, entre outros, que podem ser visualizados nos anexos desse trabalho.

Preocupado não apenas em assegurar direitos, mas também em efetivá-los, o Estatuto regulou os aspectos processuais e procedimentais. Optou-se pela celeridade, simplicidade, informalidade, fungibilidade e economia processual a fim de proporcionar a efetiva concretização dos princípios constitucionais da igualdade, dignidade e solidariedade familiar. (Estatuto das Famílias, IBDFAM, 2007).

O Estatuto das Famílias aguarda mais uma vez ser votado, por quanto tempo ficará engavetado não se sabe, mas é um ponto para reflexão, profissionais e futuros profissionais que lidam legalmente com a família não o conhecem, assim como a maioria da população, é mais um direito que vem sendo negado, corroborado pela falta de conhecimento. Vive-se uma época onde não é mais possível criar espaços de resistência no que tange ao “novo”, ao “desconhecido” por falta de conhecimento ou por questões de cunho religioso ou moralistas.

O significado de família durante muitos séculos foi engessado a um conceito sacralizado, somente sendo reconhecida como instituição familiar aqueles que oficializassem perante Deus sua intenção de procriar e fossem abençoados pelo céu. Em tempos de violência, de diversidade, de liberdade, isso não mais se adequa ou se justifica.

Assim como a família, o Serviço Social também sofre mudanças ao longo de sua trajetória, expressões da questão social foram incorporadas, novos sujeitos se tornaram alvo de intervenção, novas concepções e configurações teóricas, metodológicas, éticas e políticas firmaram lugar no processo de formação e prática profissional. Faz-se necessário manter os

olhos e mentes abertas para as transformações que ainda irão ocorrer, para que não sejamos responsáveis pelo desfalecimento das conquistas que estão no “papel” e alagozes dos avanços já adquiridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar uma pesquisa não é tarefa das mais simples, são dados, falas, informações, novos conhecimentos, descobertas, enfim, pesquisar é entrar em uma viagem ~~sem roteiro~~, sem programação, onde cada dia é uma experiência única. Pesquisar sobre uma temática ampla, repleta de significados como é a família em um ambiente que é sinônimo de construção e reconstrução, potencializa esse sentimento prazeroso da descoberta.

Os significados de família no processo de formação profissional em Serviço Social proporcionou entrar em campo onde tudo o que parece, nem sempre é, ou seja, o que se fala nem sempre é o que se pensa. De um lado foram ouvidos alunos ingressantes e finalistas da UFAM e da FSDB, alguns se mostraram surpresos, outros seguros de suas convicções geralmente baseadas em seus valores mais íntimos, ainda que não se ouse compartilhar. Foram vinte personalidades diferentes, com visões de mundo que se mostram perto e longe simultaneamente. Pôde-se ouvir relatos que iam desde “família é quem te apoia, mas só faço algo por alguém se tiver certeza que seria retribuída”, até a fala de uma aluna finalista que afirmou pedir demissão ou exoneração de um emprego caso tivesse que lidar com casais homossexuais e uma possível adoção”.

Abordar esses relatos é um modo de demonstrar certa preocupação acerca do futuro profissional, uma vez que docentes para além de transmissores de informações de uma determinada profissão, é um formador de opinião, é corresponsável pela apreensão e excussão dos conhecimentos dos alunos no mercado de trabalho.

Tendo como base a temática pesquisada, pode-se perceber que existem diversos significados de família para os sujeitos pesquisados, porém alguns discentes não conseguiram se afastar do seu eu particular, e apenas responderam que família é “meu pai, minha mãe e meus irmãos, presente que Deus me deu”, sem conseguir perceber a família em seu viés social, detentora de relações sociais permeadas por diversas expressões da questão social, objeto de trabalho desses futuros profissionais. É necessário que ocorra a revalorização da família no âmbito da formação profissional da mesma forma que legislações e políticas sociais proporcionaram a matricialidade sócio familiar.

Diante dos diversos significados de família que foram expostos ao longo dos capítulos, reafirma-se que não se delimita em conceitos fechados, a historicidade mostra que ela é simbólica, ora influenciada por concepções religiosa, ora cultural, ora política. A família é

singular, cada núcleo familiar constrói em si mesmo sua história, cria e firma sua identidade e vivenciar sua realidade.

Simone de Bovoair afirma que uma mulher não nasce mulher, torna-se mulher. Pode-se então considerar que, a família faz parte desse princípio filosófico, uma vez que não se pode conceber uma estrutura (em moldes pré-fabricados) familiar e que sua principal interpretação parte do princípio da afetividade, do sentimento, simplesmente a família não nasce, mas torna-se família a partir dos laços afetivos construídos ao longo da vida.

Sobre a participação dos docentes, pode-se considerar que nem todos estão preparados para se distanciar de concepções morais, para garantir que o debate com os alunos, ocorra de forma ética, pelos menos três, dos dez docentes participantes, deixaram claro que a concepção de família exposta na entrevista é contrária ao posicionamento pessoal, é que não abrem espaço para ampliação da temática em sala de aula.

Portanto, questiona-se, se a formação que temos hoje atende a realidade que é vivenciada no mercado de trabalho? Os docentes ingressantes esperam que as disciplinas e professores lhes mostre como diminuir o preconceito, lhes ensinem a lidar com configurações familiares que eles não compreendem como família.

Foi de comum acordo que a temática é tema transversal, que deveria sim ser abordada em todo o processo de formação, mas sempre executam o que pensam, por vezes espera-se que a disciplina específica aprofunde o debate. Mas como trabalhar com políticas que tenham matricialidade sócio familiar, se ainda estudamos, pesquisamos e trabalhamos com sujeitos isolados, fragmentados em suas problemáticas?

Manaus, há muito deixou de ser província, o crescimento econômico e demográfico aqui chegou, vieram junto as mais diversas expressões da questão social, foi necessário a implementação do curso de Serviço Social, um dos mais antigos do país, porém o passar dos anos desvalorizou a profissão, nos dias atuais, a busca frenética pelo consumo de coisas rápidas desvaloriza a educação, a formação profissional, e o que se tem é uma gama de realidades, de ideias, de ideologias que não se misturam, o individualismo se faz presente e não permite que se priorize a qualidade da formação, a garantia de formar profissionais de excelência, giramos em torno das diferenças sem perceber que dentro de uma unidade a diversidade é o que enriquece a construção de uma identidade profissional, a sala de aula precisa ser antes de tudo, um lugar ético.

Não se almeja aqui traçar análises conclusivas, pois nada é uma certeza, tudo pode se modificar em curto instante. Sempre que se corre atrás de conclusões, mais distante se está de chegar ao fim de algo, portanto, que essas sejam linhas de considerações, de possibilidades de continuarmos a aprender e nos reinventarmos, seja enquanto ser humano seja enquanto profissional.

Que o futuro da profissão seja condizente com seu passado de luta por direitos e não um retrocesso em seu método, que não se patologize o indivíduo, que não regressemos a influência da doutrina religiosa como guia da intervenção social, que a ética avance, se concretize e que a nitidez do dever profissional seja o mais alto dos objetivos para que não se revitimize aqueles que já são considerados e alocados a margem de uma sociedade excludente.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares Para O Curso De Serviço Social** (ABEPSS/MEC, 1999). Disponível em:

<http://abepss.hospedagemdesites.ws/wpcontent/uploads/2012/07/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf> acesso em 08 de Março de 2013.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo, ESS/PUC-SP, Tese de doutorado, 2006.

Disponível em:

<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2006-09-14T13:00:18Z-2494/Publico/Maria%20Beatriz%20Costa%20Abramides.pdf> acesso em: 19 de Abril de 2013.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Lewis Morgan: 140 anos dos sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana (1871-2011). **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.

Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45193>> acesso em 12 de julho de 2013.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família no Brasil**. 2ª Rio de Janeiro. LTC, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **O Ensaio sobre o Conceito de Cultura**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Trad. De José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. **Decreto n.º 35.311**, de 2 de Abril de 1954, Regulamenta a Lei n. 1889, de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Seção 1 - 5/4/1954, Página 5718 (Publicação Original) Brasília, DF. 2 de Abril de 1954

_____. **Parecer n.º 412/1982**, Aprovado em 05 de Agosto de 1982. Dispõe sobre Anteprojeto de reforma curricular dos Cursos de Serviço Social. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 05 de Agosto de 1982. .

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social.

BRITO, ÊNIO José da Costa. Agonia de um Modelo. In: SOUZA, Beatriz Muniz; COSTA, Joaquim. **Sociologia da Religião: uma breve introdução**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009. (Coleção Cultura e Religião).

CARVALHO, Maria do Carmo B. (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC. Cortez, 2002.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; TOLEDO, Sabrina Navarro. A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua Implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. In: **Revista Libertas** v. 11, n. 2 (2011). Disponível em:

<<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/libertas/article/view/1592/1157>> acesso em 20 de Junho de 2013.

CFESS. **Lei de Regulamentação – nº 8.662**. Brasília, 7 de julho de 1993.

_____. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1947.

_____. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1965.

_____. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1975.

_____. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1986.

_____. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

_____. 18 anos da Lei 8.662/1993. **CFESS Manifesta**. Brasília: Junho de 2011. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_18anoslei8662_APROVADO.pdf> acesso em 18 de Maio de 2013.

COSTA, Carlos. **O Caminho não Percorrido: a trajetória dos assistentes sociais masculinos em Manaus**. Manaus: s.ed. 1995.

COSTA, Simone Eneida de Oliveira. **A Prática Profissional do Assistente Social em Manaus: análises e perspectivas**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

COULANGES, Fustel. A Cidade Antiga. São Paulo: Nartins Fontes, 4. ed., 1998.

Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.puccampinas.edu.br/services/ebooks/Fustel%20de%20Coulanges-1.pdf>> acesso em: 06 de Agosto de 2013.

DIAS, Maria Berenice (Coord). Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI**: abordagem relacional. São Paulo: Paulinas, 2008.

DUARTE, Marco José de O.; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Família & Famílias**: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. – 2º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução Lilian Lopes Martins. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994 [1933].

HINTZ, Helena Centeno. Novos Tempos, Novas Famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando Famílias**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 8-19. 2001.

Disponível em:

<http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1363010551_hintz_novos_tempos_novas_fam%C3%A9lias_-_complementar_8_abril.pdf> acesso em 05 de fevereiro de 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

_____. **O Serviço Social Na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional – 12. ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

_____. **Renovação E Conservadorismo No Serviço Social** – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org). **Família Brasileira**: a base de tudo. 6ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

MALUF, Adriana Caldas do R. F. Dabus. **Novas Modalidades de Família na Pós-Modernidade**. Tese de Doutorado em Direito Civil – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-31012011-154418/pt-br.php>> acesso em 21 de Abril de 2014.

MAURÁS, Marta; KAYAYAN, Agop. Família Brasileira: a base de tudo. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org). **Família Brasileira: a base de tudo**. 6ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

MELLO, Luiz. **Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, ano XVIII, n. 55, nov. / fev.1997.

_____. **A centralidade da família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate**. In: Revista de Política Pública. São Luís: EDUFMA, v. 8, n. 1, jan. / jun. 2004.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2009.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco 2011.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, Cead/UNB, módulo 01, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 2. ed. S. Paulo: Cortez, 1994.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: **Revista Serviço Social e Sociedade n. 100**. São Paulo. Ed. Cortez, 2009.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. In **Revista Serviço Social e Sociedade. Nº79**. Ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Simone E. B. **Conhecimento e Prática profissional: o saber fazer dos assistentes sociais em Manaus**. Manaus: EDUA, 2009.

PASSOS, Miriam Barreto de A. **Professores do Ensino Superior: práticas e desafios**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

PESSOA, Maurício. O casamento no direito civil constitucional In: Rui Geraldo Camargo Viana; Rosa Maria de Andrade Neri. (org). **Temas atuais de direito civil na Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

PRADO, Danda. **O que é Família**. 1ª. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

ROSADO-NUNES, Maria José. O Catolicismo sob o Escrutínio da Modernidade. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (org). **Sociologia da Religião e**

Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulus, 2004.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. **Conhecimento e currículo em serviço social:** análise das contradições (1936-1975) – São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2006 – (Coleção Primeiros Passos).

SARTI, Cynthia A. Famílias Enredadas. In. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália F. (org.). **Família:** redes laços e políticas públicas. – 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.
Disponível em:< <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit4.htm>> acesso em 22 de Novembro de 2013.

SIERRA, Vânia Morales. **Família:** teorias e debates. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Marcela M. J da. **A Materialiação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em Família como Experiência de Cuidado Mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: **Serviço Social e Sociedade Nº 71.** Ano XXIII (Especial). São Paulo: Cortez, 2002.

TORRES, Anália Maria Cardoso. **Relatório da Unidade Curricular Sociologia da Família Teorias e Debates.** Lisboa, 2010.
Disponível em:
<<http://www.analiatorres.com/pdf/agregacao/RelatoriodaUCSociologiadaFamiliaTeoriasedebates.pdf>> acesso em: 10 de Outubro de 2013.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Conjuntura. A Universidade e o Profissional. IN: **Cadernos ABESS n.1.** São Paulo: Cortez, 1993.

WEBER, MAX. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Tradução José Carlos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WIESE, Michelly; SANTOS, Rosemeire. **A Centralidade da Família nas Políticas Sociais da Assistência Social e Saúde:** a relevância do debate para o serviço social.
Disponível em:
<<http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/A%20CENTRALIDADE%20DA%20FAMILIA%20NAS%20POLITICAS%20SOCIAIS%20DA%20ASSITENCIA%20SOCIAL%20E%20SAUDE.pdf>> acesso em 19 de Setembro de 2013.

APÊNDICES



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS**

Pesquisa: Significados de Família no Processo de Formação Profissional em Serviço Social em Duas Instituições de Ensino Superior na Cidade de Manaus/AM

Pesquisador Responsável: Ária Maria Mendes de Carvalho

Roteiro de entrevista – Docentes

I. Identificação:

Sexo: () masculino () feminino

Faixa Etária: () de 25 anos a 35 anos () de 36 a 46 anos () acima de 46 anos

Pós-graduação *latu sensu*: () concluída () cursando – Em que área _____

Em instituição: () pública () privada () pós a distancia

Pós-graduação *strictu sensu*: Mestrado () concluído () cursando – Em que área _____

Doutorado: () concluído () cursando – Em que área _____

Em instituição: () pública () privada () pós a distancia

1. Ano de Formação? _____

2. Quantos anos de prática docente? _____

3. Já ministrou alguma disciplina que abordasse a temática “família” de forma direta ou indireta? _____

4. Em caso afirmativo, qual? _____

5. O que você entende por família?

6. Onde se encontra a temática “família”, na formação profissional?

7. Você acredita que a temática “família” faz parte das diretrizes curriculares de forma direta ou transversal? Justifique.

8. Frente às disciplinas ministradas, há algum debate acerca da temática família?

9. Como você define a rede de atenção social de apoio à família na contemporaneidade?

10. Quais legislações tem centralidade na Família?

11. Qual o perfil de família é traçado pelas Políticas Sociais?

12. É de conhecimento o Projeto de Lei n. 2285/2007 que dispõe sobre o Estatuto das Famílias?

13. O que temos hoje de publicação científica sobre família é o satisfatório?



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS

Pesquisa: Significados de Família no Processo de Formação Profissional em Serviço Social em Duas Instituições de Ensino Superior na Cidade de Manaus/AM

Pesquisador Responsável: Ária Maria Mendes de Carvalho

Grupo Focal

Questionário – Perfil

I. Identificação:

Sexo: () masculino () feminino

Faixa Etária: () de 18 anos a 25 anos () de 26 a 35 anos () de 36 a 46 anos
() acima de 46anos

Núcleo Familiar:

Quantas pessoas fazem parte de sua família? _____

Quantas pessoas moram em sua residência? _____

Quem são essas pessoas (grau de parentesco)?

Qual a renda familiar? () de 1 a 3 salários mínimos () de 4 a 6 salários mínimos
() de 7 a 10 salários mínimos () acima de 10 salários mínimos

A renda informada é composta por quantos membros? _____

A família possui uma ou mais denominações religiosas? () sim () não

Qual? _____

Você acredita que uma composição familiar tem relação com a situação:

() financeira () afetiva () lazer () educação () religiosa () política ()
cultural

Justifique.

Roteiro de Debate para o Grupo Focal

Questão-chave 1) Em relação aos significados de família:

- O que é uma família?
- A partir de que concepção se forma um conceito de família?
- O que é preciso para ser uma família?

Questão-Chave 2) Como está situada a temática família nas bases curriculares do processo de formação profissional em Serviço Social?

- A temática é abordada em alguma disciplina curricular obrigatória ou eletiva? Qual?
- Como ocorre a abordagem da temática no processo de formação profissional?
- Há discussão em sala de aula sobre os significados e configurações familiares?

Questão-Chave 3) Em relação à rede de atenção social de apoio à família na contemporaneidade.

- Quais legislações tem centralidade na Família?
- Qual o perfil de família é traçado pelas Políticas Sociais?
- É de conhecimento o Projeto de Lei n. 2285/2007 que dispõe sobre o Estatuto das Famílias?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa: “Significados de Família no Processo de Formação Profissional em Serviço Social em Duas Instituições de Ensino Superior na Cidade de Manaus/AM”, sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a): Ária Maria Mendes de Carvalho, a qual pretende analisar como os significados de Família são concebidos pelos Docentes e Discentes no Processo de Formação e Prática Profissional entre de Serviço Social.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista, respondendo a perguntas concernentes ao objetivo da pesquisa e/ou grupo focal, através da participação em um momento de debate com questões relativas à pesquisa.

A pesquisa não oferece riscos diretos em decorrência de sua participação. Se você aceitar participar, estará contribuindo para as reflexões sobre o processo de formação e prática profissional do Serviço Social.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhum ônus e também não receberá nenhuma remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo assegurado o sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço, Av. Gal. Rodrigo Octávio Jordão Ramos n° 3000, Coroado. CEP: 69.077-000, ou pelo telefone (92) (3651-6906), ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Infomação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data: ___/___/___

Assinatura do Pesquisador Responsável